



**PACTO NACIONAL PELO
COMBATE ÀS DESIGUALDADES**



CEBRAP

centro brasileiro de análise e planejamento



ACÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE
ÀS DESIGUALDADES

2024 Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades

**Pacto Nacional pelo
Combate às Desigualdades**

Coordenação do Observatório Brasileiro de Desigualdades:

ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades
Renata C. Boulos
Aline A. Rocha

Coordenação técnica e elaboração do relatório:

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Tomás Wissenbach (Coordenação)
Jonas Bicev
Vitor Vanetti

Grupo de Facilitação do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades:

ABM - Associação Brasileira de Municípios
Ação da Cidadania
Ação Educativa
CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais
Cenpec
Coalizão Negra por Direitos
FNP - Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos
Fundação Tide Setubal
Instituto Cidades Sustentáveis
Instituto Ethos
Instituto de Referência Negra Peregum
Oxfam Brasil
Sindifisco

Clemente Ganz Lucio (Coordenação)

Apoio:

IBIRAPITANGA



Sumário Executivo

O Observatório Brasileiro das Desigualdades tem como objetivo monitorar as desigualdades no Brasil por meio de indicadores selecionados. Esses indicadores permitem que governo e sociedade acompanhem avanços e retrocessos, identifiquem prioridades e entendam quais políticas públicas precisam ser aprimoradas.

As áreas abordadas incluem educação, saúde, renda, segurança alimentar, segurança pública, representação política, clima e meio ambiente, acesso a serviços básicos e desigualdades urbanas. As desigualdades de raça/cor, gênero e entre regiões brasileiras são eixos transversais de análise.

Em 2023, diversas organizações se uniram para selecionar 42 indicadores a serem monitorados. O primeiro relatório, lançado em agosto do mesmo ano, buscou estabelecer uma linha de base a partir do qual a atualização anual permitiria um olhar comparativo para saber em quais áreas o país avançou e em quais seria necessários maiores esforços e prioridades. A atualização de 2024, apresentada neste relatório, considera os períodos subsequentes aos indicadores definidos no ano anterior, oferecendo um panorama

abrangente das várias dimensões da sociedade brasileira.

Isso posto, é importante mencionar que diferentes temporalidades são consideradas no relatório, na medida em que refletem as especificidades das pesquisas, fontes de dados e registros administrativos, além dos processos e fenômenos sociais. Por exemplo, alguns indicadores, como os relacionados à representação política nos poderes legislativo e executivo, não se aplicam aos anos de 2023 e 2024. Outros, como os derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares

(POF) do IBGE, analisam gastos com transporte e a carga tributária, não puderam ser atualizados.

Analisar o conjunto de indicadores de forma panorâmica é complexo. A variedade temática, temporal e as desagregações territoriais, por gênero e raça, revelam nuances que exigem compreensão e debate aprofundado. Esse processo será enriquecido por análises temáticas realizadas por especialistas independentes. Mesmo assim, é possível apresentar uma síntese a partir dos indicadores selecionados em 2023.

Melhoras e pioras

Destques

Melhoras recentes:

- Queda de 40% na proporção de pessoas em extrema pobreza. A maior redução foi entre mulheres negras, 45,2%;
- Queda de 20% no desemprego e ganho real no rendimento médio de todas as fontes, na ordem de 8,3%. Esse ganho maior entre mulheres do que entre homens: 9,6% contra 7,7%;
- A proporção de mulheres negras de 18 a 24 anos que cursa o ensino superior foi a 19,2%, um crescimento de 12,3% em relação ao ano anterior;
- A proporção de nascidos vivos de mães com até 19 anos de idade teve uma diminuição de 14%;
- Redução no desmatamento em áreas indígenas e unidades de conservação. Em relação aos alertas de desmatamento, e comparando os anos de 2022 e 2023, houve uma queda de 13,1% na área total desmatada, no país. A queda foi muito expressiva na região norte, 46,4%.

Pioras recentes:

- Aumento na proporção de crianças indígenas sofrendo com desnutrição: 16,1% entre meninos indígenas, 11,1% entre meninas indígenas, entre 2022 e 2023;
- Aumento na proporção de mortes por causas evitáveis na ordem de 22%, entre 2021 e 2022;
- Aumento de 5% na mortalidade infantil, entre 2021 e 2022;
- Aumento de 30% nas emissões de CO2 per capita, entre 2019 e 2022;
- Aumento no déficit habitacional para 6,4 milhões de domicílios, entre 2019 e 2022.

Ricos e pobres: a desigualdade de renda pouco se alterou em 2023

Houve um ganho real no rendimento médio de todas as fontes, na ordem de 8,3%. E este foi maior entre as mulheres do que entre os homens. Apesar disso, a desigualdade de renda no Brasil não se alterou e permanece em patamares elevados: 1% mais rico tem rendimento médio mensal per capita 31,2 vezes maior do que os 50% mais pobres. Em 2022, era 30,8 vezes.

A tributação, vista a partir do IPRF, pouco se alterou: é progressiva até a faixa de 10 a 15 salários-mínimos e, depois torna-se regressiva; embora vemos um aumento, os que ganham mais de 320 salários-mínimos.

Chama atenção que os 0,1% mais ricos tinham um rendimento médio anual de 21,5 milhões de reais em 2022 e ao todo deduziram 12,1 bilhões de reais com despesas médicas, uma média de R\$ 295,4 mil por contribuinte do topo.

As desigualdades de gênero e raciais são persistentes

Um bom indício da persistência é o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam Creche, segundo Raça/Cor no Brasil, entre 2022 e 2023. Na média houve um ligeiro aumento de 30,7% para 33,2%, ou 8,1%. O aumento, no entanto, foi maior entre pessoas não negras do que em relação às negras e a menor taxa de crescimento na cobertura foi em relação às meninas negras: apenas 2,4%. As mulheres negras continuam com as maiores proporções de insegurança alimentar moderada e grave, 12,5% das famílias, enquanto entre homens não negros é de 5,5%. O rendimento médio mensal da mulher negra, por sua vez, é de apenas 42%, quando comparado ao homem não negro, sendo que o seu desemprego é mais do que o dobro (5,2% para o homem não negro contra 11,5% da mulher negra).

O homem negro, por sua vez, continua apresentando maior exclusão do sistema educacional. A taxa de escolarização líquida no ensino médio foi de 66% em 2023, contra 78% da mulher não negra. Já a proporção de mortes por causas evitáveis para indivíduos entre 05 e 74 anos, os homens negros subiu de 42 para 50% entre 2021 e 2022, o dobro do valor quando comparado às mulheres não negras.

Assim como a sua representação política e no poder judiciário

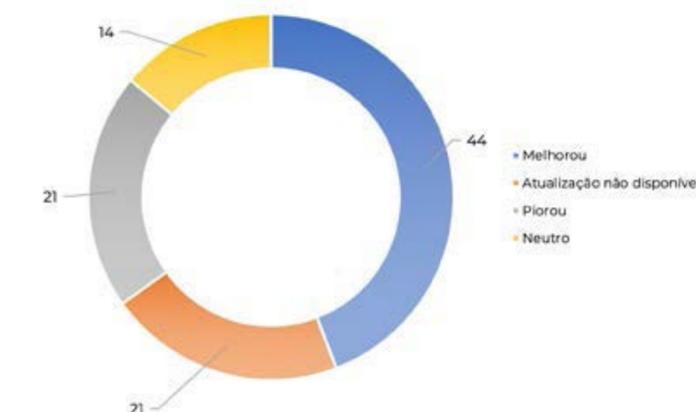
Em um ano no qual serão realizadas eleições cabe lembrar a baixa representação de mulheres e pessoas negras nos poderes legislativos e executivos municipais. Nas últimas eleições municipais, apenas 12% das prefeituras tiveram mulheres eleitas para o poder executivo, sendo só 4% negras. Além disso, dos 5.570 municípios em apenas uma a vencedora era autodeclarada indígena. Já para as câmaras municipais, só 16% das vagas foram ocupadas por mulheres, sendo apenas 6% entre mulheres negras.

A leitura dos indicadores mostra a enorme e persistente sub-representação das pessoas negras no poder judiciário. Dos 16 mil magistrados, apenas 251 são pretos e 1.937 são pardos, resultando uma proporção de apenas 13,6%. Isso significa que ocupavam apenas 23% das posições em tribunais, se comparados a sua participação na população e 24% em 2024. Em nenhum dos estados a participação superou 52%, em São Paulo, por exemplo, o valor foi de apenas 12%. Um cenário ligeiramente melhor pode ser encontrado entre as mulheres, embora a sua participação tenha ficado estagnada em 76% quando considerada a sua representação na população.

Balanço dos indicadores

Em termos resumidos, e observando a evolução dos 42 indicadores analisados, **é possível afirmar que a maior parte deles, 44%, apontam para uma direção positiva, de melhoria das condições para a redução das desigualdades.** Outros 21%, porém, apresentam uma variação negativa que de servir de alerta para que as políticas públicas sejam aprofundadas. Em 14% dos indicadores houve pequenas oscilações, de forma que eles podem ser considerados neutros.

Figura 1. Balanço dos Indicadores do Observatório. Variação dos indicadores segundo tipo (%)



Fonte: Cebrap, ABDC. Observatório Brasileiro das Desigualdades, 2024.

Sumário

Sumário Executivo	03
Apresentação	07
Análises temáticas	11
Educação	12
Saúde	23
Renda, riqueza e trabalho	30
Clima e meio ambiente	39
Desigualdades urbanas e acesso a serviços básicos	46
Representação política e no poder judiciário	54
Segurança pública	59
Segurança alimentar	66
Análises transversais	73
O enfrentamento das desigualdades raciais do Brasil: Onde precisamos avançar?	74
A importância de políticas públicas interseccionais e a situação das mulheres negras	77
A dimensão territorial das desigualdades brasileiras	80
Referências	84

Apresentação

O Observatório Brasileiro das Desigualdades tem como objetivo monitorar as desigualdades no Brasil por meio de indicadores selecionados. Esses indicadores permitem que governo e sociedade acompanhem avanços e retrocessos, identifiquem prioridades e entendam quais políticas públicas precisam ser aprimoradas. As áreas abordadas incluem educação, saúde, renda, segurança alimentar, segurança pública, representação política, clima e meio ambiente, acesso a serviços básicos e desigualdades urbanas. As desigualdades de raça/cor, gênero e entre regiões brasileiras são eixos transversais de análise.

Em 2023, diversas organizações se uniram para selecionar 42 indicadores a serem monitorados. O

primeiro relatório, lançado em agosto do mesmo ano, buscou estabelecer uma linha de base a partir do qual a atualização anual permitiria um olhar comparativo para saber em quais áreas o país avançou e em quais seriam necessários maiores esforços e prioridades. A atualização de 2024, apresentada neste relatório, considera os períodos subsequentes aos indicadores definidos no ano anterior, oferecendo um panorama abrangente das várias dimensões da sociedade brasileira.

Isso posto, é importante mencionar que diferentes temporalidades são consideradas no relatório, na medida em que refletem as especificidades das pesquisas, fontes de dados e registros administrativos, além dos processos e fenômenos sociais. Por exemplo, alguns indicadores,

como os relacionados à representação política nos poderes legislativo e executivo, não se aplicam aos anos de 2023 e 2024. Outros, como os derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, analisam gastos com transporte e a carga tributária, não puderam ser atualizados.

Analisar o conjunto de indicadores de forma panorâmica é complexo. A variedade temática, temporal e as desagregações territoriais, por gênero e raça, revelam nuances que exigem compreensão e debate aprofundado. Esse processo será enriquecido por análises temáticas realizadas por especialistas independentes. Mesmo assim, é possível apresentar uma síntese a partir dos indicadores selecionados em 2023.

Figura 2. Indicadores do Observatório.

1	EDUCAÇÃO	Estimativa de crianças de 0 a 3 anos que frequentam as creches (%)	IBGE - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua. Pesquisa suplementar de Educação e Atenção Primária à Saúde - 2º Trimestre, de 2022-2023	2022 - 2023	BR, GR, UF	Sexo e Raça ou Cor
2	EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo funcional da população entre 15 e 64 anos (%)	Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro. Índice de Analfabetismo Funcional - Inaf, 2018.	Atualização não disponível	BR, GR	Sexo, Raça ou Cor e Faixa de Renda
3	EDUCAÇÃO	Taxa de escolarização líquida - Ensino Médio (%)	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2022 - 2º trimestre. 2022 e 2023.	2022 - 2023	BR, GR, UF, RM	Sexo e Raça ou Cor
4	EDUCAÇÃO	Taxa de escolarização líquida - Ensino Superior (%)	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2022 - 2º trimestre. 2022 e 2023.	2022 - 2023	BR, GR, UF, RM	Sexo e Raça ou Cor
5	SAÚDE	Mortalidade infantil - Óbitos infantis (menores de 1 ano) (por 1.000 nascidos vivos)	MS/SVS/CGIAE- Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	2021 - 2022	BR, GR, UF	Sem recorte
6	SAÚDE	Nascidos vivos com mães de 19 anos ou menos (%)	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC	2022 - 2023	BR, GR, UF	Raça ou Cor da mãe
7	SAÚDE	Mortalidade materna - Óbitos maternos (por 1.000 nascidos vivos)	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	2021 - 2022	BR, GR, UF	Raça ou Cor da mãe
8	SAÚDE	Óbitos por causas evitáveis (%)	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	2021 - 2022	BR, GR, UF	Raça ou Cor da mãe
9	SAÚDE	Mortalidade proporcional por faixa etária (%)	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	2021 - 2022	BR, GR, UF	Raça ou Cor
10	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	Rendimento médio de todas as fontes (R\$)	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas. 2022.	2022 - 2023	BR, GR, UF, RM	Sexo e Raça ou Cor
11	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	Taxa de desocupação (%)	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas. 2022.	2022 - 2023	BR, GR, UF, RM	Sexo e Raça ou Cor
12A	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	Razão do Rendimento 1% mais rico / 50 % mais pobres	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas. 2022.	2022 - 2023	BR, GR, UF	Não
12	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	Razão do Rendimento 10% mais ricos / 40% mais pobres	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas. 2022.	2022 - 2023	BR, GR, UF	Não
13	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	População em extrema pobreza (%)	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas. 2022.	2022 - 2023	BR, GR, UF, RM	Sexo e Raça ou Cor
14	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	Estoque de riqueza dos 1%, 0,1% e 0,01% mais ricos	Receita Federal FGV Social	Atualização não disponível	BR	Não
15	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	Alíquota efetiva média do Imposto de Renda Pessoa Física por faixa de salário mínimo	Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física.	2021 - 2022	BR	Faixa de Renda
16	RENDA, RIQUEZA e TRABALHO	Incidência da tributação direta e indireta na renda total, segundo décimos de renda familiar per capita	Microdados da POF 2017-2018. TD nº2823, IPEA, 12/2022.	Atualização não disponível	BR	Faixa de Renda
17	CLIMA E MEIO AMBIENTE	Emissão de CO ² (per capita)	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases do Efeito Estufa (SEEG) - Observatório do Clima (OC), [2022/Coleção 2].. 2019 IBGE - Estimativas populacionais, 2019.	2019 - 2022	BR, GR, UF	Não

18	CLIMA E MEIO AMBIENTE	Emissão de CO ² por mudança de Uso do Solo (per capita)	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases do Efeito Estufa (SEEG) - Observatório do Clima (OC), [2022/Coleção 2].. 2019 IBGE - Estimativas populacionais, 2019.	2019 - 2022	BR, GR, UF	Não
19	CLIMA E MEIO AMBIENTE	Desmatamento em terra indígena e áreas protegidas (UCs)	Map Biomas; Funai; MMA. Elaboração Instituto Peregum	2023 - 2024	BR, GR, UF	Não
20	CLIMA E MEIO AMBIENTE	Pessoas em risco alto e muito alto	Ministério de Minas e Energia - Serviço Geológico do Brasil, 2023.	Atualização não disponível	BR, GR, UF	Não
21	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	Despesas com transporte público sobre despesas correntes (%)	IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.	Atualização não disponível	BR, GR, UF	Sexo e Raça ou Cor
22	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	Domicílios em déficit habitacional (%)	Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. 2019 - 2022.	2019 - 2022	BR, GR, UF	Sexo e Raça ou Cor
23	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	Domicílios em habitação precária (%)	Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. 2019 - 2022..	2019 - 2022	BR, GR, UF	Sexo e Raça ou Cor
24	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	Domicílios em coabitação (%)	Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. 2019 - 2022.	2019 - 2022	BR, GR, UF	Sexo e Raça ou Cor
25	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	Domicílios com ônus excessivo com aluguel (%)	Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. 2019 - 2022..	2019 - 2022	BR, GR, UF	Sexo e Raça ou Cor
26	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	População atendida com esgotamento sanitário (%)	MDR. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SNIS. 2021.	2021 - 2022	BR, GR, UF	Não
27	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	População atendida com abastecimento de água (%)	MDR. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SNIS. 2021.	2021 - 2022	BR, GR, UF	Não
28	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	População atendida com coleta regular de lixo (%)	MDR. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SNIS. 2021.	2021 - 2022	BR, GR, UF	Não
29	DESIGUALDADES URBANAS E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	Usuários de Internet (%)	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). TIC Domicílios 2022.	2022 - 2023	BR, GR	Sexo e Raça ou Cor
30	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	Razão da participação de pessoas negras na população e pessoas negras nos legislativos	TSE - Estatísticas eleitorais. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acumulado 5ª visita.	Atualização não disponível	BR, GR, UF e RM	Sexo e Raça ou Cor

31	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	Razão da participação de mulheres na população e mulheres nos legislativos	TSE - Estatísticas eleitorais. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acumulado 5ª visita.	Atualização não disponível	BR, GR, UF e RM	Sexo e Raça ou Cor
32	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	Razão da participação de pessoas negras na população e pessoas negras no executivo municipal	TSE - Estatísticas eleitorais. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acumulado 5ª visita.	Atualização não disponível	BR, GR, UF	Sexo e Raça ou Cor
33	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	Razão da participação de mulheres na população e mulheres no executivo municipal	TSE - Estatísticas eleitorais. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acumulado 5ª visita.	Atualização não disponível	BR	Sexo e Raça ou Cor
34	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	Razão da participação de pessoas negras na população e pessoas negras no judiciário	Conselho Nacional de Justiça. Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2021. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2021 - Acumulado 5ª visita.	2021 - 2024	BR, UF	Sexo e Raça ou Cor
35	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	Razão da participação de mulheres na população e mulheres no judiciário	Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2019. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2018 - Acumulado 5ª visita.	2018 - 2024	BR, UF	Sexo e Raça ou Cor
36	SEGURANÇA PÚBLICA	Taxa de mortes decorrentes de intervenção policial (100.000 habitantes)	Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	2022 - 2023	BR, UF	Raça ou Cor
37	SEGURANÇA PÚBLICA	Taxa de homicídios registrados de jovens de 15 a 29 anos (100.000 habitantes)	Bases de microdados das Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	2021 - 2022	BR, UF	Raça ou Cor
38	SEGURANÇA PÚBLICA	Razão entre o percentual de pessoas negras no total da população prisional e o percentual de pessoas negras na população	SISDEPEN-Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública.	2022 - 2024	BR, UF	Raça / Cor
39	SEGURANÇA PÚBLICA	Taxa de feminicídio (Por 100 mil mulheres)	"Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE"	2022 - 2023	BR UF	Não
40	SEGURANÇA ALIMENTAR	Desnutrição infantil: Crianças com peso baixo ou muito baixo para a Idade (%)	MS/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN	2022 - 2023	BR, GR, UF	Raça / Cor e Indígenas
41	SEGURANÇA ALIMENTAR	Desnutrição entre idosos: Idosos com baixo peso para a Idade (%)	MS/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN	2022 - 2023	BR, GR, UF	Raça / Cor e Indígenas
42	SEGURANÇA ALIMENTAR	Famílias em Insegurança Alimentar moderada e grave (%)	Dados calculados pelo GT de Monitoramento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) com base no II Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar no contexto da pandemia de Covid-19. Rede PENSSAN, 2022. PnadC, Módulo Suplementar-Segurança alimentar dos Moradores do Domicílio - 4º Trimestre de 2023.	2022 - 2023	BR, GR, UF	Raça / Cor e Indígenas

Análises temáticas

Esta seção contém os destaques das leituras dos indicadores organizados segundo os 8 temas prioritários do Observatório. A análise destacou as leituras relacionadas às principais variações no período recente, priorizando o ano imediatamente após o qual os dados foram lançados. Para cada um dos temas, existem duas seções: na primeira, especialistas convidados trazem, de maneira breve, os seus principais destaques, articulando as mudanças, possíveis causas e propostas para reverter o grave quadro de desigualdades no país e nas diferentes temáticas. Essas análises foram elaboradas a partir dos dados trabalhados pelo CEBRAP, comentando-os à luz da área de formação de cada especialista. Em seguida, são apresentados os destaques, seguidos de gráficos e mapas que contribuem para compreender as diferentes manifestações das desigualdades e que busca um instrumento para revertê-las.

Educação

Retrato das Desigualdades Brasileiras na Educação

Cisele Ortiz ¹

¹ Cisele Ortiz é psicóloga. Atua na Educação Infantil desde 1977 e atualmente é coordenadora adjunta do Instituto Avisa Lá - formação continuada de educadores.

Há uma máxima popular que diz que a Educação começa no berço. Evidente que sim, seja pela família que recebe a criança quando nasce ou pela creche que a acolhe nos seus primeiros anos de vida. Sem dúvida, a primeiríssima infância, que é a faixa etária de 0 a 3 anos, não tem sido contemplada com a educação que merece.

E, nesse sentido, chama mais a atenção o descumprimento da meta do PNE que em 2024 deveria ser de 50% da população das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, em todos os estados brasileiros. Em 2023, esse valor está em 33,2%, ou seja, só atingimos 2/3 da meta. A distância pode ser ainda maior a depender da região do país, já que a distância da meta entre os diferentes territórios brasileiros é ainda mais alarmante, revelando a desigualdade no acesso:

Norte	17.1
Nordeste	26.5
Sudeste	40.2
Sul	43.1
Centro-Oeste	28.4

Entre os estados brasileiros, o destaque negativo é para o Amapá com apenas 5,7% das crianças matriculadas, menor índice. E para os estados de São Paulo (48,4%) e Santa Catarina (49,4) cada, maiores índices.

Olhando os dados desagregados é importante salientar que em todos os estados brasileiros não há uma diferença muito grande de meninas e meninos matriculados, a diferença varia entre 2 e 3 pontos percentuais vale destacar Sergipe e Goiás: no primeiro, mais meninas do que meninos estão matriculados e, no segundo, é ao contrário. Pode ser apenas uma coincidência a partir da natalidade de crianças de um sexo ou outro, ou de mortalidade específica do município.

No quesito crianças negras e não negras, no cômputo geral da média brasileira temos mais crianças não negras do que negras matriculadas em creche, em relação a esse quesito da população. Em 3 regiões do Brasil o percentual de crianças negras é ligeiramente maior do que de crianças não negras, com exceção do

Sul e do Sudeste nos quais há mais crianças não negras matriculadas, o que eleva a média, já que são os estados com mais crianças matriculadas no geral.

Esses dados comprovam o que ocorre em outros segmentos de ensino, no qual as pessoas negras têm menos acesso à educação formal. As pessoas negras são as mais pobres, as que moram nas franjas da cidade e que tem menos acesso às políticas públicas.

Destaca-se aqui São Paulo, estado com 51% de crianças negras matriculadas em creche, o que pode ser resultado do esforço em atender a demanda expressa, principalmente, nas periferias da capital, com a expansão da rede parceira, que atingiu o valor de 100% em 2020 mantendo-se assim até hoje.

Há mais meninos não negros atendidos em creches no Brasil do que meninas negras, com exceção da região sul.

Estes dados nos levam a pensar nas razões para as crianças brasileiras estarem fora das creches, várias alternativas são possíveis: há demanda mas não há vaga

e os estados não investem na ampliação desse serviço, só podendo ser checado se houver acompanhamento da demanda, o que só vai acontecer a partir deste ano; as famílias não procuram a creche por desconhecer seus direitos e o direito da criança à vaga em creche desde que nasce; por desconhecer o tipo de serviço prestado, o que gera insegurança em matricular a criança, medo de que algo aconteça à criança; por concepção de educação, de que os primeiros são de responsabilidade exclusiva da família; por “dó” em colocar a criança tão pequena na creche e ser institucionalizada muito cedo. Essas são algumas das hipóteses. Há casos em que o tipo de funcionamento das creches, em termos de distância de casa, horários de abertura e fechamento, não atende as expectativas da família e casos em que as famílias não conseguem se organizar para atender as regras de funcionamento das creches.

Como recomendação, destacamos que o atendimento das crianças com equidade precisa ser uma meta de todos os municípios do país, e que a busca ativa de

crianças de 0 a 3 anos precisa estar presente nos planos de governos, principalmente para aquelas que mais precisam, isto é, oriundas de famílias pretas, pobres e periféricas. E, também, para as crianças público-alvo da educação especial: essas crianças precisam estar apoiadas pelo estado, sejam na cidade, no campo, na floresta, nas águas, precisam ter o acesso à educação garantida desde o berço.

Embora as matrículas em creches não sejam obrigatórias para as famílias, é dever do estado prover a vaga enquanto houver demanda. A creche de boa qualidade pode complementar a ação da família e fazer parte da rede de apoio principalmente das famílias monoparentais. Uma criança que frequenta creche costuma ter a maior parte de suas necessidades nutricionais atendidas, participa de propostas de brincadeiras que auxiliam seu desenvolvimento de forma mais global, aprendem a se socializar e a aceitar os cuidados de outras pessoas, e ainda favorecem que os pais possam trabalhar e/ou estudar, o que pode elevar

o nível econômico das famílias. A Educação infantil como um todo (atendimento de 0 a 6 anos em período integral) é a política pública mais abrangente de cuidado e educação, respeitados os parâmetros de qualidade da educação infantil, as crianças frequentam todos os dias, o dia todo, recebem o que precisam para crescer e se desenvolver e oferece apoio à família.

Um estado que prioriza as crianças dessa faixa etária cumpre o artigo 227 da constituição, destina recursos para saúde, educação e assistência social, ou seja, coloca a criança claramente no orçamento, garantindo o seu bem estar e de sua família, e contribuindo para uma sociedade justa e equitativa.

A outra ponta da escolarização formal está no Ensino Médio: a preocupação com os jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos e a sua presença no Ensino Médio.

O PNE trouxe o compromisso de universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste

PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Conforme a pesquisa indica, mesmo pós pandemia, a taxa líquida de escolarização vem crescendo, ainda que a passos lentos, indicando um esforço nacional de manter os jovens na escola.

No Brasil essa taxa aumentou apenas 0,3 pontos percentuais de 2022 para 2023, e isso se deve a maior presença de meninos negros e não negros na escola, cursando na idade certa, embora tenha diminuído o número de meninas na mesma situação.

Para este resultado tivemos a maior contribuição vinda dos estados do Nordeste com 3,9 pontos percentuais de aumento atribuídos a maior participação de meninos negros e não negros. Chama a atenção o estado do Espírito Santo e a região metropolitana de Vitória que avançaram significativamente com a presença de meninas no ensino médio.

De alguma forma, o debate público sobre mudanças

estruturais do ensino médio, como carga horária, disciplinas específicas, percursos formativos diversificados, tempo integral e bolsas permanência, geraram grandes discussões sobre como poderia funcionar na prática, fizeram com que toda a sociedade voltasse a sua atenção a esse segmento. Entretanto, os jovens saem do ensino médio com um aprendizado ainda muito aquém do esperado, tornando persistente o desafio da qualidade da educação.

A continuidade dos estudos de uma população para completar o seu ciclo de aprendizagem e se formar no Ensino Médio exige 18 anos de dedicação e empenho. Manter uma pessoa vinculada a um desejo de terminar os estudos formais não parece uma tarefa fácil, revelado no dado de que 29,4% da população brasileira entre 15 e 64 anos não tem competências de leitura e escrita de realizar contas básicas para dar conta de seu cotidiano, esse grupo é identificado pelo INAF como analfabetos funcionais.

Homens negros (32,8%) que ganham até 1 salário-

mínimo (48,3%) é o público mais vulnerável deste indicador. Sabemos que este perfil está presente em todo território nacional, mas afeta sobremaneira a população do Nordeste.

O impacto que o analfabetismo provoca na vida das pessoas e das famílias pode ser devastador. Sem acesso à informação e à cultura a pessoa não consegue processar informações, avaliar e ter um posicionamento diante do que é exposto, sejam notícias, compras, conversar ou manejar sua saúde. Não é só o acesso à leitura e escrita que é prejudicado, é a falta de boas oportunidades de trabalho e de aumento de renda, de participação cidadã, de educar bem os seus filhos e apoiar a sua família. Pessoas nessa condição tem pouco acesso a seus direitos e às políticas públicas. Não conseguem autonomia.

Quais seriam as razões que fazem uma pessoa não acessar a escola ou desistir dela? Falta de acesso a educação em tempos e horários condizentes com o trabalho, qualidade da oferta de educação, falta de

material didático e de professores formados para atender essa população e adequados a este enorme escopo etário. Jovens de 15 a 18 anos saem da escola para trabalhar ou não conseguem acompanhar a escola e tem sua aprendizagem prejudicada, não se sentem acolhidos em suas dificuldades, sofrem diferentes tipos de violência e tem um ciclo de fracasso que diminui a confiança de que podem superar as adversidades. Jovens mais transgressores também acabam entrando nesse grupo, assim como os repetentes.

É preciso que planos, programas e projetos de educação de jovens e adultos busquem dar formas alternativas de acesso, seja dentro da educação formal ou educação não-formal (ONGs e movimentos sociais que promovem alfabetização de adultos) que assegurem a esse público estratégias que aproximem as pessoas com a cultura escrita de uma maneira mais realista e adequada às necessidades específicas em suas diferentes etapas de conhecimento, de formas estrategicamente mais criativas.

Há várias iniciativas da sociedade civil que podem ser mapeadas, divulgadas e fomentadas. Como exemplo, podemos citar empresas de engenharia que contratam professores para alfabetizar seus funcionários durante o horário de trabalho e em seu canteiro de obras. Professores em formação permanente atrelada a esse contexto específico de trabalho e acesso aos bens culturais de um modo geral também são insumos de uma transformação.

O acesso à educação desde a primeira infância mantém as pessoas por mais tempo na escola e com melhor aprendizagem, assim como identificar os pais de crianças da educação infantil que são público-alvo de alfabetização de adultos precisam ser priorizados em seu atendimento, para poderem valorizar a educação que seus filhos recebem e poderem cuidar melhor deles.

Também é papel da escola conhecer a escolaridade dos pais que têm seus filhos na escola e ajudá-los a completar seus próprios estudos, orientando-os a buscar complementação pelo EJA.

O que esta pesquisa e seus dados nos apontam é que, embora tenham conseguido avanços e tenham empenhado esforços para colocar a Educação como ponto de apoio ao desenvolvimento, estamos longe de promover a equidade entre meninos e meninas, entre pessoas negras e não negras, entre as diferentes regiões do Brasil.

Precisamos colocar como meta a qualidade e a equidade de nossa educação, fazendo mais investimentos onde precisa, seja do ponto de vista financeiro, redistribuindo a renda de forma justa, de apoio técnico, de recursos pedagógicos e didáticos e na formação de professores, valorizando a carreira. Temos que conhecer e reconhecer as especificidades e o contexto de cada região para que as intervenções sejam cirúrgicas e eficientes. Não podemos deixar ninguém fora da escola e sem aprender, mas que seja uma escolarização realmente com sentido e com qualidade.

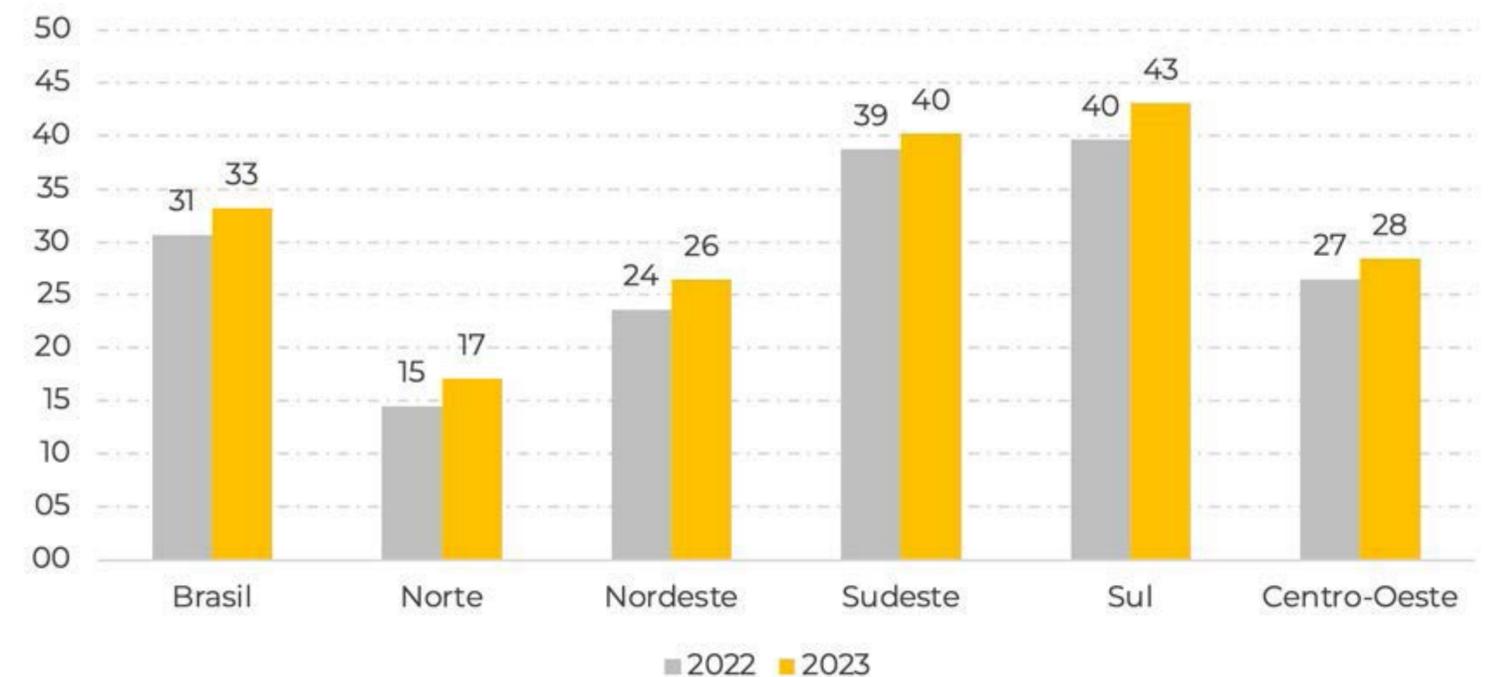
Estimativa de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche (%)

Um conjunto expressivo de evidências aponta para a importância crucial da primeira infância para o desenvolvimento das pessoas ao longo da vida, já que a falta de cuidados nessa etapa tem consequências duradouras na sua capacidade de participar da vida social. Nesse sentido, chama atenção tanto a distância de acesso em relação à meta do Plano Nacional de Educação de atingir 50% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche, como a variação de apenas 8,1% no acesso. Outros destaques são:

- A região Sul foi a região que mais ampliou o acesso à creche (+3,5 pp), seguida da região Nordeste (+2,9 pp), conforme a Figura 3;

Figura 3. Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam Creche, segundo Grandes Regiões. Brasil, 2022 e 2023.

Fonte: Pnad-Contínua, 2º Trimestre, Suplemento Educação e Atenção Primária à Saúde. IBGE, 2022-2023.



- O acesso se ampliou tanto entre as crianças negras, quanto entre as crianças não negras. Atualmente, porém, ainda é maior o percentual de crianças não negras nas creches (36,0% contra 33,3% de crianças negras), conforme a Figura 4;
- Os meninos não negros (ou seja, brancos e amarelos) constituem o público com o maior acesso à creche (37,6%); as mulheres negras, por sua vez, constituem no grupo com a menor presença, ou seja, apenas 29,6% frequentam as creches, conforme observamos na Figura 5.

Figura 4. Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam Creche, segundo Raça/Cor. Brasil, 2022 e 2023.

Fonte: Pnad-Contínua, 2º Trimestre, Suplemento Educação e Atenção Primária à Saúde. IBGE, 2022-2023.

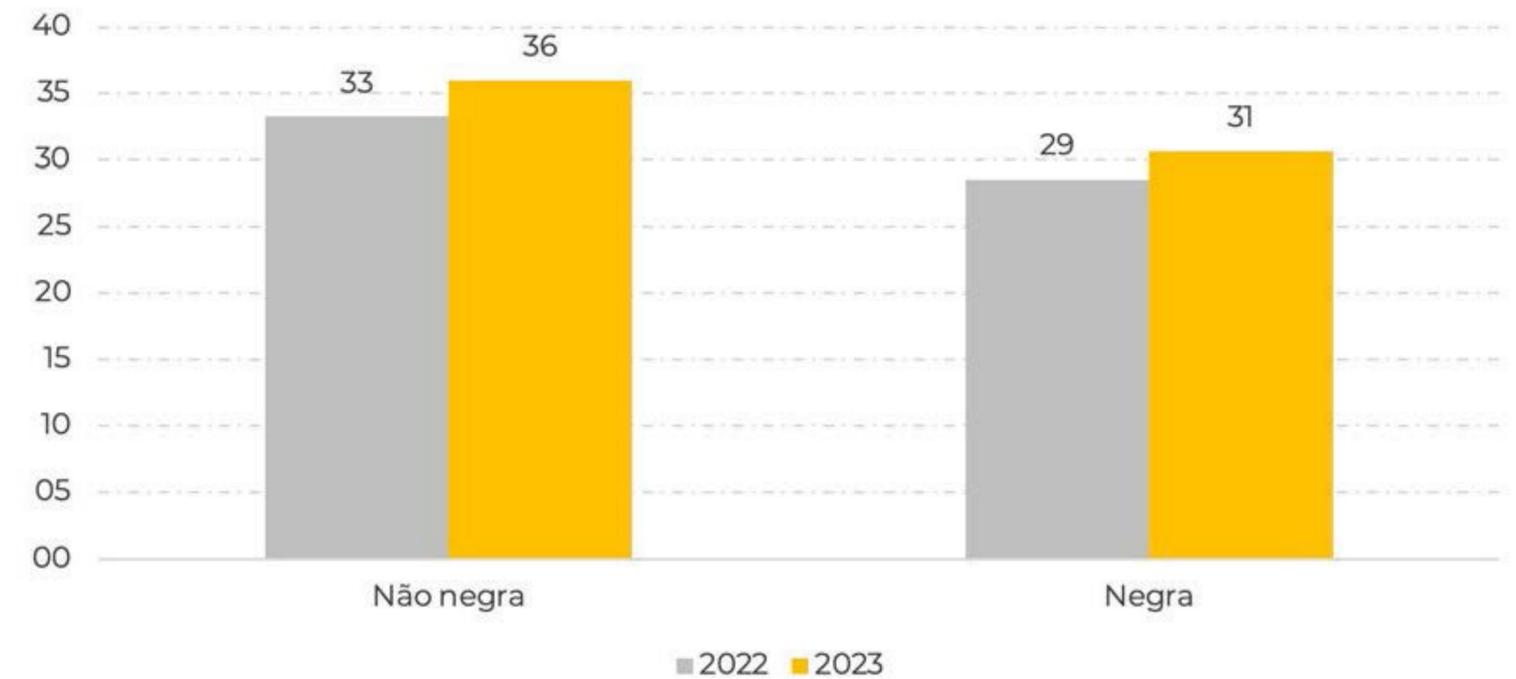
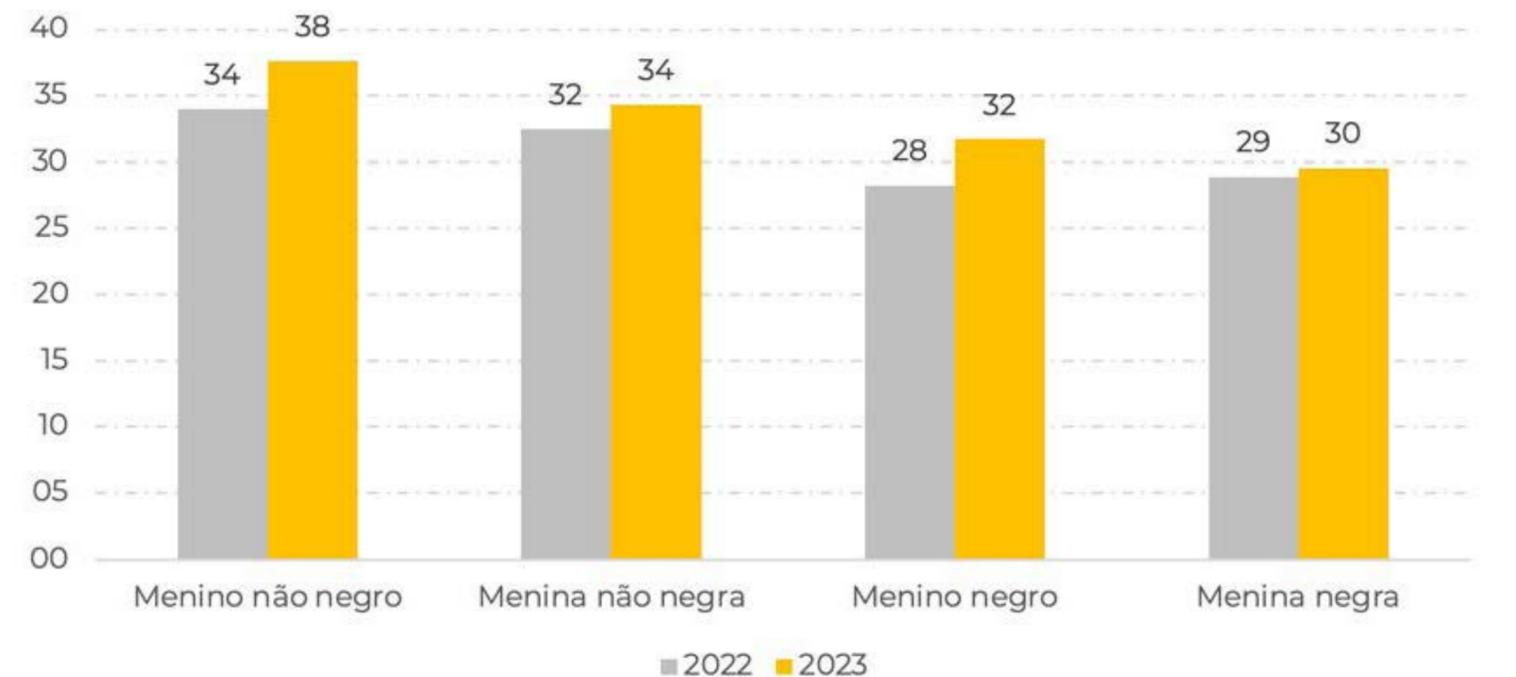


Figura 5. Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam Creche, segundo gênero e Raça/Cor. Brasil, 2022 e 2023.

Fonte: Pnad-Contínua, 2º Trimestre, Suplemento Educação e Atenção Primária à Saúde. IBGE, 2022-2023.



Taxa de analfabetismo funcional da população entre 15 e 64 anos (%)

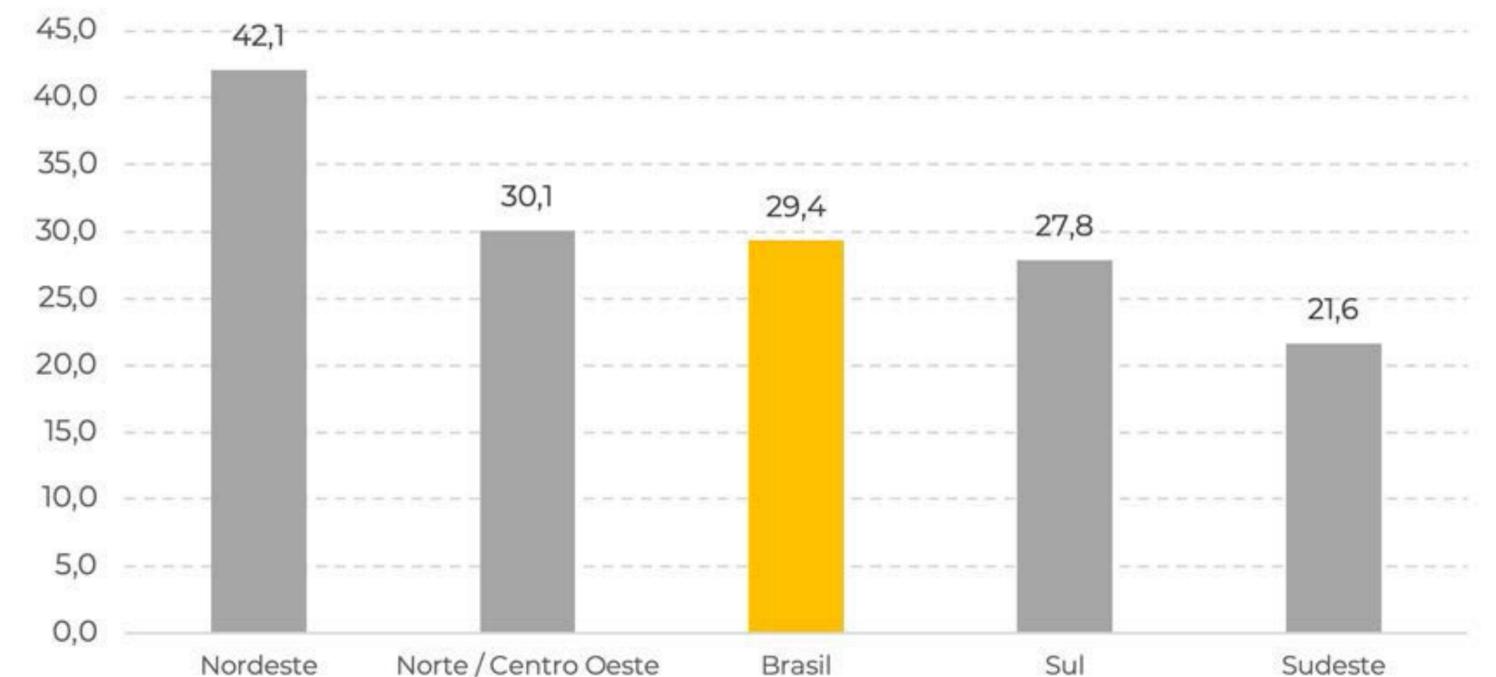
A inserção dos indivíduos nas diferentes dimensões da vida social está relacionada à sua capacidade de compreender, utilizar e refletir sobre informações por meio do letramento. Por isso, acompanhar a evolução e a disseminação dessas capacidades por toda a população é ferramenta essencial para a redução das desigualdades.

O analfabetismo funcional é definido operacionalmente como a soma daqueles que são:

- Nível analfabeto, isto é, “os indivíduos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela deles consiga ler números familiares como o do telefone, da casa, de preços etc.” e,

Figura 6. Taxa de analfabetismo funcional da população entre 15 e 64 anos, segundo Grandes Regiões - Brasil 2018

Fonte: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro. Índice de Analfabetismo Funcional - Inaf, 2018.



• Nível rudimentar, isto é, indivíduo capaz de “encontrar informações explícitas em textos simples e relacionados ao cotidiano, comparar e escrever números familiares, resolver problemas matemáticos básicos e entender relações entre grandezas e unidades de medida.”

Segundo dados do INAF, apresentados na Figura 6, em 2018, 29,4% da população brasileira entre 15 e 64 anos era considerada analfabeta funcional. Na região Nordeste a taxa de analfabetismo funcional era maior e alcançava 42,1% da população entre 15 e 64 anos.

No Nordeste e no Sudeste, os homens sofriam com as maiores taxas de analfabetismo funcional (46,1% e 24,9%, respectivamente). Com exceção da região Nordeste, a taxa de analfabetismo funcional afeta principalmente a população negra.

Figura 7. Taxa de analfabetismo funcional da população entre 15 e 64 anos, por sexo segundo Grandes Regiões - Brasil 2018

Fonte: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro. Índice de Analfabetismo Funcional - Inaf, 2018.

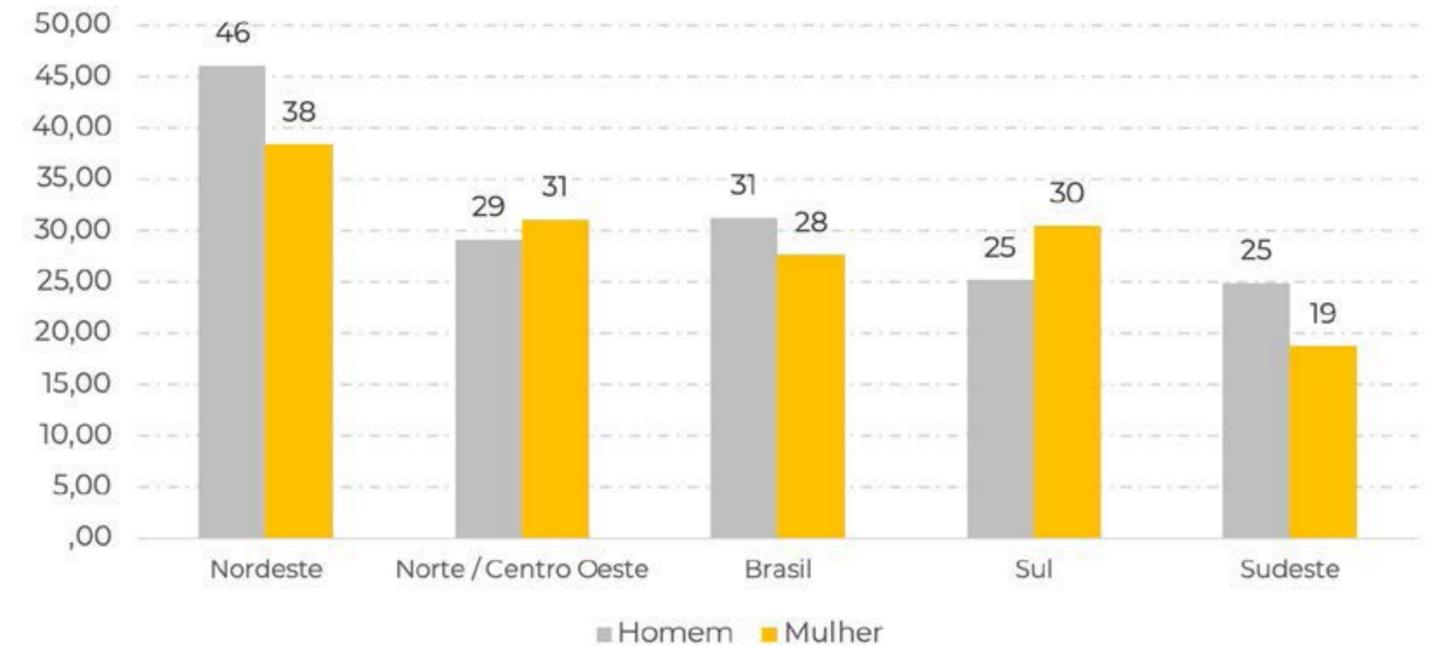
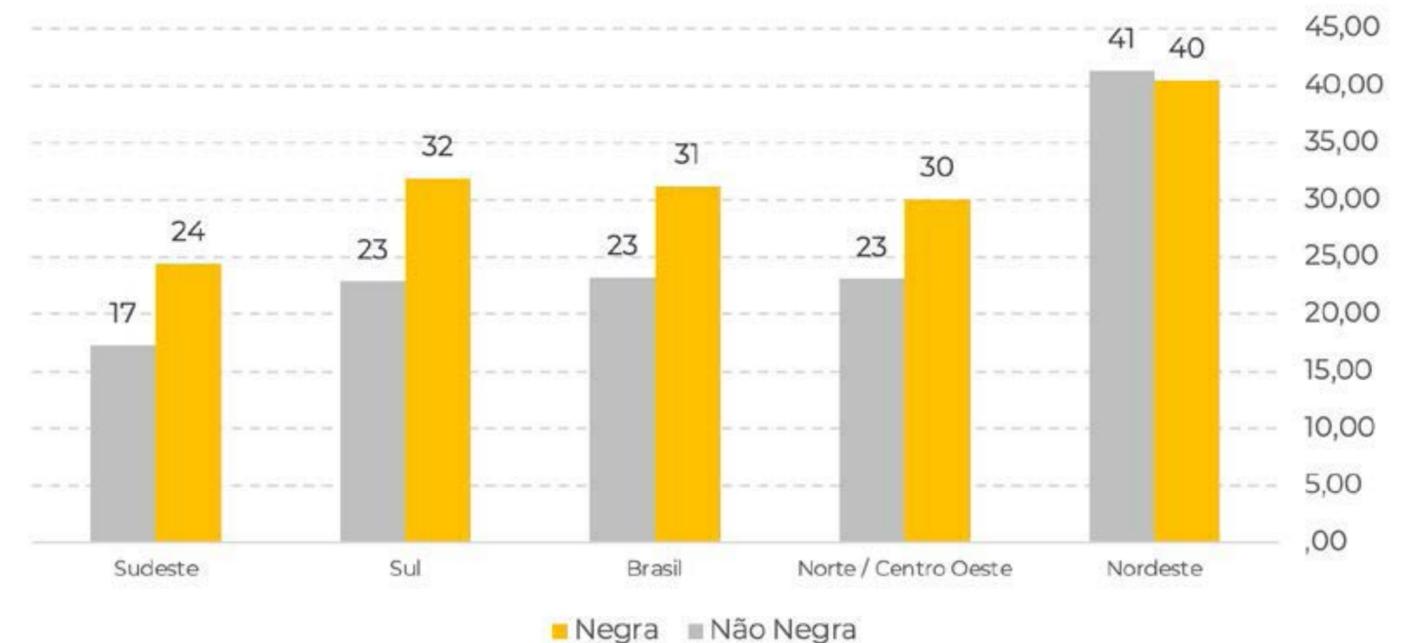


Figura 8. Taxa de analfabetismo funcional da população entre 15 e 64 anos, por raça/cor segundo Grandes Regiões - Brasil 2018

Fonte: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro. Índice de Analfabetismo Funcional - Inaf, 2018.



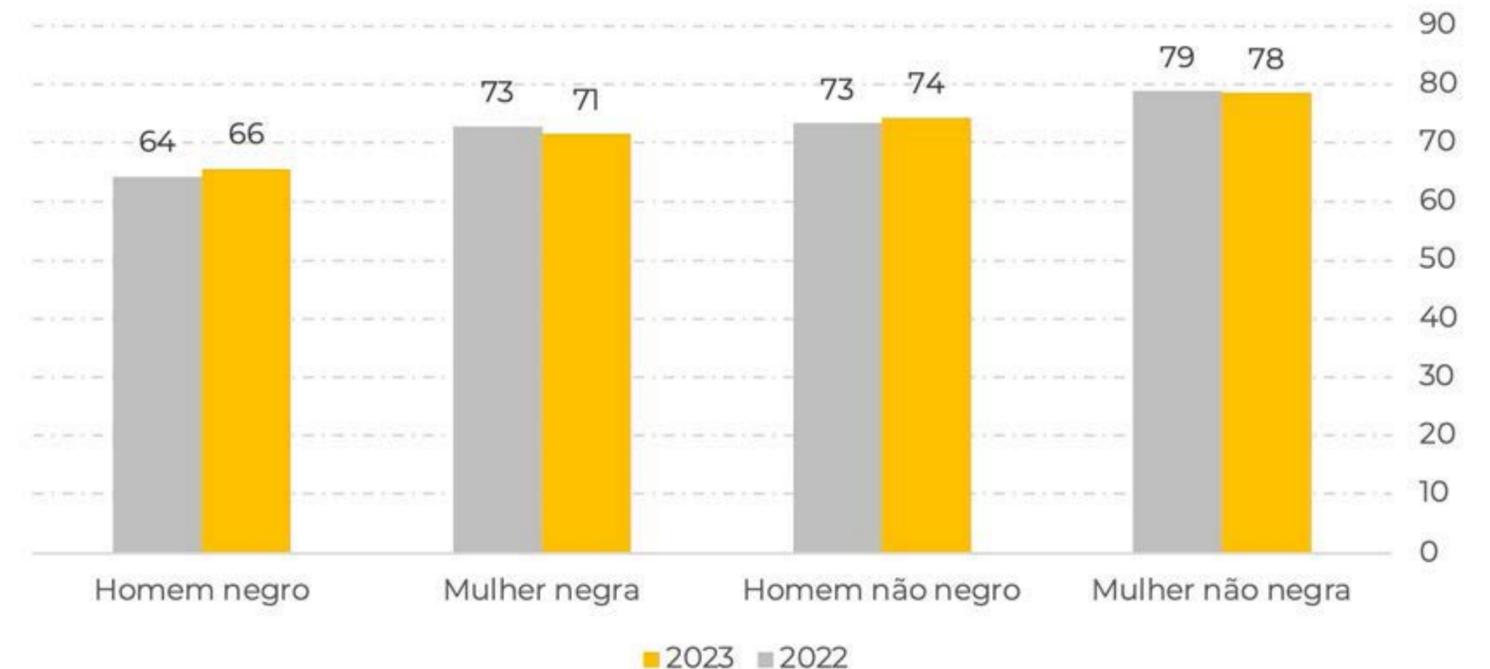
Taxa de escolarização líquida no ensino médio e ensino superior

A presença de jovens no Ensino Médio e no Ensino Superior foi medida por meio dos indicadores de escolarização líquida:

- Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio é a razão entre o número de pessoas de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio e a população de 15 a 17 anos;
- Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior é a razão entre o número de pessoas de 18 a 24 anos que frequenta o Ensino Superior e a população de 18 a 24 anos.

Figura 9. Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio, por sexo e cor ou raça. Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2022 e 2023.

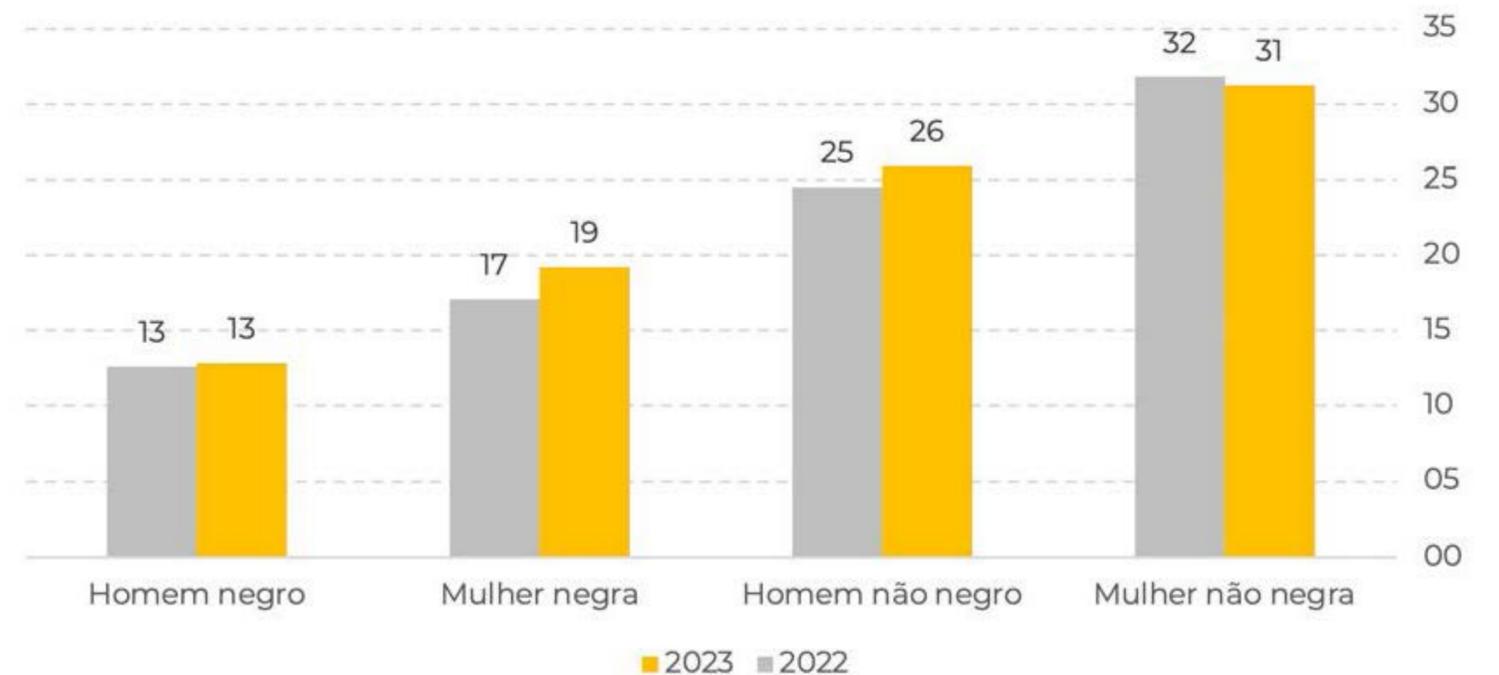


A taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos se mantém praticamente a mesma em todo Brasil, em torno de 71%. Quando se verifica a raça e o gênero dos estudantes de Ensino Médio, conforme a Figura 9, nota-se que entre as mulheres há uma ligeira queda na taxa de escolarização. Por outro lado, os homens, negros e não negros, aumentam a participação no Ensino Médio. Apesar dos avanços recentes na escolarização masculina, o grupo dos homens negros continua com a maior dificuldade de acesso.

Em relação ao Ensino Superior, observa-se a continuidade da tendência de aumento da taxa de escolarização da população de 18 a 24 anos. Com pequenas variações, a participação no Ensino Superior se mantém estável em todas as regiões do país. O crescimento mais significativo ocorreu na região Nordeste (+1,3 p.p). As pessoas negras foram as que mais conseguiram ampliar a participação no Ensino Superior entre 2022 e 2023 (aumento de 1,2 pp). Destacam-se as mulheres negras, que aumentaram no período a participação de 17,1% para 19,2%, um crescimento de +2,1 pp, superior ao verificado entre os homens, sejam eles negros ou não negros.

Figura 10. Taxa de escolarização líquida do Ensino Superior, por sexo e cor ou raça. Brasil, 2022 e 2023.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2022 e 2023.



Saúde

A saúde no Brasil hoje: retrato de uma realidade desigual

Matías Mrejen²

As desigualdades de saúde representam um desafio crítico para o desenvolvimento humano, tendo destaque dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. O ODS número 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, é ameaçado pelas profundas desigualdades de saúde que persistem no Brasil. Essas desigualdades estão relacionadas com a pobreza, a exclusão social e a vulnerabilidade, afetando o cumprimento de outros ODS, como a redução da pobreza (ODS 1), igualdade de gênero (ODS 5) e redução das desigualdades (ODS 10). Enfrentar essas desigualdades de saúde é crucial para garantir que ninguém seja deixado para trás na busca por um futuro mais sustentável e equitativo.

Os determinantes sociais da saúde desempenham um papel central na perpetuação das desigualdades em saúde. Fatores como renda, educação, ocupação, condições de moradia e acesso a serviços de saúde são determinantes críticos que influenciam a saúde das populações. A distribuição desigual desses determinantes segundo renda, raça/cor, gênero ou

região de residência está por trás de grande parte das desigualdades de saúde entre diferentes grupos sociais. Assim, compreender e atuar sobre os determinantes sociais da saúde é essencial para formular políticas públicas eficazes na promoção de equidade em saúde.

No Brasil, o estudo dessas desigualdades é particularmente relevante. Por um lado, o país é um dos mais desiguais no mundo em termos socioeconômicos e tem um histórico de marcadas desigualdades étnico-raciais. Por outro lado, o país construiu o maior sistema público de saúde do mundo que, apesar de cronicamente subfinanciado e desafiado por gargalos na provisão de serviços, provê acesso universal a cuidados de saúde e tem entregado resultados positivos para a saúde da população nas últimas décadas, em grande parte graças a programas nacionais de expansão da cobertura da atenção primária, como a Estratégia Saúde da Família.

Nesse contexto, o relatório de 2024 do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, “Observatório brasileiro das desigualdades”, apresenta uma contribuição significativa para o entendimento da dimensão

das desigualdades de saúde no país, focando em desigualdades regionais e de raça/cor. Na região Norte, a taxa de mortalidade infantil é quase 50% maior do que na região Sul, e essa relação supera 90% quando comparadas as unidades da federação com menores e maiores valores. A razão de mortalidade materna caiu em 2022 para valores mais próximos do período pré-pandemia, mas as desigualdades continuam gritantes: ela é praticamente o dobro na região Norte do que na região Sul. A proporção de nascidos de mães crianças ou adolescentes também é muito desigual regionalmente, sendo mais do que o dobro no Norte e mais de 50% maior no Nordeste do que no Sul ou no Sudeste. Em nível nacional, essa proporção é 75% maior entre nascidos de mães negras do que entre nascidos de mães não negras. As desigualdades raciais na saúde se manifestam também na taxa de óbitos por causas evitáveis: ela é 41% maior entre homens negros do que entre homens não negros e 43% maior entre mulheres negras do que entre mulheres não negras.

O conjunto de causas por trás dessas desigualdades é variado e interligado. Dados disponibilizados pelo

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) no portal IEPS Data mostram que os recursos humanos e físicos disponíveis para a provisão de serviços de saúde são menos abundantes no Norte e no Nordeste, o que frequentemente afeta a capacidade de entregar cuidados à saúde. Essas desigualdades regionais refletem as disparidades na renda per capita, que é significativamente menor no Norte e Nordeste do país. Isto se espelha no acesso da população a serviços essenciais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que enquanto vários estados do Norte e do Nordeste não alcançam 30% dos domicílios urbanos ligados à rede de esgoto, esse percentual supera 90% no Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

As desigualdades regionais estão interligadas com as desigualdades raciais. A proporção da população negra é maior no Norte e Nordeste, as regiões menos favorecidas do país. Mas essas desigualdades estão presentes em todo o território nacional. Dados do IBGE mostram que o percentual de pessoas em ocupações informais e o percentual da população residente em

domicílios sem documentação da propriedade é maior entre pretos e pardos do que entre brancos em todas as regiões do país. As desigualdades entre brancos e negros se reproduzem em diferentes dimensões. Em termos econômicos, a renda média entre pessoas brancas é aproximadamente 1,7 vezes maior do que entre pessoas negras, entre as quais as taxas de pobreza são duas vezes maiores, e essa diferença existe independentemente do nível educacional. Em termos de exposição à violência, a prevalência é significativamente maior entre pessoas negras e homens negros tem mais do que o dobro de probabilidades de serem vítimas de um homicídio do que homens brancos.

Nesse contexto, não resulta realista pensar que as políticas de saúde possam por si só eliminar as desigualdades de saúde, mas elas podem contribuir para a sua diminuição e o país tem um histórico bem-sucedido nessa área. A construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e a enorme expansão da cobertura da atenção primária através da Estratégia Saúde da Família são o exemplo paradigmático disso. No entanto, a distribuição desigual de recursos entre o setor público

e o setor privado na saúde permanece como a principal ameaça para o aprofundamento desse caminho: mais da metade do gasto com saúde no país é privado, apesar de somente um quarto da população contar com cobertura médica através de algum plano de saúde particular. As pressões para restringir o gasto público em saúde para manter o equilíbrio fiscal, em um contexto de manutenção das isenções e benefícios fiscais para o setor privado na saúde, podem aprofundar esse desequilíbrio.

Diante desse cenário, é evidente que a redução das desigualdades de saúde no Brasil exige uma abordagem integrada e multidimensional, que vá além do setor da saúde e abranja políticas que afetem a distribuição dos determinantes sociais da saúde. Dentro do setor da saúde, a promoção da equidade no Brasil hoje em dia passa necessariamente pela redistribuição justa de recursos, tentando diminuir desbalanços regionais, raciais e socioeconômicos. Para isso, o fortalecimento do SUS e um equilíbrio mais justo entre os setores público e privado são cruciais.

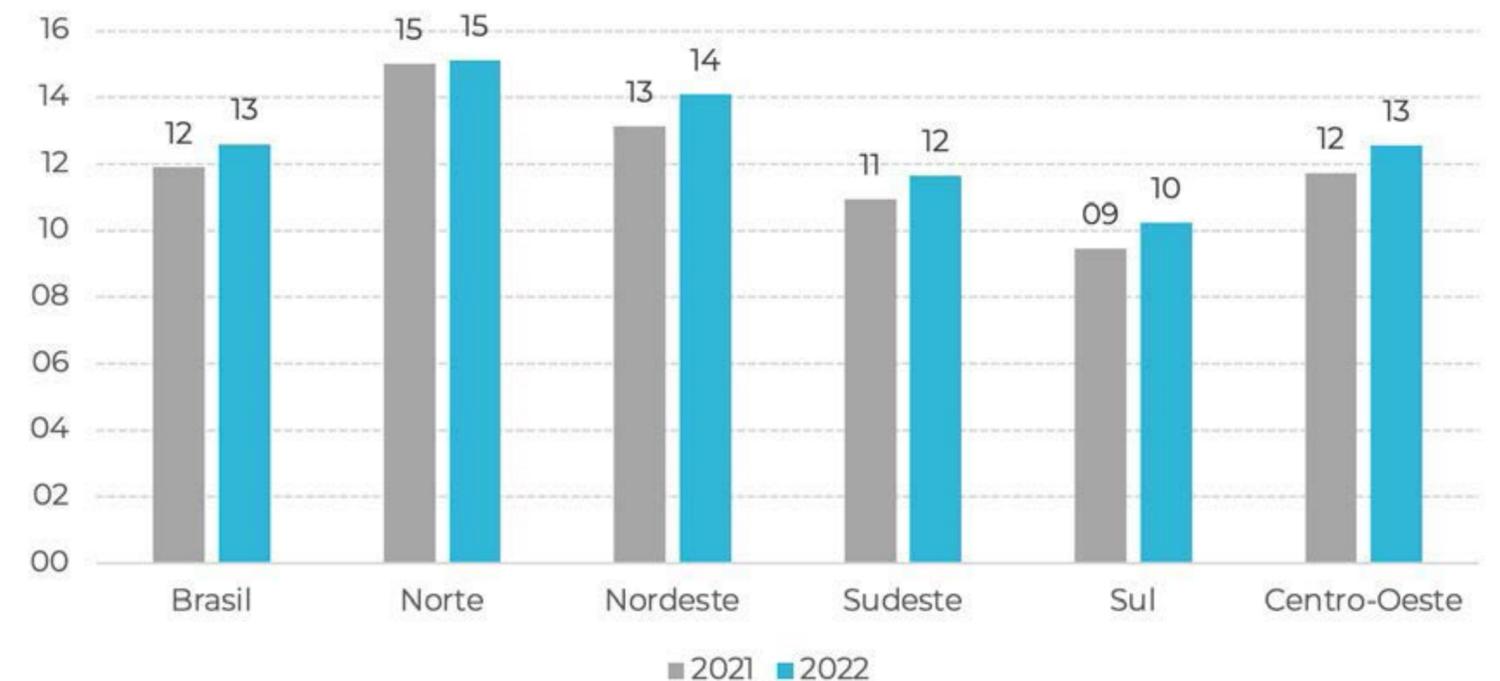
Taxa de mortalidade infantil

A mortalidade infantil, um dos principais indicadores relacionados ao desenvolvimento humano, destaca-se por seu caráter multideterminado: reflete, ao mesmo tempo, condições de infraestrutura e de qualidade ambiental, assim como de políticas relacionadas à atenção básica, de saúde materna e direcionadas à população infantil (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE, 2008, p. 108).

Entre os últimos anos com dados disponíveis, isto é, entre 2021 e 2022, chama atenção o aumento da mortalidade infantil no país, e em todas as regiões. A distância entre piores e melhores alcança 50% tanto em nível regional como estadual.

Figura 11. Óbitos infantis (menores de 1 ano) a cada 1.000 nascidos vivos, segundo Grandes Regiões. Brasil, 2021-2022.

Fonte: MS/SVS/CGIAE- Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.



Nascidos vivos com mães de 19 anos ou menos (%)

A gravidez precoce pode indicar situações de risco para os recém-nascidos, além de potencialmente impactar a inserção social da mãe em determinadas situações (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE, 2008). O indicador escolhido neste caso foi o de proporção (%) de nascidos vivos de mães de 19 anos ou menos, relativo ao total de nascimentos.

- Os resultados apontam para uma queda de 14% no Brasil, embora a taxa entre pessoas negras permaneça sendo 43% superior (ante 44% em 2022), conforme a Figura 13;

- As diferenças regionais persistem, com destaque para a diferença entre Sul e Norte do país, com a segunda 52% superior em relação à primeira. Ainda nesse quesito chama atenção que a maior queda se deu na região nordeste, de 15%, conforme a Figura 13.

Figura 12. Percentual de Nascidos vivos de Mães de com até 19 anos, segundo raça/cor. Brasil, 2022 e 2023.

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

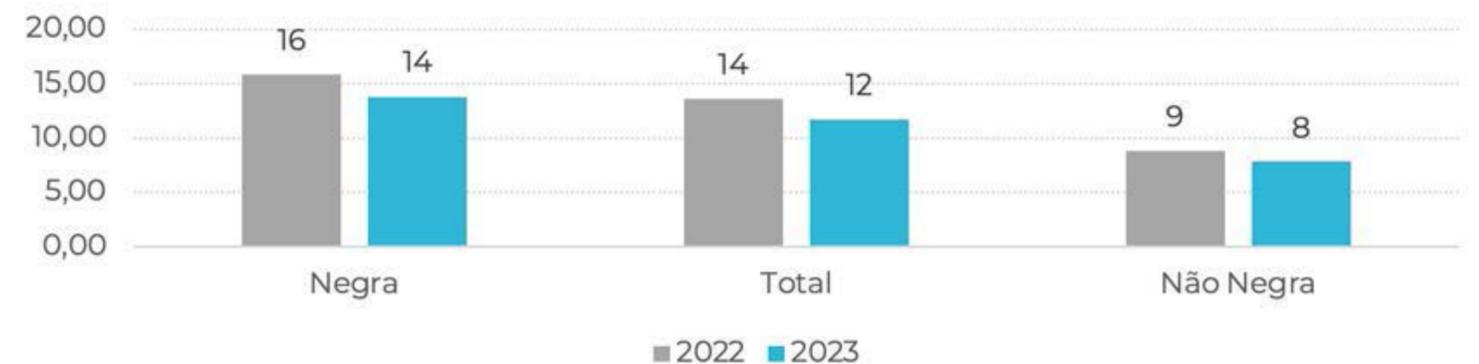


Figura 13. Percentual de Nascidos vivos de Mães de com até 19 anos, segundo Grandes Regiões. Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.



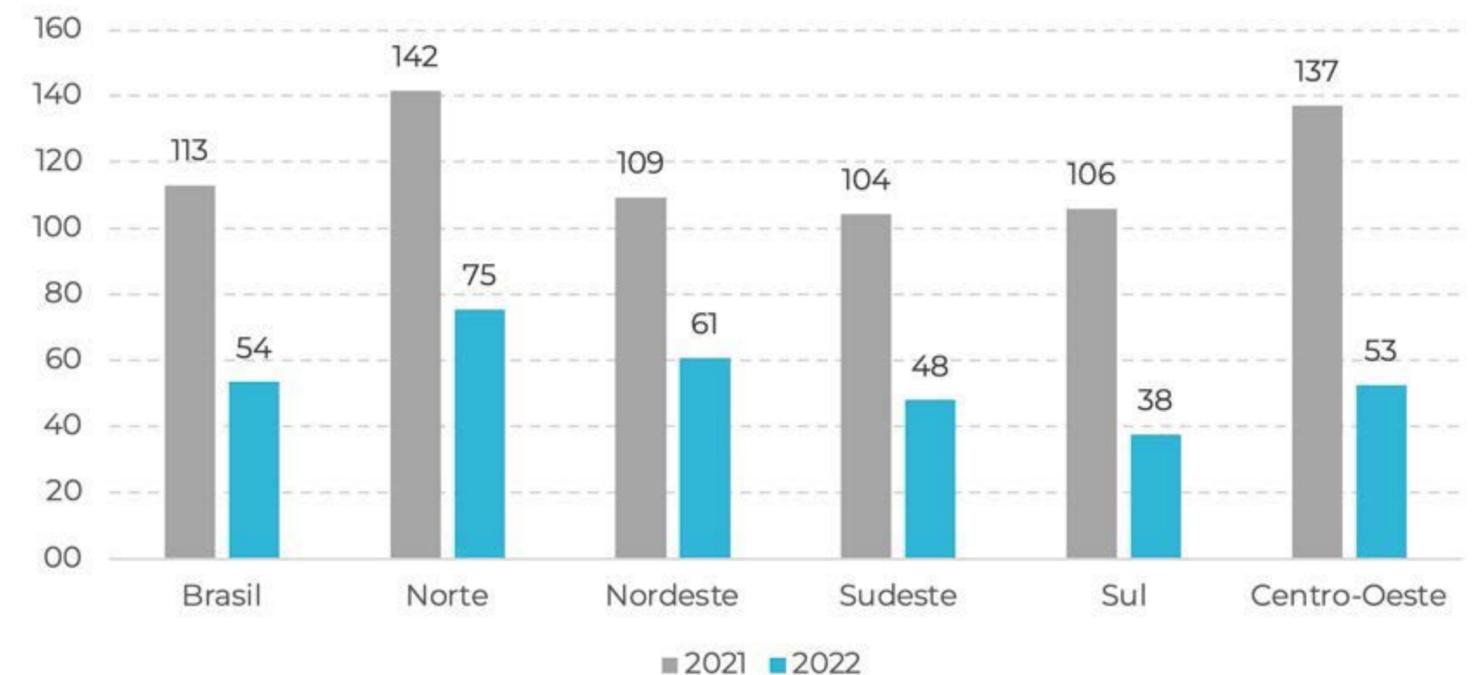
Mortalidade materna

O indicador de mortalidade materna é uma estimativa que busca identificar as mortes por causas ligadas à gravidez. Dessa forma, reflete a qualidade das políticas de atenção à mulher, na medida em que “taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal, até a assistência ao parto e ao puerpério”. (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE, 2008, p. 120). Em relação a esse indicador, nota-se:

- **Queda expressiva da mortalidade materna para os patamares pré-pandemia, em todas as regiões do país.**
- **Apesar disso, as diferenças entre a melhor e a pior região tenham aumentado. Em 2021 a taxa da região norte era 25% maior do que na região sul; em 2022, essa diferença aumentou para 50,3%**

Figura 14. Óbitos maternos a cada 100.000 nascidos vivos, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2021 e 2022.

Fonte: Óbitos maternos - MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).



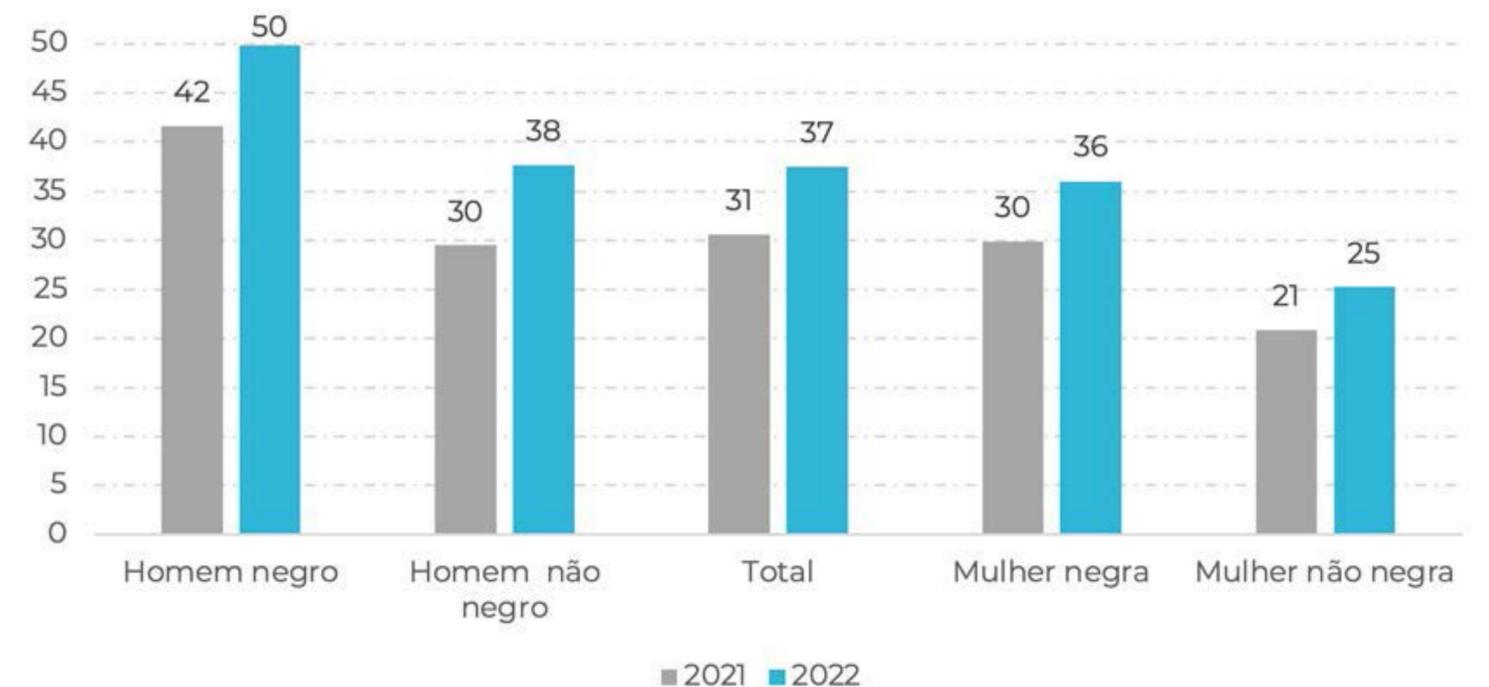
Proporção de óbitos por causas evitáveis e por faixa etária

A proporção de óbitos por causas evitáveis é um indicador importante por refletir a qualidade de um conjunto de políticas, desde as de vacinação até as de atendimento de saúde, assim como outros fatores relacionados às políticas de prevenção e de atenção. Uma de suas dimensões, por exemplo, é a de mortes por causas externas, que podem estar relacionadas à efetividade de políticas como a segurança pública e segurança viária. Os dados disponíveis são oferecidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade e a classificação é baseada em uma lista de doenças ou situações consideradas preveníveis pela atuação dos serviços de saúde e outras entidades da assistência social.¹ Em relação à proporção de óbitos por causas evitáveis, dois aspectos chamam atenção:

- O aumento de 22% na proporção dos óbitos das causas evitáveis na média nacional, e incremento proporcional foi maior entre homens (23%) do que entre mulheres (20%);
- Em relação aos homens negros chama atenção que 50% dos óbitos poderiam ser evitados por políticas públicas.

Figura 15. Taxa de óbitos por causa evitáveis (indivíduos com idade de 5 a 74 anos) segundo gênero e raça/cor. Brasil 2021- 2022.

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.



¹ As causas evitáveis são classificadas a partir da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e lista disponibilizada pelo ministério da Saúde. Elas correspondem a óbitos que são preveníveis por: (i) ações de imunoprevenção; (ii) ações de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas; (iii) ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis; (iv) ações adequadas de prevenção, controle e atenção às causas de morte materna; (v) intersetoriais adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas.

Renda, riqueza e trabalho

**Desigualdades persistentes no
Brasil: Avanços e desafios na
redução da pobreza e melhoria de
renda**

Ursula Peres ³

³ Prof. Dra dos Cursos de Graduação e Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP.

O balanço geral dos indicadores de rendimento, desocupação e pobreza mostra avanços importantes de redução da pobreza e alguns aspectos da desigualdade, mas ainda há enormes desafios quando consideramos diferenças de gênero e raça e principalmente no que diz respeito à concentração de renda no Brasil.

Os indicadores de extrema pobreza mostram um resultado importante de redução dessa taxa no agregado geral do país que foi de 39%, mas que também se deu entre grupos, regiões e estados brasileiros. No comparativo dos grupos, a redução foi maior entre mulheres do que homens, especialmente mulheres negras, com taxa de redução de 45,2%, que é bastante superior à redução ocorrida no grupo de homens não negros, 30,7%. Quando comparamos a reduções das regiões, temos o maior percentual no Norte 45,1% e o menor na região Sul, 25,8%. Analisando os valores absolutos de 2023 temos ainda uma discrepância importante entre regiões, com o maior percentual de extrema pobreza no Nordeste, 2,7% e o menor no centro-oeste, 1%.

Em relação aos indicadores de desocupação é interessante perceber um avanço no índice agregado nacional, que mostra a redução de 19% na taxa de desocupação. Essa redução foi similar entre mulheres

(19,2%) e homens (18,8%), mas foi maior para o grupo de não negros (20,3) do que o de negros (18,8%). Quando analisamos o indicador com cruzamento de sexo e raça vemos que o grupo que teve maior redução na taxa de desocupação foi o de mulheres não negras (22,3%), seguido por homens negros (19,4%), mulheres negras (18,1) e homens não negros (17,7).

Apesar da redução da desocupação como um todo, a comparação das taxas entre grupos traz ainda um retrato preocupante de nossa desigualdade. A taxa de desocupação de mulheres (9,5%) é 48% maior que a de homens (6,4%). E, quando olhamos o cruzamento de sexo e cor, temos uma taxa de desocupação de mulheres negras (11,5%) que é mais que o dobro da taxa de homens não negros (5,2%).

A redução nas taxas de desocupação foi distinta também na comparação entre os estados brasileiros. O Norte e o Sudeste tiveram as maiores reduções, 21,7% e 21,3%, respectivamente e o Nordeste a menor redução, 15,4%. Quando comparamos os níveis de desocupação entre as regiões brasileiras em 2023 vemos que o Nordeste (11%) tinha 2,3 vezes a desocupação da região Sul (4,7%), e as mulheres no Nordeste uma desocupação (13,8%) que representa 3,5 vezes a desocupação dos homens na região Sul (3,9%).

Em função da redução da pobreza e da desocupação, entre outros fatores, já era esperada uma melhora do rendimento dos brasileiros. E, de fato, quando analisamos o indicador de rendimento médio mensal real de todas as fontes, verificamos que houve um crescimento médio total de 8,29%. Esse indicador tem destaques interessantes no recorte por sexo visto que o incremento de rendimento foi superior para mulheres (9,57%) em relação aos homens (7,68%). Já no desdobramento por cor ou raça, o incremento maior foi no grupo de não-negros (9,07%) do que entre negros (8,25%). No maior nível de detalhamento, verificamos que o grupo de maior crescimento no rendimento foi o de mulheres não negras (10,76%), seguido por mulheres negras (9,11%), homens não-negros (8,11%) e homens negros (8,0%) tiveram a menor variação. Ou seja, verificamos um crescimento real expressivo no rendimento médio mensal de todas as fontes, de forma que o grupo de mulheres apresentou maior ganho.

Porém, por mais que todos os desdobramentos tenham apresentado crescimento real expressivo, ainda verificamos diferenças importantes quando olhamos os mesmos dados em termos absolutos. Em 2023, homens ganhavam R\$ 3.252,00, enquanto as mulheres ganhavam R\$ 2.386,00, ou seja, a remuneração

das mulheres é 27% menor que a dos homens. Ao acrescentar o recorte racial vemos que pessoas negras ganhavam R\$ 2.149,00, em média, enquanto as não negras ganhavam R\$ 3.668,00, ou seja, negros possuem um rendimento mensal médio 41% menor do que não negros. Por fim, a maior desigualdade de renda no Brasil se dá na comparação do rendimento médio da mulher negra, que era de R\$ 1.814,00, em relação ao homem não negro, que teve rendimento de R\$ 4.248,00, ou seja, as mulheres negras recebem 57% a menos do que os homens não negros.

Quando olhamos as regiões do Brasil, verificamos que a região Norte foi a que apresentou maior crescimento total médio, com 11,34%, ao passo que a região Sul foi a que apresentou a menor variação, de 5,25%. No desdobramento por sexo, a região Norte também foi a que apresentou maior crescimento para mulheres e homens, com 12,32% e 11,11%, respectivamente, enquanto a região Centro-Oeste é a que apresenta o menor crescimento para as mulheres, com 7,95%, e a região Sul é a que apresenta menor crescimento para os homens, com 3,12%.

Olhando em termos absolutos para o maior desdobramento possível, verificamos que o grupo Mulher negra é sempre o que possui o menor valor, seguido por

Homem negro, Mulher não negra e, por fim, Homem não negro. O menor valor de rendimento é visto no Nordeste, para a mulher negra, com rendimento mensal médio de R\$ 1.468,00, ao passo que o maior rendimento é visto para Homem não negro no Centro-Oeste, com R\$ 5.120,00. Olhando esses dois extremos, vemos que o rendimento médio da mulher negra no Nordeste é 71% menor do que o do Homem não negro no Centro-Oeste.

Outro exemplo simbólico da desigualdade no Brasil é a discrepância de rendimento entre o 1% mais rico e os 50% mais pobres. Apesar da redução da extrema pobreza, da desocupação e melhoria dos rendimentos aponta, no agregado nacional, uma maior concentração de rendimento, isto é, a razão do rendimento do 1% mais rico e os 50% mais pobres aumentou 1,3%, ficando em 31,2 vezes.

Esse indicador desagregado por regiões e estados mostra distinções muito interessantes pois, em comparação a 2022, enquanto a concentração de renda tem redução nas regiões Norte (-8,9%) e Nordeste (-11,1%), ela aumenta nas regiões Sudeste (1,8%), Sul (9,2%) e no Centro-Oeste (3,4%). Quando comparamos os estados temos que a maior redução nessa razão de rendimentos ocorreu na Bahia, com queda de 39,7% e o maior aumento foi no Paraná, 26,7%.

Comparando apenas os indicadores estaduais em 2023, chama atenção o Estado da Paraíba, no qual o rendimento do 1% mais rico é 61,8 vezes maior que o dos 50% mais pobres, e o estado de Santa Catarina no qual essa razão é de 28 vezes. Um retrato desafiador de desigualdade de renda e de regiões do Brasil.

O conjunto de indicadores aqui analisados traz informações muito importantes para a reflexão e formulação de políticas públicas para as três esferas federativas. Isso porque fica evidente que tivemos melhora importante na redução da pobreza, desocupação e aumento do rendimento, mas isso se deu ainda com grandes desigualdades entre grupos. A análise da interseccionalidade de gênero e raça mostra que é preciso implementar ações focalizadas para reduzir a desigualdade de gênero e raça em todas as regiões do país e desigualdades inter-regionais.

Além disso, é necessário enfrentar o enorme desafio de reduzir a concentração de renda no Brasil que distancia absurdamente o 1% mais rico do restante da população. Mesmo com forte uso de políticas redistributivas essa desigualdade segue, mostrando que é sim fundamental repensar a estrutura tributária brasileira no que diz respeito à renda, buscando de fato garantir progressividade e equidade.

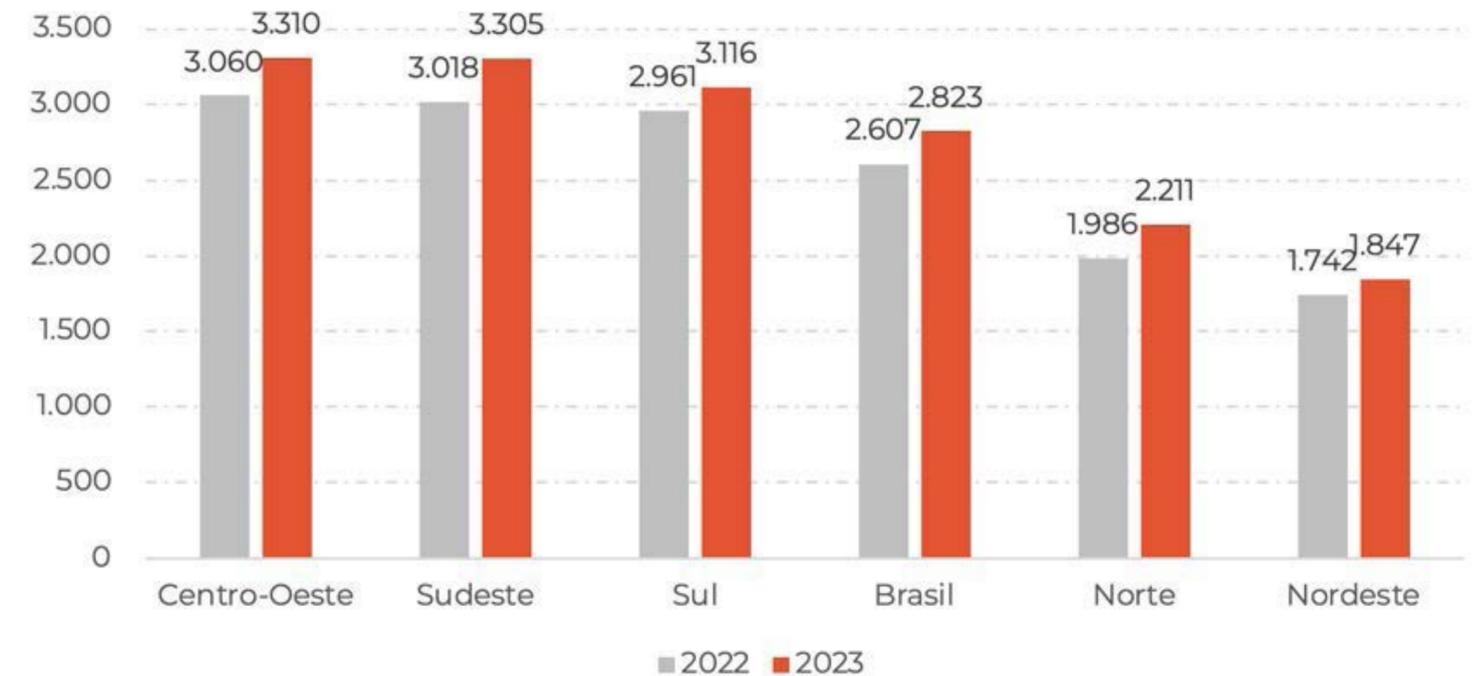
Rendimento médio de todas as fontes

A participação no mundo do trabalho e a melhoria nas condições relacionadas ao rendimento, em ambientes seguros e saudáveis, são elementos centrais para a redução das desigualdades no país. Para além da riqueza produzida, a sua distribuição mais equânime e a geração de oportunidades são essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores e da sociedade como um todo. O panorama indicado pelas pesquisas oficiais, no entanto, revela uma melhoria importante no aumento do rendimento médio real, mas a persistência de desigualdades de gênero e raça ou cor no país, suas grandes regiões, UFs e regiões metropolitanas.

• Em 2022 e 2023, a população da Região Centro-Oeste apresentou a maior renda média mensal. A média mais baixa foi verificada na Região Nordeste, conforme a Figura 16;

Figura 16. Rendimento médio mensal real de todas as fontes, a preços médios de 2022, segundo as Grandes Regiões, Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas (2022) e acumulado de primeiras visitas (2023).



- Em relação à variação, em todas as regiões houve um crescimento na renda média real da população. A região Norte se destaca por um crescimento de 11,3 pp na renda média mensal, seguida pelo Sudeste (+9,5 pp);
- Os homens não negros constituem o grupo com a maior média de renda mensal, em contraste com as mulheres negras, que recebem menos da metade da renda média dos homens brancos, conforme a Figura 17;
- As mulheres negras, contudo, foi o segundo grupo com maior crescimento real na renda média mensal (9,1%), atrás apenas das mulheres não negras (crescimento de 10,8%), conforme a Figura 18.

Figura 17. Rendimento médio mensal real de todas as fontes, a preços médios de 2022, por sexo e cor ou raça, Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas (2022) e acumulado de primeiras visitas (2023).

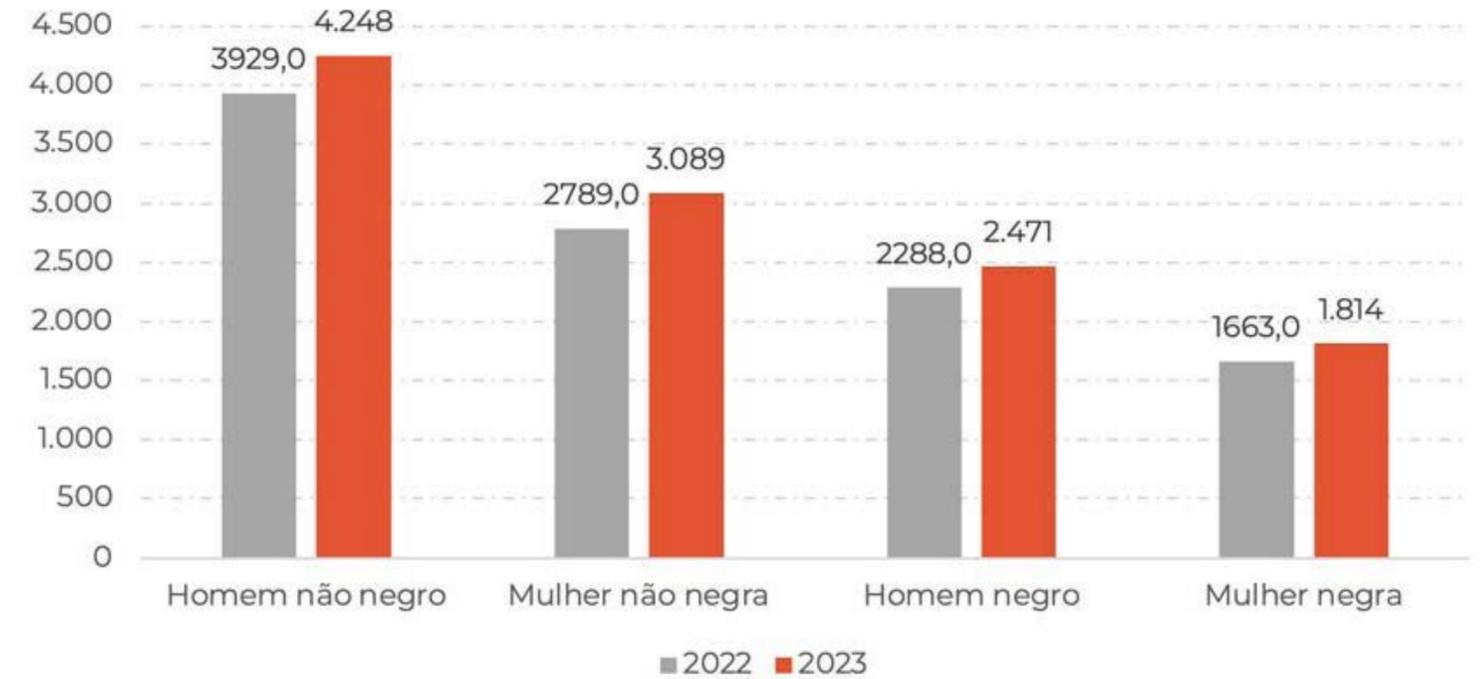
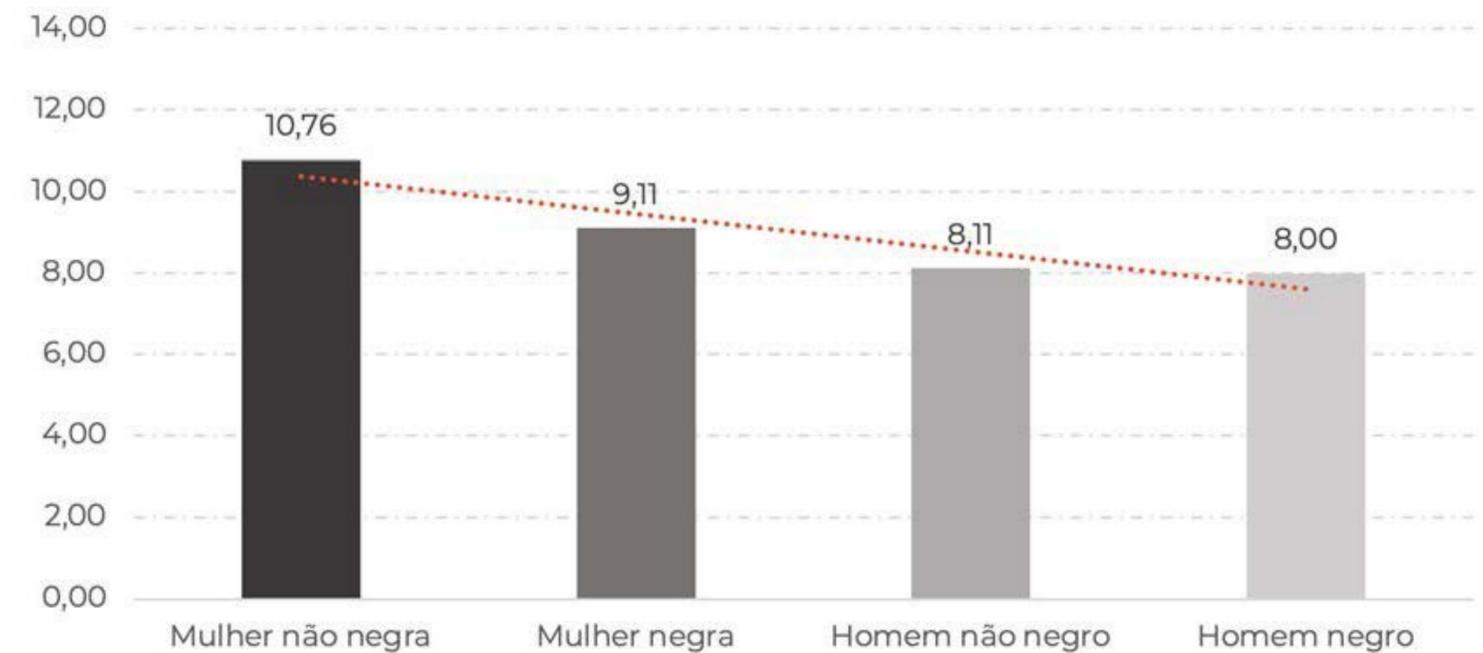


Figura 18. Variação real (%) do rendimento médio mensal real de todas as fontes, a preços médios de 2022, por sexo e cor ou raça, Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas (2022) e acumulado de primeiras visitas (2023).



Taxa de desocupação

A taxa de desocupação representa o percentual de pessoas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, mas não encontraram em relação ao total de pessoas na força de trabalho. Entre 2022 e 2023, a taxa de desocupação caiu em todo o país de 9,6 % para 7,8% da população na força de trabalho. Além disso:

- Nos dois anos a taxa de desocupação na Região Nordeste foi maior do que a média nacional. A Região Sul se destaca pela taxa de ocupação mais baixa, próxima ao pleno emprego, conforme a Figura 19;
- Apesar da queda recente no desemprego, em 2023, as mulheres negras continuam a enfrentar as maiores dificuldades no mercado de trabalho, com 11,5% de taxa de desocupação, conforme a Figura 20;
- Os homens negros são o segundo maior grupo de desocupados, próximos às mulheres não negras. Em contraste, os homens não negros são o grupo com o menor percentual de pessoas desempregadas, conforme a Figura 20.

Figura 19. Taxa de desocupação segundo as Grandes Regiões. Brasil 2022 e 2023

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022, acumulado de quintas visitas.

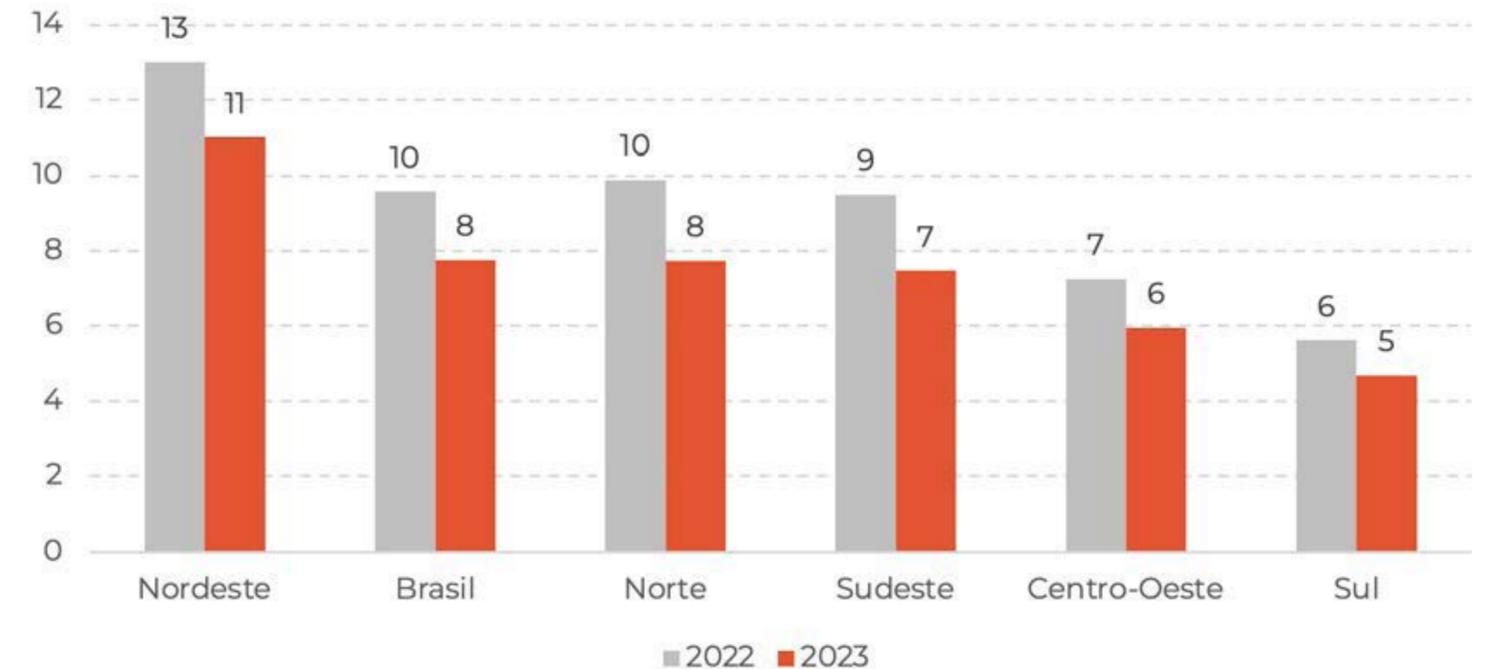
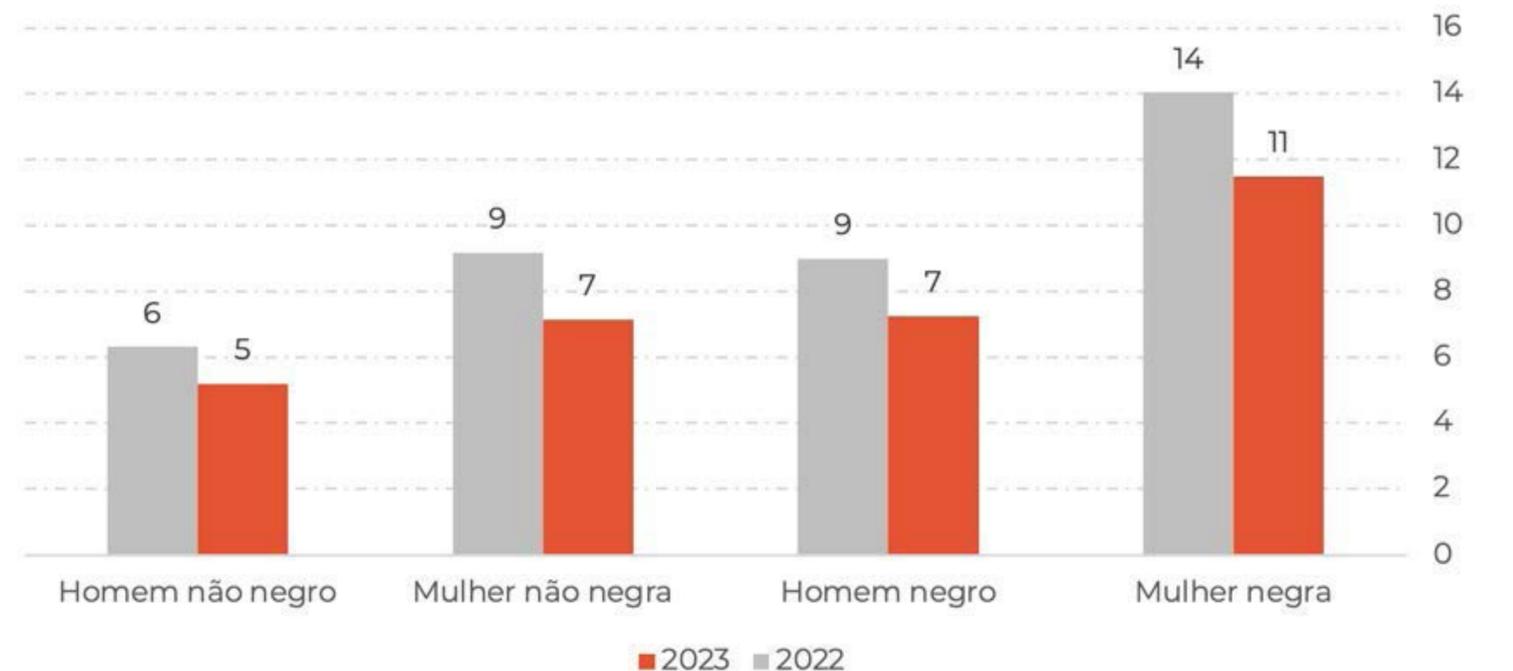


Figura 20. Taxa de desocupação por sexo e cor ou raça. Brasil 2022 e 2023

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022, acumulado de quintas visitas.



População em extrema pobreza (%)

Para fins de mensuração para o presente relatório, foram consideradas como pessoas em extrema pobreza aquelas que auferiam um rendimento mensal real domiciliar per capita menor ou igual a R\$ 105 (2022) e R\$ 109 (2023), classificação adotada no Bolsa Família (MDS, 2022-2023). Os resultados mostram que, em todo o Brasil, o percentual da população em extrema pobreza reduziu em 40%. Além disso:

- A Região Nordeste se mantém como a região com a maior taxa da população em extrema pobreza. Entretanto, ao lado da Região Norte, a Região Nordeste foi onde mais se avançou na redução da pobreza extrema (cerca de 2 p.p.), conforme a Figura 21;
- Mulheres e homens negros são os grupos que apresentam os maiores percentuais de pessoas em extrema pobreza. Foram também os que apresentaram as maiores quedas entre 2022 e 2023, 45% para as mulheres negras; 39% para os homens negros, conforme indicado na Figura 22.

Figura 21. Percentual de pessoas em extrema pobreza, segundo as Grandes Regiões. Brasil - 2022 e 2023

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas (2022) e primeiras visitas (2023).

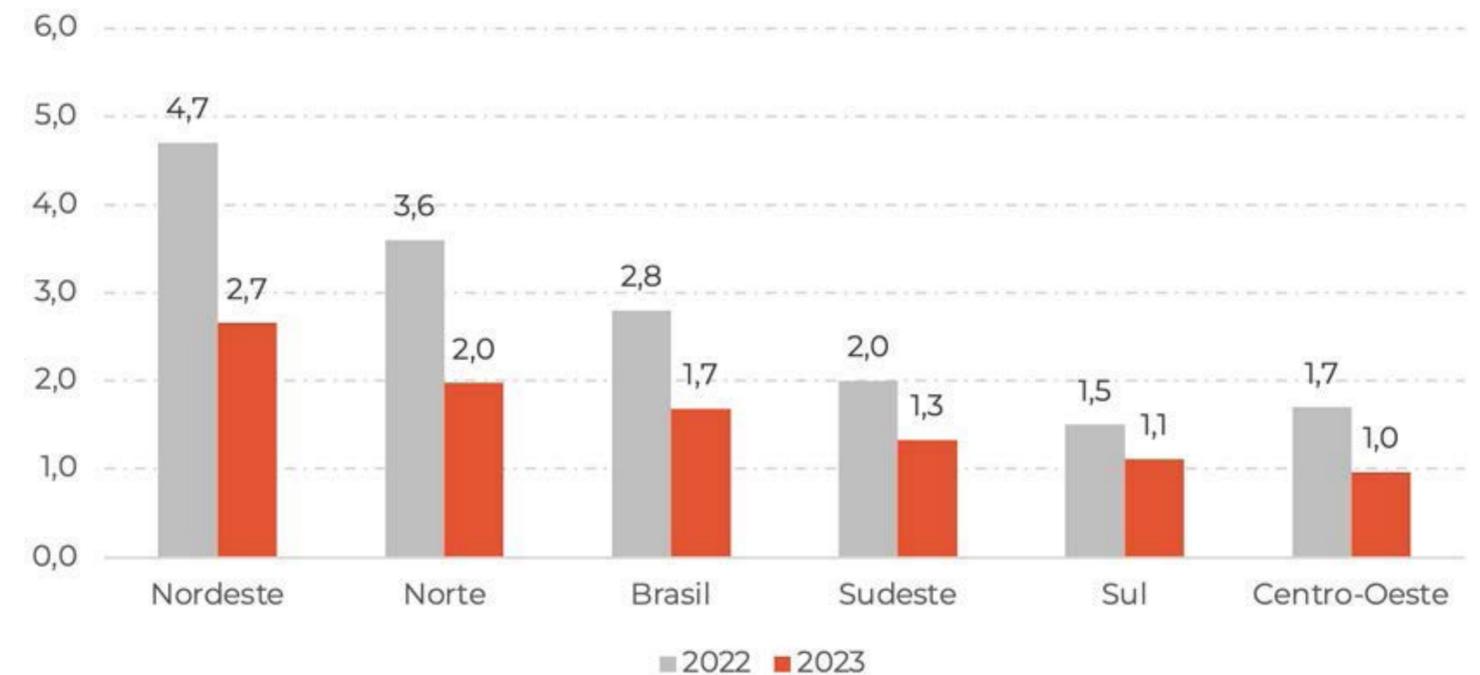
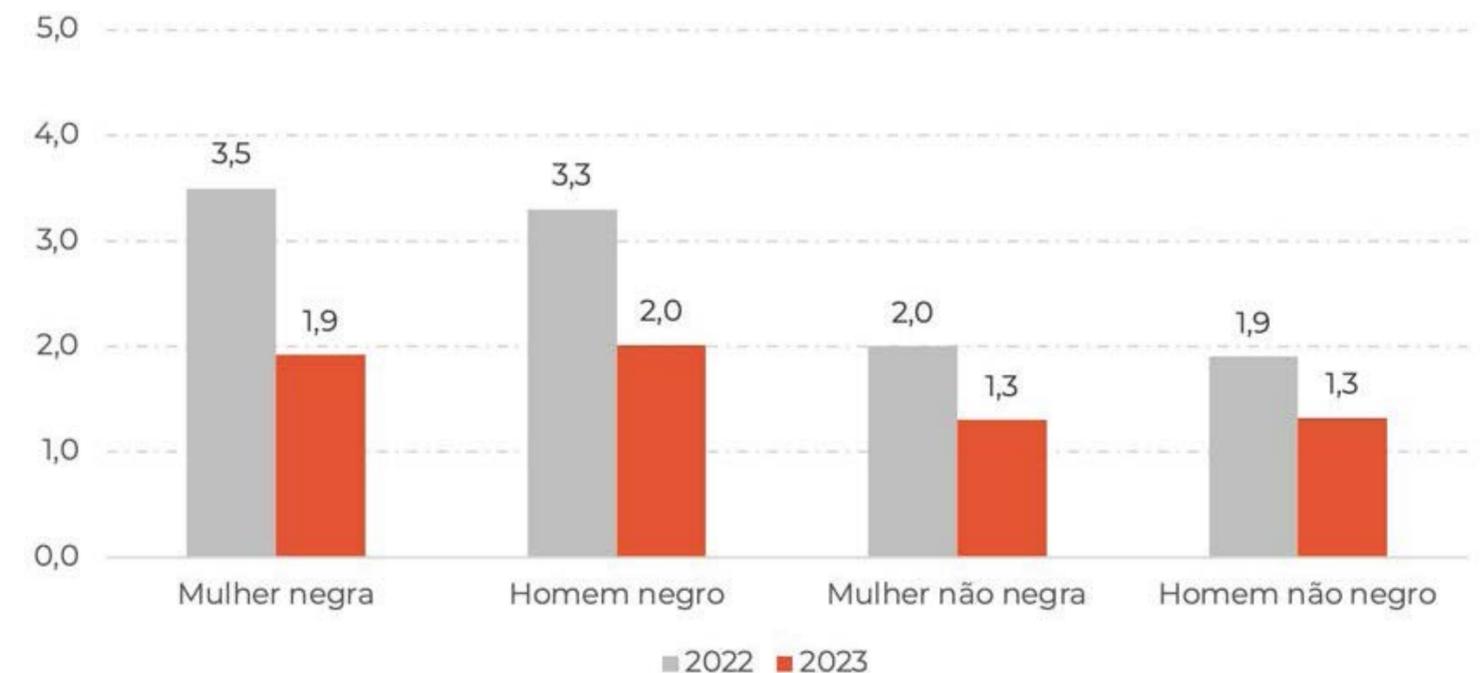


Figura 22. Percentual de pessoas em extrema pobreza, por sexo e cor ou raça. Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas (2022) e primeiras visitas (2023).



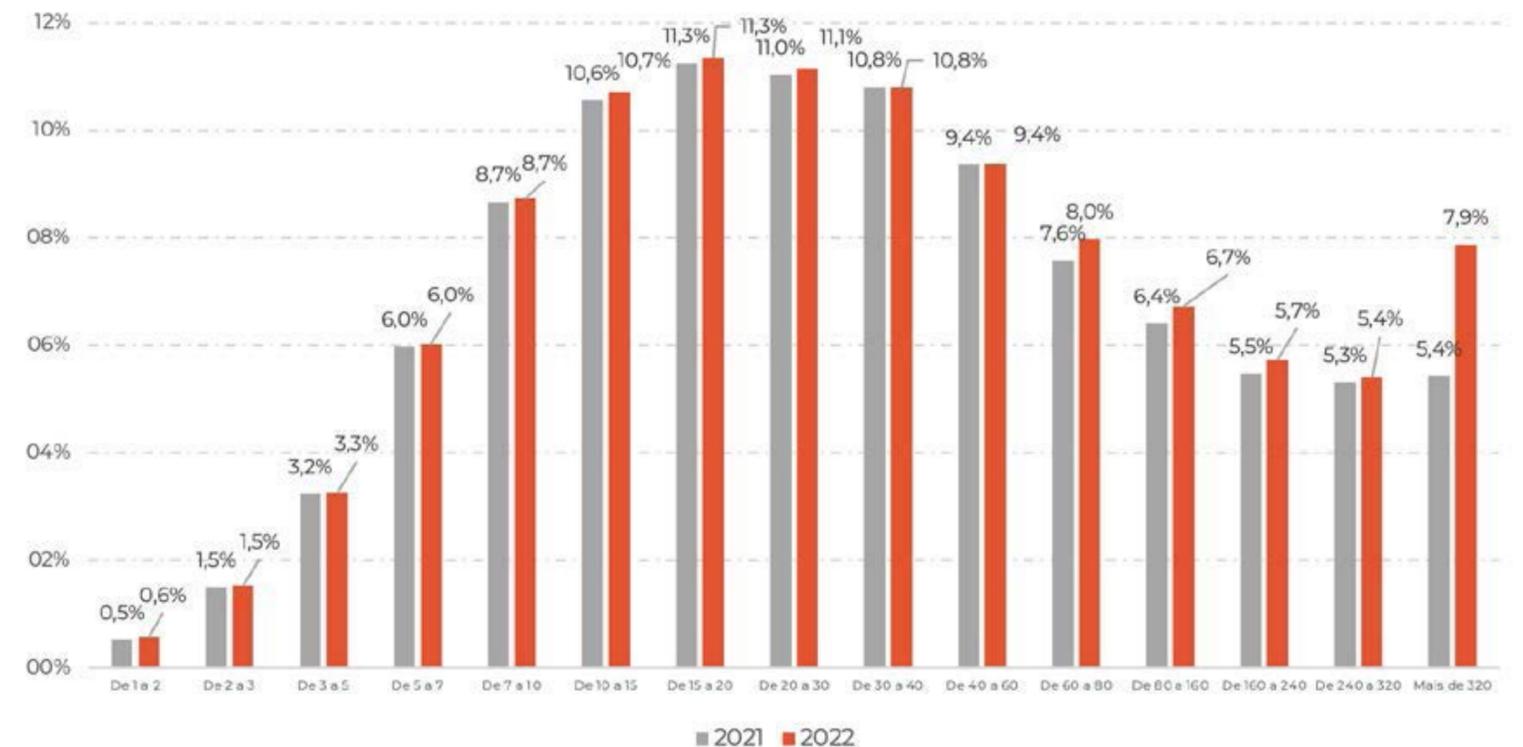
Alíquota efetiva média do IRPF, segundo faixa de renda

A desigualdade tributária no Brasil é um tema complexo e relevante que merece análise detalhada. O sistema tributário do país é reconhecido pela falta de progressividade e distribuição desigual da responsabilidade fiscal. Isso resulta em um cenário no qual diferentes grupos sociais contribuem de maneira desproporcional para a arrecadação de impostos, ampliando ainda mais as disparidades econômicas já existentes.

Os dados, apresentados na Figura 23 indicam a ausência de isonomia no tratamento das rendas de capital e trabalho. Isso é resultado da aplicação de alíquotas efetivas semelhantes entre cidadãos com capacidade contributiva distintas. O IRPF é progressivo até a faixa de 15 a 20 salários-mínimos, tornando-se regressivo a partir daí. A maior alíquota efetiva média é de 11,34%, para rendas entre 15 e 20 salários-mínimos, diminuindo para 5,40% em rendas de 240 a 320 salários-mínimos, e aumentando para 7,87% para rendas acima de 320 salários-mínimos. Assim, a carga média do imposto é inferior para os que recebem acima de 320 salários-mínimos em comparação com os que ganham entre 5 e 7 salários-mínimos.

Figura 23. Alíquota efetiva média do Imposto de Renda Pessoa Física por faixa de salário-mínimo. Brasil, 2021 e 2022.

Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. Elaboração: Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.



Razão do Rendimento

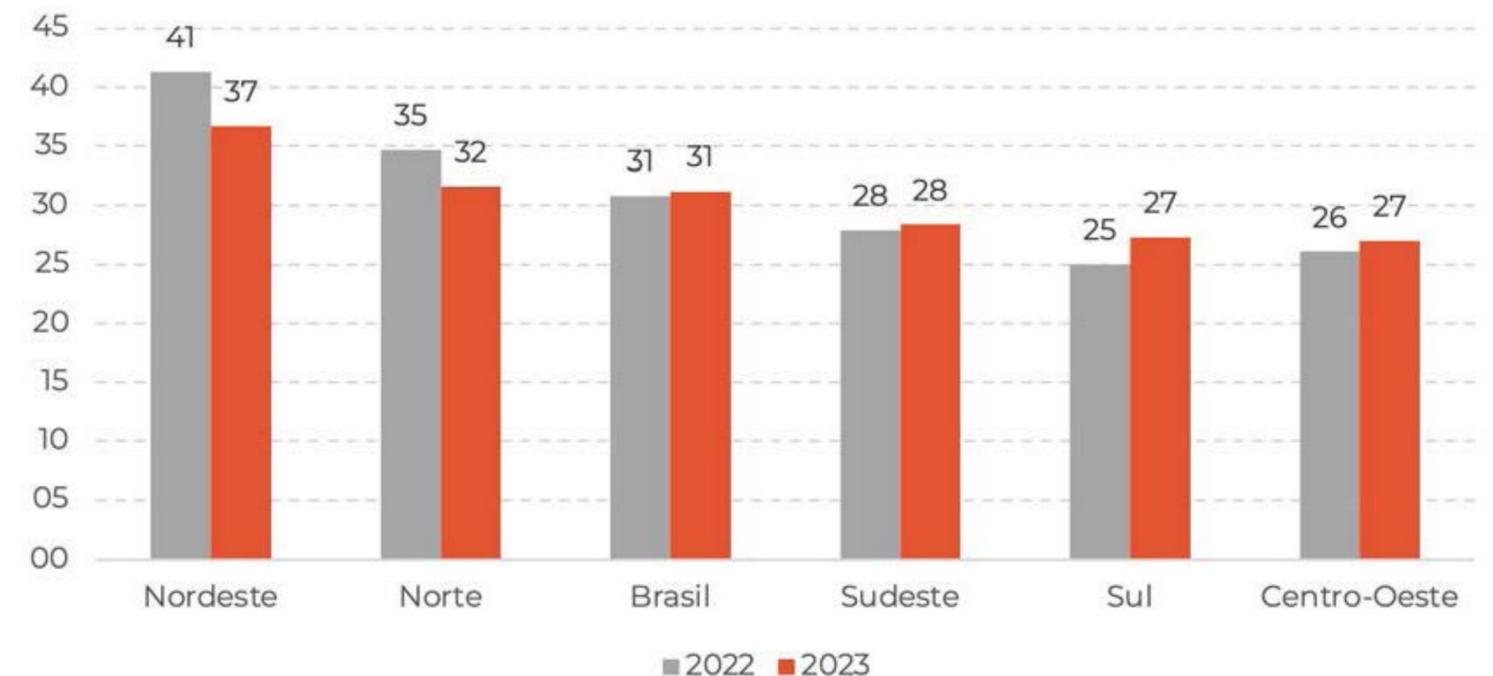
1% mais rico / 50 % mais pobres

O indicador da razão de rendimento médio mensal real domiciliar per capita do 1% mais rico e dos 50% mais pobres, indicam a distância entre os extremos na sociedade brasileira, capturados a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas (2022) e primeiras visitas (2023). Ainda que a bibliografia aponte para uma tendência de as pesquisas amostrais subestimarem a renda e riqueza no topo, os valores apontam para uma diferença de 31,2 vezes em 2023, ante 30,8 vezes em 2022.

- Conforme observamos na Figura 24, este ligeiro aumento das desigualdades se deu em função do aumento nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, nas quais as razões aumentaram 3%, 9% e 2%, respectivamente.
- Já as regiões Norte e Nordeste continuam sendo as mais desiguais, com as rendas dos 1% mais ricos sendo 36,7 vezes maior do que a dos 50% mais pobres no Nordeste e 31,6 na região Norte. Apesar disso, a razão teve uma queda de 11% na primeira, e 9% na segunda.

Figura 24. Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos 1% mais ricos e dos 50% mais pobres, segundo Grandes Regiões. Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas (2022) e primeiras visitas (2023).



Clima e meio ambiente

Desigualdades persistentes no Brasil: A Adaptação e mitigação de riscos comprometida com o combate às desigualdades e antirracista

Pedro Rezende ⁴
Maira Silva ⁵

⁴ Arquiteto e Urbanista, membro do Instituto de Referência Negra Peregum e pesquisador do LAb-Cidade.

⁵ Bióloga e Geocientista, coordenadora da área de Combate ao Racismo Ambiental do Instituto de Referência Negra Peregum.

Apesar da imagem frequentemente mobilizada de país biodiverso e conciliado com a natureza, **o Brasil é um dos maiores emissores de gases efeito estufa do mundo** e, portanto, tem boa parcela de responsabilidade sobre as mudanças climáticas que sofremos no planeta. Parte significativa dessas emissões vem da mudança de uso do solo, que consiste grosso modo no desmatamento para abrir espaço para usos como agropecuária, mineração ou mesmo urbanização. De 2019 a 2022, as emissões de CO₂ per capita por mudança de uso da terra e florestas no país aumentaram sua participação nas emissões totais de 45% para 48,3%, em um cenário onde as emissões totais também cresceram. As regiões Norte e Centro-Oeste respondem juntas por mais de 80% das emissões por mudança de uso do solo, reflexo da expansão da fronteira agrícola e de atividades extrativistas, como a mineração, que se acelerou nos últimos anos.

Os alertas de desmatamento dão outra dimensão dessa frente de expansão. A área de alertas de

desmatamento chegou ao seu ponto máximo em 2022, ano em que os alertas somaram uma área equivalente a 3,6 vezes o Distrito Federal. Em todo o período registrado pelo MapBiomas, de 2019 a 2024, as áreas de notificação somam 8,8 milhões de hectares. A tendência de aumento na área desmatada foi revertida nos últimos dois anos, também em virtude do retorno de ações de fiscalização. A redução foi especialmente significativa nas unidades de conservação e em terras indígenas, mas há uma inflexão na concentração territorial: a concentração de área de alertas de desmatamento da região Nordeste supera as regiões Norte e Centro-Oeste. Quase toda a área desmatada no Nordeste em 2024 está relacionada à expansão agrícola, e concentra-se especialmente no interior da Paraíba, Ceará e Bahia. Outra frente de desmatamento menor, mas em crescimento, está relacionada à instalação de parques de geração de energia renovável, que buscam a região pelo seu grande potencial eólico e solar. O resultado é uma pressão maior sobre a Caatinga, que já é o

bioma mais suscetível às mudanças climáticas, como demonstra o seu processo de desertificação acelerado.

Mas mesmo com a redução recente, é importante lembrar que o passivo do desmatamento é grande e persistente. Quando ocorre desmatamento com mudança de uso do solo, o ciclo de emissão está apenas se iniciando. Além da emissão do carbono que antes era armazenado pelas florestas, as atividades econômicas que se instalam no lugar da vegetação original também são emissoras. A agropecuária, principal emissora de gás metano no país, responde a 95% dos registros de desmatamento até julho de 2024. Assim, a sustentação de uma atividade econômica poluente ao longo dos anos é capaz de superar o impacto imediato da emissão por mudança de uso do solo.

Ao aderir ao Acordo de Paris em 2015, o Brasil assumiu o compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2030, mas a experiência com políticas climáticas nos últimos anos nos demonstrou que o desafio não é apenas bater a meta na data estipulada, mas

sustentar o compromisso. O sucesso econômico das atividades que ocupam o lugar das florestas contribui para capitalizar a pressão política para flexibilização das regras de preservação, e cria um ciclo vicioso de agravamento da crise climática. Além disso, mesmo num cenário de queda do desmatamento, ainda testemunhamos o pior ano de queimadas no Cerrado nos últimos 20 anos, e não são raros os registros de céus cobertos de fuligem das queimadas nas cidades do interior do país.

Os impactos resultantes de décadas de emissão continuarão a recair sobre o campo e sobre as cidades na forma de eventos extremos, e por isso ações de adaptação são urgentes. Mas, como diversos movimentos da sociedade civil organizada denunciam há anos, o perfil socioeconômico dos afetados por tais eventos difere daqueles que se beneficiam do aprofundamento da crise climática. Assim, tão importante quanto atingir as metas climáticas, é preciso avaliar se as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas têm servido para diminuir

ou para aprofundar as desigualdades, perpetuando o Racismo Ambiental, ou se tem promovido uma adaptação antirracista.

O Serviço Geológico do Brasil calcula que mais de 4 milhões de pessoas moram em áreas de risco no país, dos quais 1 milhão estão apenas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Em termos relativos, os cenários mais graves estão no Acre (10,3% da população mora em área de risco), Espírito Santo (8,4%) e Roraima (8,3%). A exposição ao risco está relacionada principalmente à ocupação de áreas de encosta e áreas inundáveis, e é especialmente grave nas cidades, onde se concentra a maior parte da população do país. A ocupação de áreas de risco tem origem em uma desigualdade histórica, que remonta ao legado da escravidão e ao processo de urbanização acelerado e desigual do Brasil no último século. Os centros urbanos concentram as oportunidades de emprego, mas repelem a presença da população negra e pobre das áreas com maior qualidade urbana. É assim que a população negra, que historicamente foi impedida

de acessar a terra tanto no campo quanto na cidade, se concentra nas periferias das cidades, muitas vezes exposta a riscos.

Assim, o nó do risco é simultaneamente um problema ambiental e habitacional. Uma solução orientada exclusivamente à origem geológica ou hidrológica do risco, que exige remoções, mas não oferece uma alternativa habitacional definitiva às famílias, não raro termina empurrando-as para outras situações de risco. Nos últimos anos, o país recebeu grandes investimentos em construção de habitação popular, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, mas a localização dos empreendimentos não enfrenta a lógica de segregação espacial e muitas vezes mantém a lógica de maior exposição de seus moradores a riscos ambientais. Se o problema está fundado em desigualdades, qualquer proposta de adaptação e mitigação de riscos comprometida com o combate às desigualdades e antirracista não pode reproduzi-las.

Emissão de CO2 per capita e Emissão de CO2 per capita por Mudança de Uso do Solo

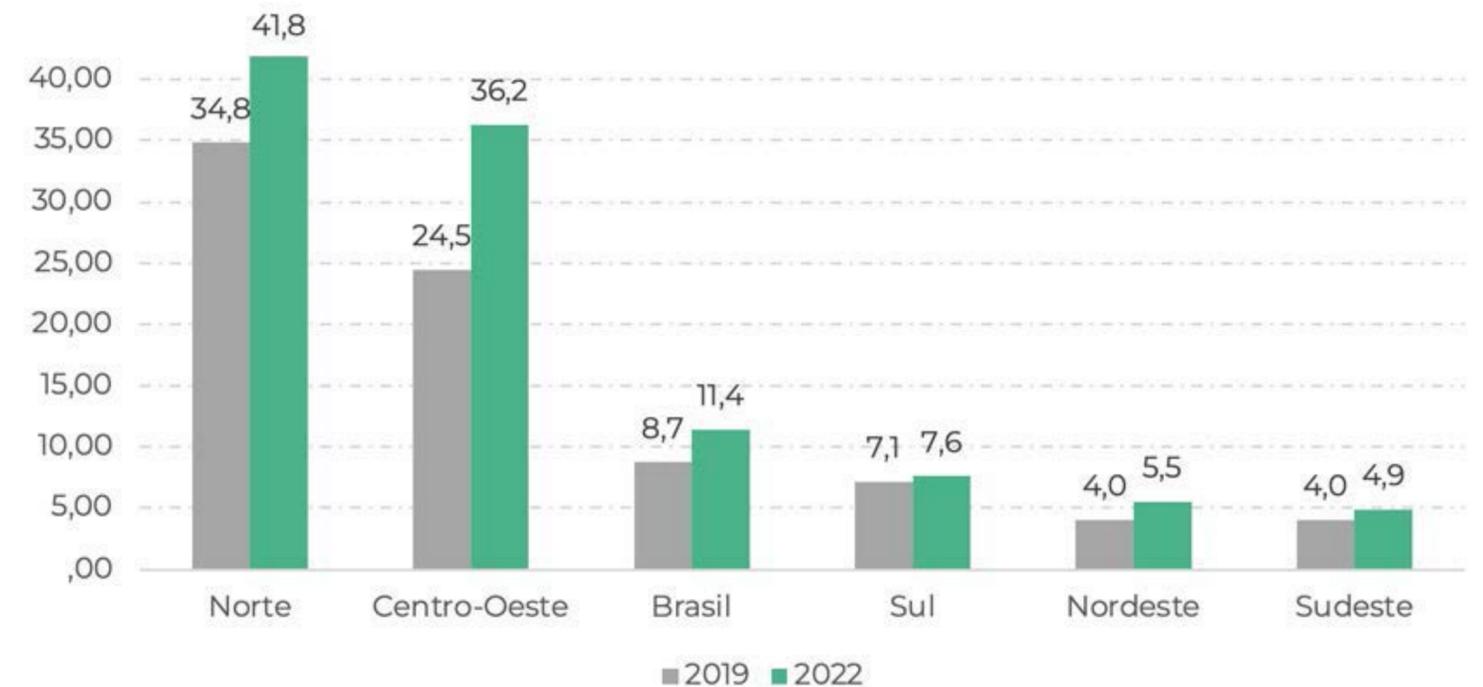
Esse indicador marca a responsabilidade do Brasil como um dos grandes emissores de gases de efeito estufa, em um panorama de necessidades de redução expressiva para cumprir o acordo de Paris e estabilizar o aquecimento do planeta. Os dados são produzidos pelo SEEG com base em informações geradas pelos inventários nacionais de emissões produzidas pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e nas matrizes de transição do uso do solo.

A Figura 25 mostra as emissões per capita, os principais destaques são:

- O país observou um aumento expressivo das emissões per capita, indo de 8,7 CO2 (t) per capita em 2019, para 11,4 CO2 (t) per capita em 2022. Isto é, um incremento de 31%;

Figura 25. Emissões em toneladas (t) de CO2 (GWP-AR5) per capita segundo Grande Região e Unidade da Federação - Brasil - 2019 e 2022.

Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa - SEEG.



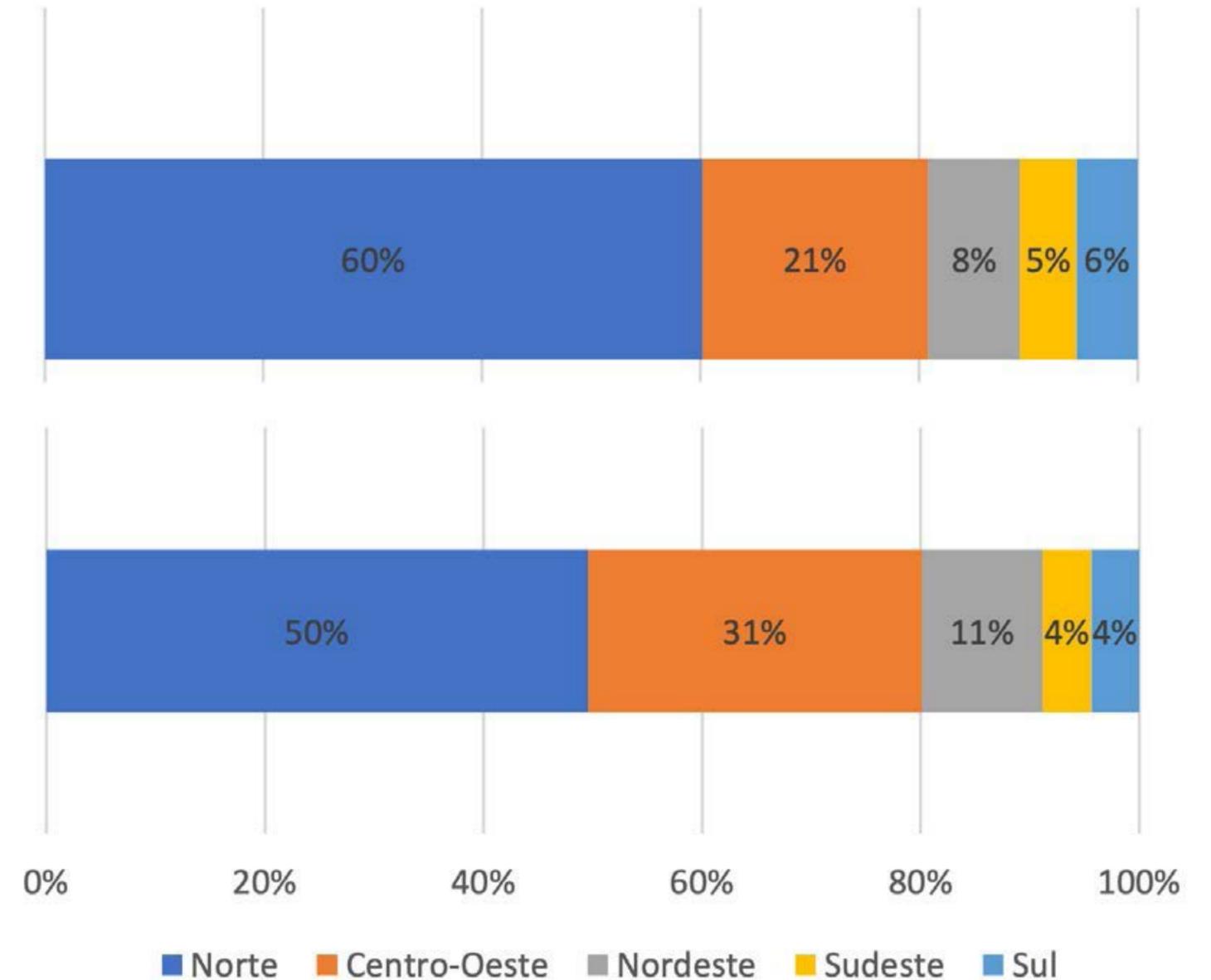
• Do ponto de vista regional, os maiores incrementos se deram nas regiões Centro-Oeste, que quase dobrou seu nível de emissões per capita (48%) e Nordeste, cuja ampliação de emissões entre 2019 e 2022 foi de 37%. Ainda assim, a região norte com 41,8 CO2 (t) sendo a maior do país.

Já em relação às emissões de CO2 por mudança de Uso da Terra e Florestas, houve um aumento de 40%. Na figura vemos que:

- Do ponto de vista regional, destacam-se as regiões norte e centro-oeste que somadas abrangem 81% das mudanças nessa categoria.
- Houve, no entanto, uma mudança na distribuição das emissões entre essas regiões com expressivo crescimento do centro-oeste que aumentou em 10 p.p. sua participação nas emissões nacionais.
- Ao mesmo tempo, a região nordeste também passou a ter um aumento expressivo nesse indicador.

Figura 26. Emissões em toneladas (t) de CO2 (GWP-AR5) por mudança de Uso da Terra e Florestas, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil - 2019 e 2022.

Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa – SEEG.



Desmatamento em terra indígena e áreas protegidas (UCs)

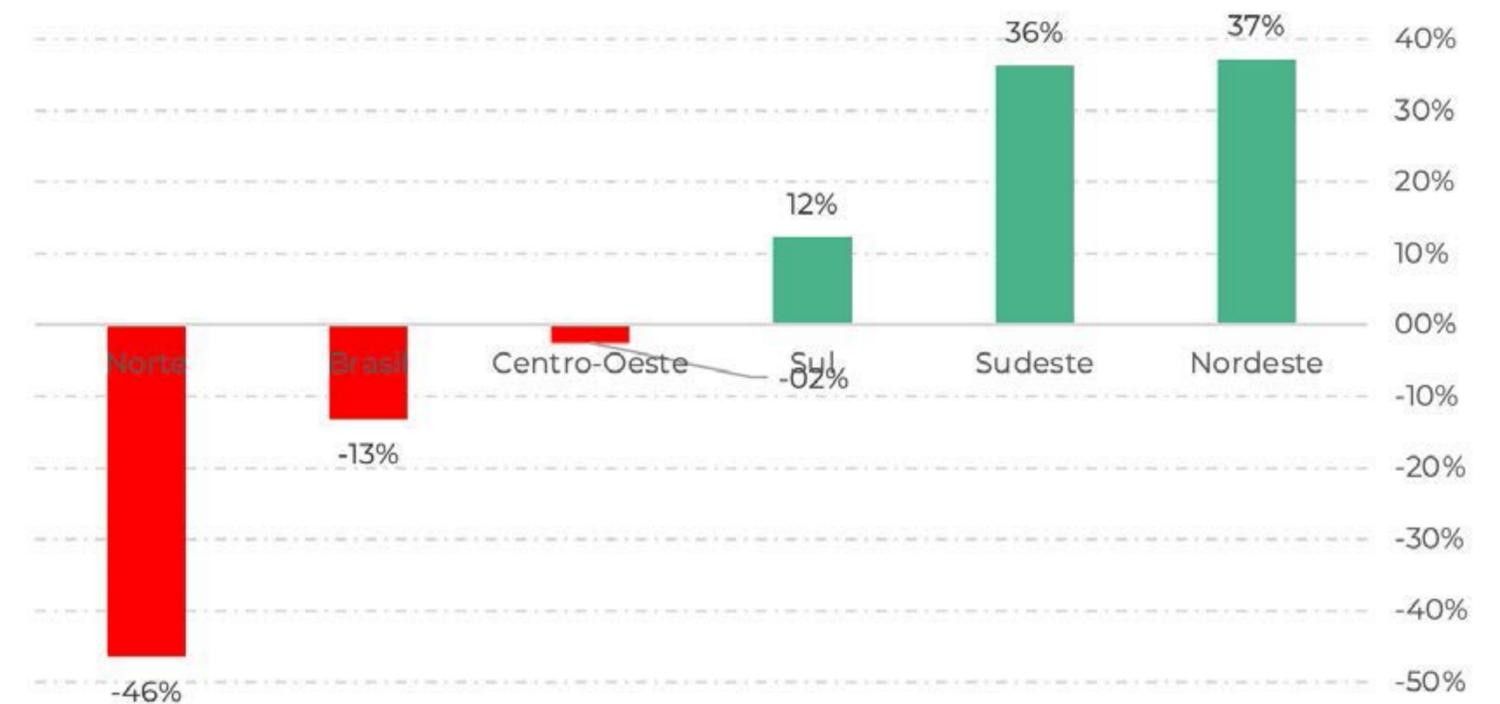
Articulado ao indicador anterior, aqui estão apresentados os indicadores vinculados aos alertas de desmatamento no país, com especial destaque para aqueles que ocorreram em terra indígena e unidades de conservação. Para isso, o indicador combinou as informações produzidas pelo MapBiomas – Alertas, os dados da Funai e os do ICMBio para unidades de conservação. A elaboração foi do Instituto de Referência Negra Peregum.

Em relação aos alertas de desmatamento, e comparando os anos de 2022 e 2023, dois aspectos chamam atenção

- Houve uma queda de 13,1% na área total desmatada, no país
 - A queda foi muito expressiva na região norte, 46,4%.
- Em contraposição no nordeste e sudeste, houve um incremento significativo: 37,2 e 36,3%, respectivamente.

Figura 27. Variação por região da Área de alerta de desmatamento em terras indígenas e unidades de conservação, de 2019 a 2023.

Fonte: MapBiomas Alertas, 2024.
IBGE, Portaria N° PR-197/2023 - Áreas territoriais. FUNAI, Terras Indígenas, 2021.
ICMBio, Unidades de Conservação, 2023.
Elaboração: Instituto de Referência Negra Peregum.



Risco

A combinação entre a ausência de instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, falta de acesso ao mercado formal de habitação e segregação espacial, por um lado, e o aumento de eventos extremos no país, por outro, têm elevado a ocorrência de desastres com perdas humanas significativas. O monitoramento dos eventos extremos, das áreas e das pessoas sujeitas a esses eventos é essencial para acompanhar as desigualdades no país, sobretudo porque não afetam igualmente a população.

Desigualdades urbanas e acesso a serviços básicos

Desigualdades urbanas e de acesso a serviços básicos

Cleandro Krause ⁶

⁶ Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada desde 2009. O profissional optou por elaborar este artigo sem remuneração, indicando doação do valor à organização dedicada ao combate às desigualdades.

O déficit habitacional no Brasil, calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP) a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), manteve, em 2022, tendência de crescimento, atingindo 6,215 milhões de domicílios particulares permanentes ocupados. O déficit corresponde à soma de três componentes, calculados de forma a serem mutuamente excludentes, que vêm mostrando tendências divergentes: o ônus excessivo com o pagamento de aluguel urbano é o mais numeroso e o que mais cresceu entre 2016 e 2022, chegando a 52% do total do déficit habitacional; a habitação precária também cresceu, representando 27% do total do déficit; e a coabitação, que corresponde aos 21% restantes do déficit, diferentemente dos dois componentes anteriores, mostrou tendência de queda.

Vale detalhar esses diferentes comportamentos. O ônus excessivo, que é calculado apenas para as áreas urbanas, está concentrado na região Sudeste (66,4% do total do déficit da região), sendo que o estado de São Paulo, por si só, contribui para 28,6% do ônus no

Brasil (FJP, 2024); a seguir, vêm as regiões Sul (60,5% do déficit da região) e Centro-Oeste (59,6% na região, mas chegando a altíssimos 83,3% no Distrito Federal). Mais que a simples falta de moradia, o ônus reflete os altos custos dos aluguéis no país, especialmente em regiões metropolitanas e em cidades de mercado imobiliário mais ativo. Por sua vez, o crescimento da habitação precária, conforme a FJP, deu-se especialmente pela expansão do número de domicílios improvisados, de forma generalizada no país; no Norte e no Nordeste, a habitação precária segue abarcando a maior proporção do déficit habitacional total dessas regiões (42,8% e 39,9%, respectivamente). Quanto à coabitação, que decresceu em praticamente todos os recortes geográficos observados, a razão, segundo a FJP, está na diminuição do subcomponente de unidades domésticas conviventes em déficit, que, provavelmente, teria se dado pelo “desadensamento” de cômodos que serviam de dormitório, em consequência da pandemia da Covid-19 (ibid.). Mesmo com essa diminuição, o Norte segue se destacando pela alta participação da coabitação (33,3%) no déficit habitacional.

Nas desagregações por sexo e por cor ou raça, referentes ao ano de 2022, constata-se a persistência de altas participações de mulheres (62,6%) e negros(as) (66,9%) como responsáveis por domicílios nos quais incide o déficit habitacional. Detalhando-se essas desagregações por componentes do déficit, nota-se que mulheres são mais fortemente impactadas pelo ônus excessivo com o aluguel (64,2%), enquanto pessoas negras são proporcionalmente mais atingidas pela habitação precária (74,2%) e pela coabitação (70,9%).

De tudo isso, fica a impressão de que a produção de unidades habitacionais novas, por meio de programas como o Minha Casa Minha Vida, ainda que necessária, não tem sido suficiente para que o déficit habitacional inicie uma trajetória de queda no país. E, para além do déficit habitacional “quantitativo”, existe um déficit “qualitativo” ainda mais numeroso, expresso por inadequações de domicílios, cujo combate se ressent, até o momento, da falta de políticas públicas estruturadas para seu tratamento em grande escala. Dentre as inadequações mais frequentes estão aquelas

relacionadas às infraestruturas ou serviços básicos urbanos, conforme apresentados a seguir.

O abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo de resíduos sólidos – aqui expresso pela coleta regular de lixo – constituem três componentes do saneamento básico, cujo acompanhamento é realizado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Comparando-se as situações em 2021 e 2022, não seria de esperar grandes variações, uma vez que os indicadores, por se referirem ao percentual da população atendida em cada serviço, retratam a situação de todo um estoque de infraestruturas que, vistas em conjunto, mudam muito lentamente, ainda mais porque esses serviços foram impactados pela redução do investimento público no setor e pelas incertezas no ambiente político-institucional observadas entre 2015 e 2022, desacelerando seus avanços (IPEA, 2024a).

De modo geral, o SNIS mostra que houve pequena evolução positiva para os três serviços, mais notável no aumento da população atendida com esgotamento sanitário, que cresceu 1 ponto percentual no intervalo de

um ano. Isso é importante, pois o esgotamento sanitário foi historicamente negligenciado, em comparação com investimentos que colocaram muito mais foco no abastecimento de água potável, e menos na coleta e no tratamento do esgoto. As decisões do passado se refletem em percentuais bastante distintos da população brasileira atendida por esses serviços, sendo que, em 2022, apenas 56% eram servidas pelo esgotamento sanitário, enquanto a água chegava a 84,9%. Todas as regiões, com exceção do Sudeste, onde o percentual já era e se manteve o mais alto, tiveram crescimento do atendimento de esgoto, entre 2021 e 2022.

No abastecimento de água, destaca-se que o crescimento ocorreu justamente nas duas regiões que têm as menores proporções de população atendida, Norte e Nordeste. No Norte, onde o crescimento foi maior, o percentual de população atendida passou de 60% para 64,2%, certamente “puxado” pelos estados de Rondônia, Pará e Amapá, que tiveram as maiores variações positivas, enquanto nos demais estados houve pequenas variações negativas.

Por sua vez, a coleta de lixo não mostrou grandes variações no curto período observado, exceção feita, desta vez, ao Nordeste, que teve o maior aumento do atendimento, passando de 82,4% para 84,5%. Detalhando-se os dados para as unidades da federação, nota-se que houve aumentos expressivos em estados nordestinos, com destaque para Sergipe, Ceará e Maranhão. No Norte e no Centro-Oeste, onde as variações para as regiões como um todo foram pequenas, houve grandes aumentos do atendimento em Rondônia (e decréscimos na maioria dos demais estados do Norte) e em Mato Grosso (também “compensado” pela queda em outros estados da região).

De qualquer forma, o alto percentual atingido no país como um todo, 90,4%, não mostra o quadro completo do manejo de resíduos sólidos, que vem sofrendo uma estagnação da implantação de aterros sanitários, a solução que é adequada para sua disposição final. Deve-se ainda lembrar que a distribuição dos rejeitos nesses aterros é apenas uma das formas de destinação final ambientalmente adequada, havendo muito a

avançar, no país, em termos de reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e aproveitamento energético de resíduos sólidos.

Ainda que não seja propriamente um serviço “básico” como os vistos acima, no sentido de sua necessidade como suporte à sobrevivência, cabe monitorar o acesso à Internet, conforme o faz a Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros (TIC Domicílios), com dados relativos a 2022 e 2023, por meio do chamado “indicador ampliado”, que inclui os usuários de Internet, os usuários de Internet no telefone celular e os usuários de aplicações que necessitam de conexão à Internet. Em 2022, a pesquisa já revelou um grande percentual de acesso no Brasil, 84,5%. Em 2023, houve uma pequena queda, de 0,4 p.p., o que se deveu especialmente à diminuição de 0,6 p.p. em áreas urbanas, ao passo que houve crescimento de 1 p.p. em áreas rurais.

O percentual de idosos (pessoas de 60 anos ou mais) que são usuários de Internet, ainda que se mantenha o mais baixo entre todas as faixas etárias, teve um

aumento expressivo no último ano, chegando a 51,5%. Em contraposição, caiu o percentual de usuários nas faixas de menor idade, de 10 a 34 anos. Por região, houve aumentos no Sul e no Sudeste, atingindo 87,9% e 87,1% dos usuários, respectivamente, enquanto as demais regiões tiveram decréscimos, maiores no Norte e no Nordeste, que caíram para patamares abaixo de 80% dos usuários. O quadro da desigualdade se completa com o exame da renda dos usuários, observando-se o maior decréscimo entre a população com renda familiar de até 1 SM (de 81,5% para 74%); paradoxalmente, a faixa de renda mais alta, acima de 10 SM, também teve decréscimo, de 97,5% para 88,8%, enquanto nas demais faixas de renda houve pequenos acréscimos.

No presente ano, incorpora-se a análise de um indicador importante para o acesso a serviços básicos, relativo à mobilidade urbana: o percentual gasto com transporte público dentro do total das despesas correntes da família. Infelizmente, o indicador se ressentiu da desatualização da fonte de informação, uma vez que a divulgação mais recente se refere à Pesquisa de Orçamentos

Familiares (POF) realizada em 2017-18. Uma comparação é possível com a POF anterior, realizada cerca de uma década antes, período em que o comprometimento do orçamento familiar com o pagamento de transporte público diminuiu de 8,5% para 5,9%. À primeira vista, essa queda de 2,6 p.p. poderia refletir uma melhoria da acessibilidade econômica ao transporte público. Porém, essa diminuição ocorreu ao mesmo tempo em que houve aumento das tarifas e decréscimo no número de famílias que utilizam o transporte público no país. Assim, não se deve descartar a hipótese de que a queda do indicador esteja relacionada à migração de passageiros do transporte público para modos de transporte individuais motorizados. Afinal, no mesmo período, observou-se que a posse de motocicletas aumentou, o que sugere que parte desse público pode ter optado por usar esse meio de transporte (IPEA, 2024b).

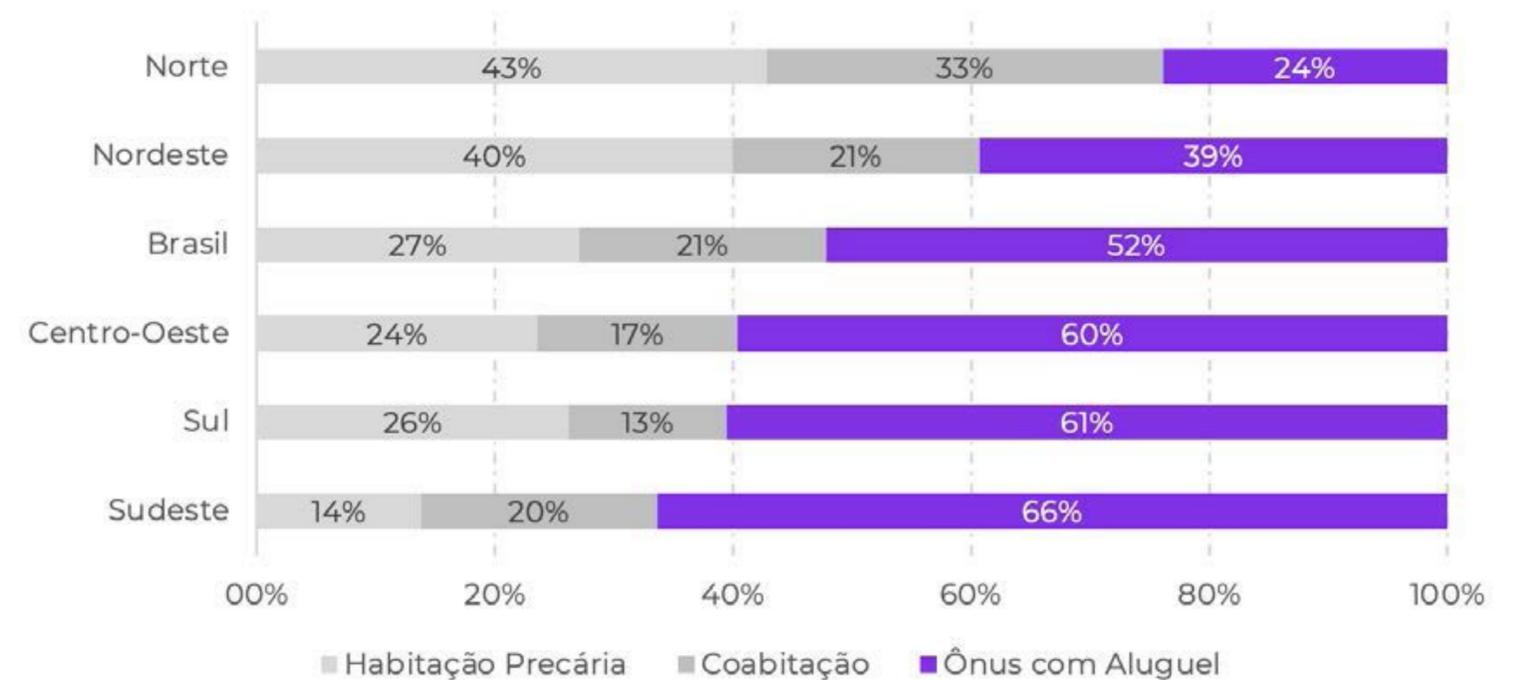
Déficit habitacional e seus componentes

O déficit habitacional no Brasil é calculado pela Fundação João Pinheiro a partir das informações sobre as características dos domicílios com dados do Censo Demográfico ou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). A estimativa é feita a partir de um conjunto de características dos domicílios que são calculados a partir de três componentes:

- 1) A **precariedade habitacional**, que consiste na soma entre domicílios improvisados e domicílios rústicos. Os improvisados são definidos como locais construídos sem fins residenciais que servem como moradia. Já os rústicos são feitos em material precário, sem alvenaria ou madeira aparelhada, que, por sua condição de insalubridade, resultam em desconforto ou risco de contaminação por doenças;
- 2) A **coabitação** é caracterizada como a presença de famílias conviventes com uma densidade de mais de duas pessoas por cômodo servindo como dormitório ou, ainda, situações em que as famílias residem em um único cômodo;

Figura 28. Participação dos componentes no Déficit segundo regiões. Brasil, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional do Brasil, 2024.



3) O **ônus excessivo** com aluguel ocorre nas situações em que o comprometimento da renda familiar (com renda domiciliar de até 3 salários-mínimos) com aluguel corresponde a mais de 30% da sua renda.

A estimativa do déficit habitacional é a somatória dos três, que são mutuamente excludentes e que totalizam, no Brasil, 6,2 milhões de domicílios ou 8,3% dos domicílios no país. Os resultados, apresentados na Figura 28, mostram que:

- O principal componente do déficit continua sendo o ônus excessivo com aluguel, que correspondia, em 2022, a 52,2% do seu total, somando 3,2 milhões de domicílios. O crescimento deste componente tem sido contínuo desde 2016 e é puxado pelo crescimento do fenômeno na região Sudeste, que chegou a 66,4% do déficit.
- Em seguida estão os domicílios em habitação precária, totalizando 1,6 milhão ou 27% e, em queda, a coabitação com 1,2 ou 23,7% do total do déficit. Em relação à habitação precária, o componente é mais importante nas regiões Norte (43%) e Nordeste (40%), já a coabitação é significativa sobretudo na região norte, onde responde por 33% do déficit;
- Os dados apresentados nas Figuras 31 e 32 indicam, por sua vez, também que o déficit habitacional no Brasil é proporcionalmente mais feminino (63%) e negros (66%) do que a representação destes segmentos na população.

Figura 29. Proporção do Déficit habitacional segundo sexo. Brasil, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional do Brasil, 2024.

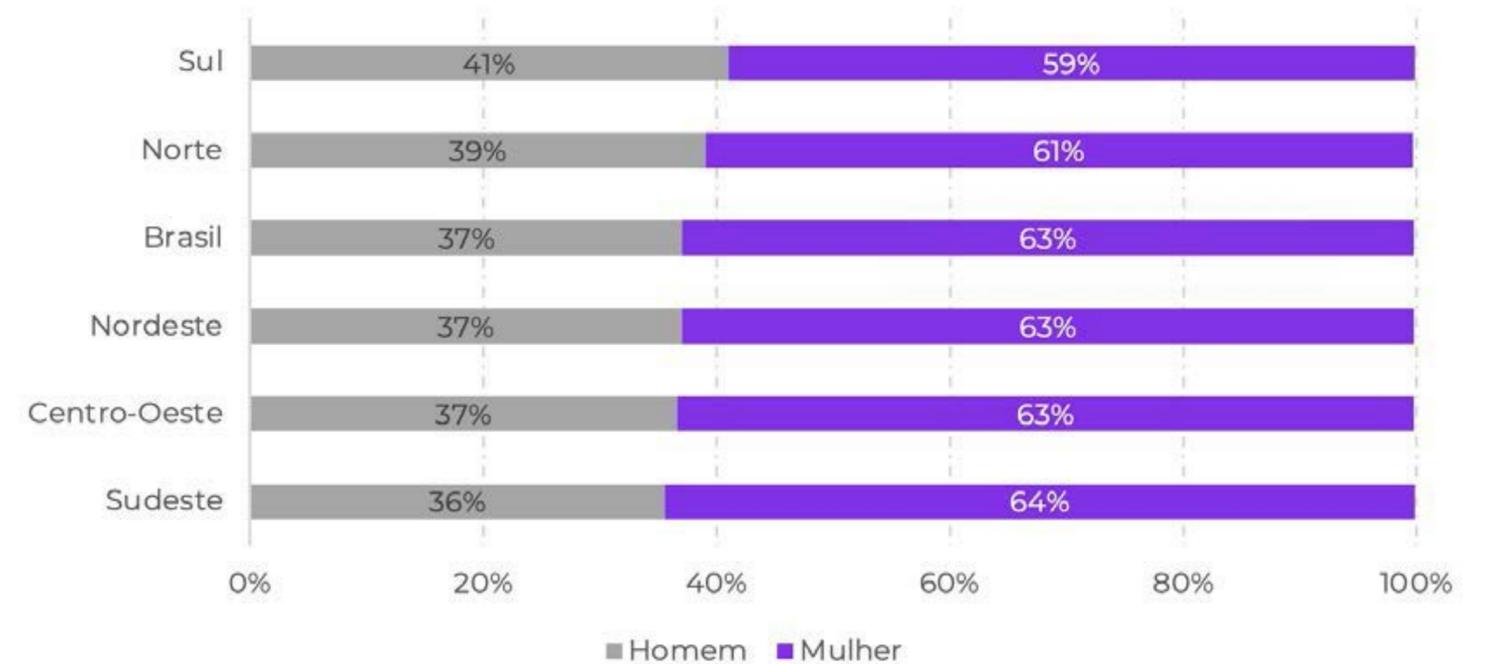
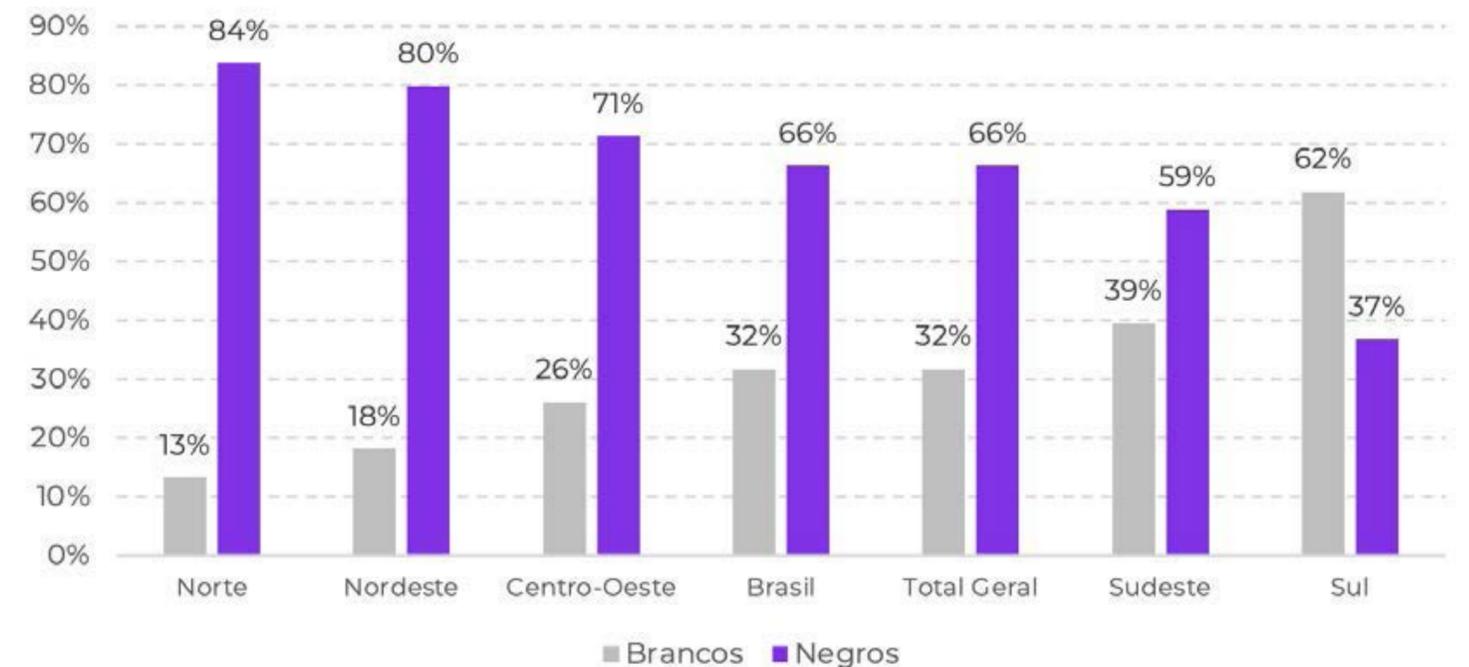


Figura 30. Proporção do Déficit Habitacional segundo raça/cor. Brasil, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional do Brasil, 2024.



Abastecimento de água, coleta de esgoto e coleta de lixo

Figura 31a. Percentual da população atendida com esgotamento sanitário segundo Unidades da Federação - Brasil - 2021 e 2022.

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. SNIS-Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

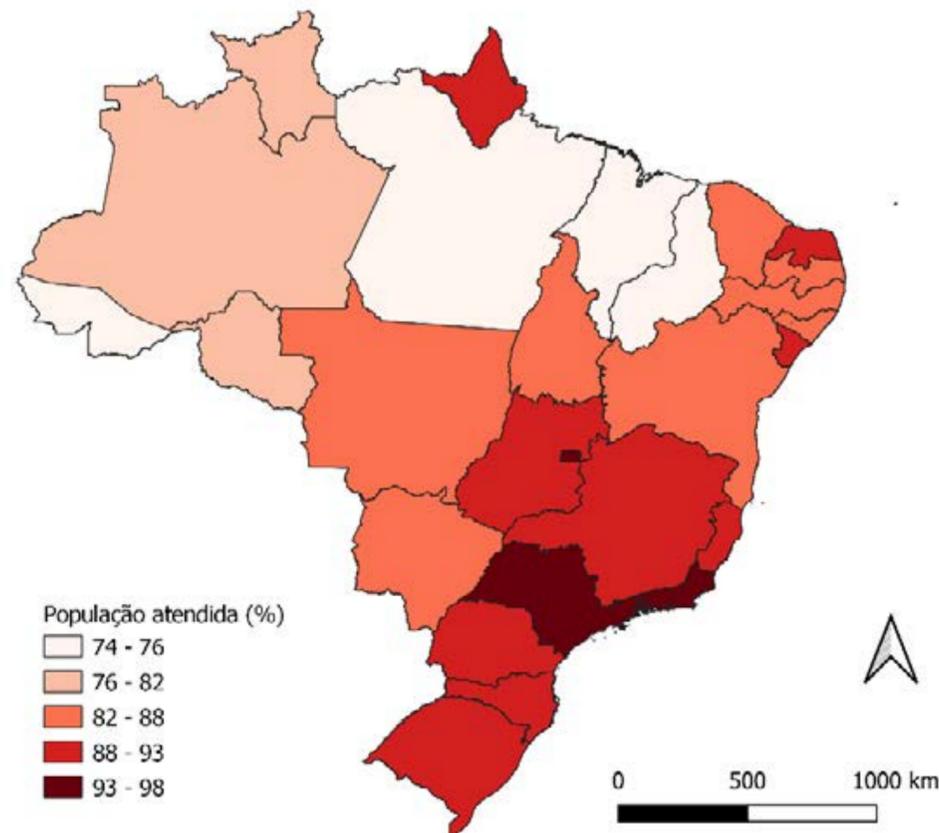
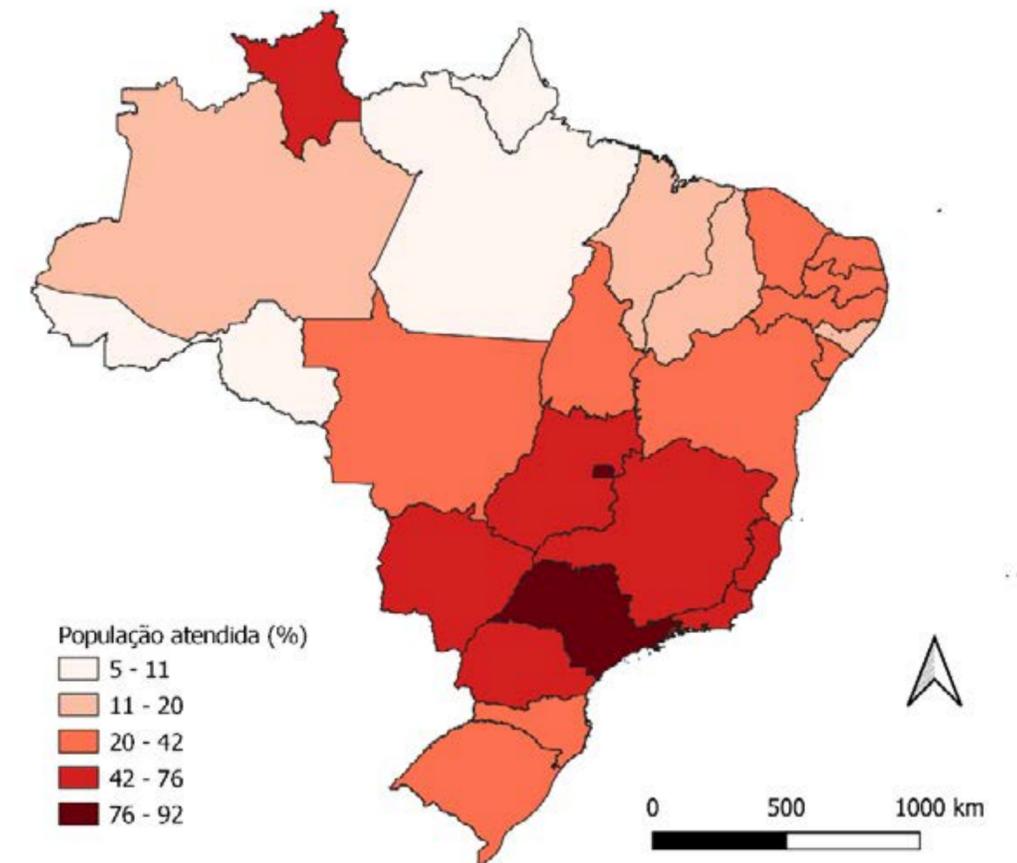


Figura 31b. Percentual da população atendida com esgotamento sanitário segundo Unidades da Federação - Brasil - 2021 e 2022.

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. SNIS-Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.



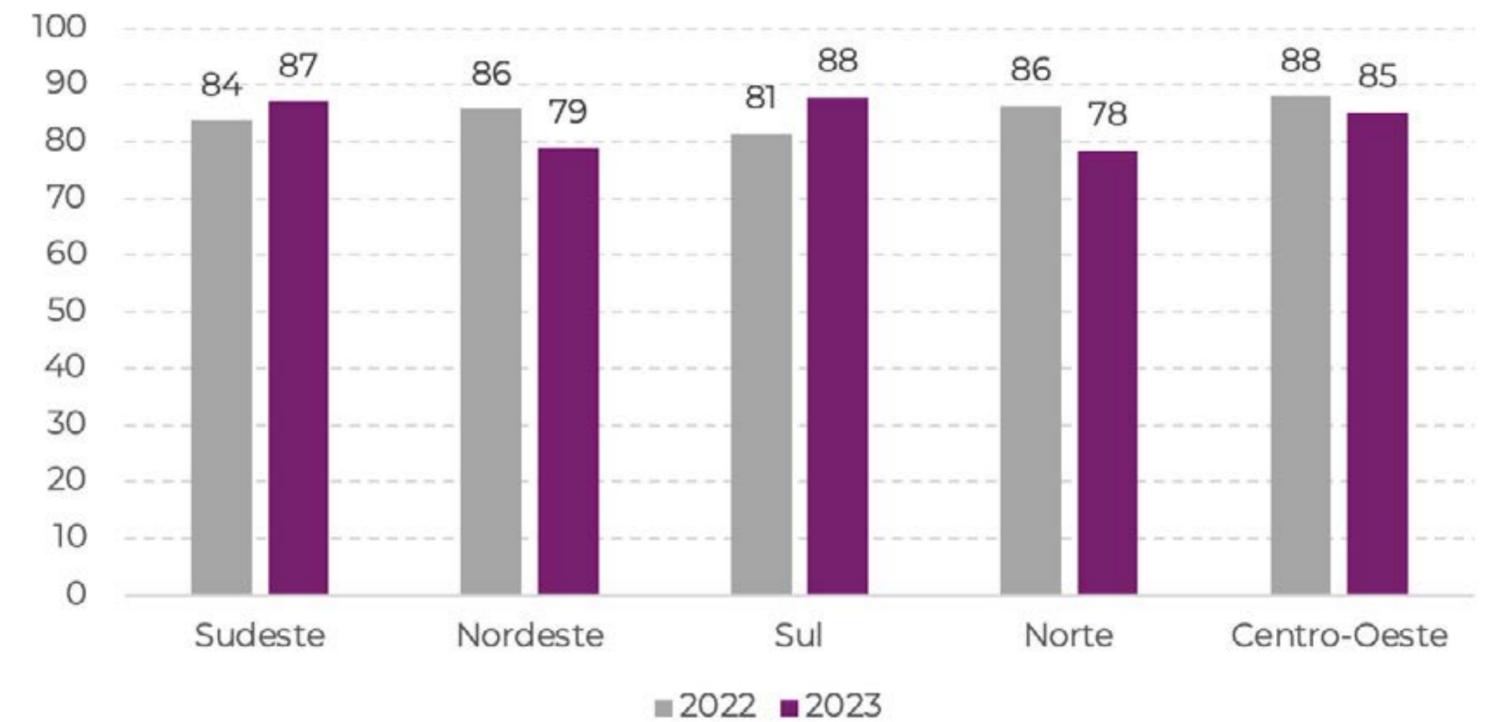
Acesso à internet

O acesso e uso da internet é monitorado anualmente pela pesquisa TIC-Domicílios, produzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). A pesquisa produz o chamado “indicador ampliado”, que inclui os usuários de Internet, os usuários de Internet no telefone celular e os usuários de aplicações que necessitam de conexão à Internet.

(CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2023). O principal marcador de (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2023).

Figura 31c. Percentual de usuários de internet, segundo variáveis selecionadas - Brasil - 2022 e 2023.

Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2022 e 2023.



Representação política e no poder judiciário

Brasil 2024: o retrato de um país em crise de representação política

Tauá Lourenço Pires ⁷

⁷ Historiadora pela Universidade Federal de Pernambuco, Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade de Brasília e em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Governança Global na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É diretora de de Incidência e Apoio à Mulher na Política do Instituto Alziras

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a eleger uma mulher prefeita, Alzira Soriano, em 1928.⁸ Quase um século depois, o país amarga alguns dos piores indicadores da região em termos de equidade de gênero. Na América Latina, quando se consideram os Parlamentos de 193 países, o Brasil está à frente apenas de Belize e do Haiti⁹.

Os dados apresentados no Observatório brasileiro das desigualdades - relatório 2024” demonstram que estamos muito distantes de uma democracia representativa e enfrentando uma grande crise de representação política no Brasil. Em todos os poderes — executivo, legislativo e judiciário —, a representação política não condiz com a sociedade brasileira, composta majoritariamente por mulheres, 51,5%, cerca de 104,5 milhões, e por pessoas negras, 55,5%, cerca de 112,7 milhões¹⁰.

A razão entre o percentual de mulheres no legislativo federal e o percentual de mulheres na população é de apenas 0,35 na Câmara dos Deputados e 0,29 no Senado Federal, com base na razão ideal 1. Alguns países

8 Ver: (LOPES, 2020).

9 Ranking da Inter-Parliamentary Union.

10 Dados extraídos do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

da América Latina já conquistaram a paridade nos parlamentos¹¹ ou estão próximos disso, enquanto no Brasil nem as cotas para mulheres e negros na divisão do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas e Fundo Partidário, bem como na divisão de tempo de propaganda de rádio e TV não estão sendo cumpridas pelos partidos políticos, que adotam a estratégia de aprovar a autoanistia, evitando assim sanções e multas pelo descumprimento das normas estabelecidas pelo próprio congresso.

A região mais desigual, considerando o percentual de mulheres no legislativo estadual e o percentual de mulheres na população, é o Centro-Oeste, com 0,16, enquanto o Sudeste possui 0,42. No legislativo estadual, os destaques ficam para o Mato Grosso, com o menor índice de 0,09, e o Amapá, com o maior índice de 0,59. Nas regiões metropolitanas, os maiores índices são da Região Metropolitana de Macapá e da Região Metropolitana de Natal, ambas com 0,51. Já a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta o menor índice, de 0,14.

11 Em que pese as diferenças entre sistemas eleitorais dos países da América Latina e Caribe, a busca pela paridade nos parlamentos deveria ser um horizonte democrático comum no que tange representação política.

No que diz respeito à presença de pessoas negras no executivo municipal, a região com o maior índice é o Norte, com a razão de 0,77, e a menor é o Sul, com 0,16. Em termos de regiões metropolitanas, o maior é da Região Metropolitana de Aracaju, com 1,23, enquanto algumas sequer pontuam, como a Região Metropolitana de Florianópolis e a Região Metropolitana de Porto Alegre, ambas com 0,00.

O cenário atual de mulheres no executivo municipal é de apenas 8% de prefeitas brancas e 4% de prefeitas negras, um total de 12% de mulheres no comando de prefeituras no país. Nesse ritmo, levaremos 144 anos para alcançar a paridade de gênero nas prefeituras brasileiras. Os prefeitos negros governam 28,2% dos municípios brasileiros¹². Os dados do relatório "Retrato das Desigualdades" apontam que, considerando a razão entre o percentual de mulheres no executivo municipal e o percentual de mulheres na população, a região Sudeste é a mais desigual, com 0,16, enquanto a região Nordeste possui 0,33. Nas regiões metropolitanas, os destaques ficam para a Região Metropolitana de João

12 INSTITUTO ALZIRAS e OXFAM BRASIL. Desigualdades de gênero e raça na política brasileira. 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/participacao-politica/desigualdade-de-raca-e-genero-na-politica-brasileira/>>

Pessoa, com 0,69, e para as regiões metropolitanas de Aracaju, Grande Vitória e Macapá, todas sem pontuação, com 0,00.

Em termos da presença de negros no judiciário, considerando a razão entre o percentual de pessoas negras nas instâncias e o percentual de pessoas negras na população, os tribunais do trabalho são os menos desiguais, com 0,28, enquanto os tribunais federais são os mais desiguais, com 0,05. Em relação aos cargos, a presença de negros é de apenas 0,14 entre juízes de 2º grau e 0,32 entre juízes substitutos. A disparidade dos números nos tribunais de justiça estaduais é expressiva, com 0,74 de presença no Amapá e 0,01 em Pernambuco. Nos tribunais regionais do trabalho, os destaques ficam para a 22ª Região do Piauí, com 0,07, e a 20ª Região de Sergipe, com 0,59. Ainda analisando os resultados das instâncias, levando em conta a presença de pessoas negras na justiça militar e o percentual de pessoas negras na população, a razão é de 0,16, em contraponto com a justiça militar da União, que tem 0,46. A instância que mais ampliou seu índice foi o Supremo Tribunal Militar, que passou de 0,26, em 2022, para 0,46, em 2024. No entanto, a distância de todas as instâncias

em termos de presença de negros no judiciário é notória, considerando o que seria ideal em termos de representação política da população negra brasileira. Os magistrados negros também registram números baixos, como 0,11 no Mato Grosso e 0,52 no Amapá.

A presença de mulheres no judiciário é o único segmento com alguns números próximos à razão ideal de 1, levando em conta o percentual de mulheres nas instâncias e o percentual de mulheres na população, a exemplo dos tribunais do trabalho, com 0,99, dos tribunais de justiça estaduais do Rio Grande do Sul, com 0,92, e dos tribunais regionais do trabalho, como o da 5ª Região da Bahia, com 1,20. No entanto, ainda há instâncias e cargos com índices baixos, como o de desembargadoras, com 0,50, os tribunais superiores, com 0,38, e os magistrados da justiça militar estadual, com 0,43.

Nota-se que as desigualdades em termos de representação política são a norma no país. As razões para essa sub-representação incluem, entre outros fatores, o machismo, o racismo, a falta de apoio institucional e financeiro, e a resistência cultural à liderança feminina. A superação das desigualdades

de representação política no Brasil requer uma série de reformas profundas e estruturais. Isso inclui a implementação de políticas afirmativas que incentivem a participação política de grupos sub-representados, a revisão do sistema eleitoral para garantir maior equidade e representatividade, e a promoção de uma cultura política mais inclusiva e democrática. O cumprimento das cotas pelos partidos políticos e o estabelecimento de cotas no poder judiciário são medidas importantes, assim como a aplicação de sanções, multas e punições pelo não cumprimento dessas normas.

Por fim, a violência política de gênero é apontada pelas prefeitas como uma das principais barreiras para a participação política¹³. É urgente adotar medidas de prevenção, combate e proteção de violência política de raça e gênero, garantindo o cumprimento da Lei 14.192 pelos partidos e pelo sistema de justiça brasileiro. Somente através de uma representação política verdadeiramente diversa e equitativa será possível construir um país mais justo e igualitário.

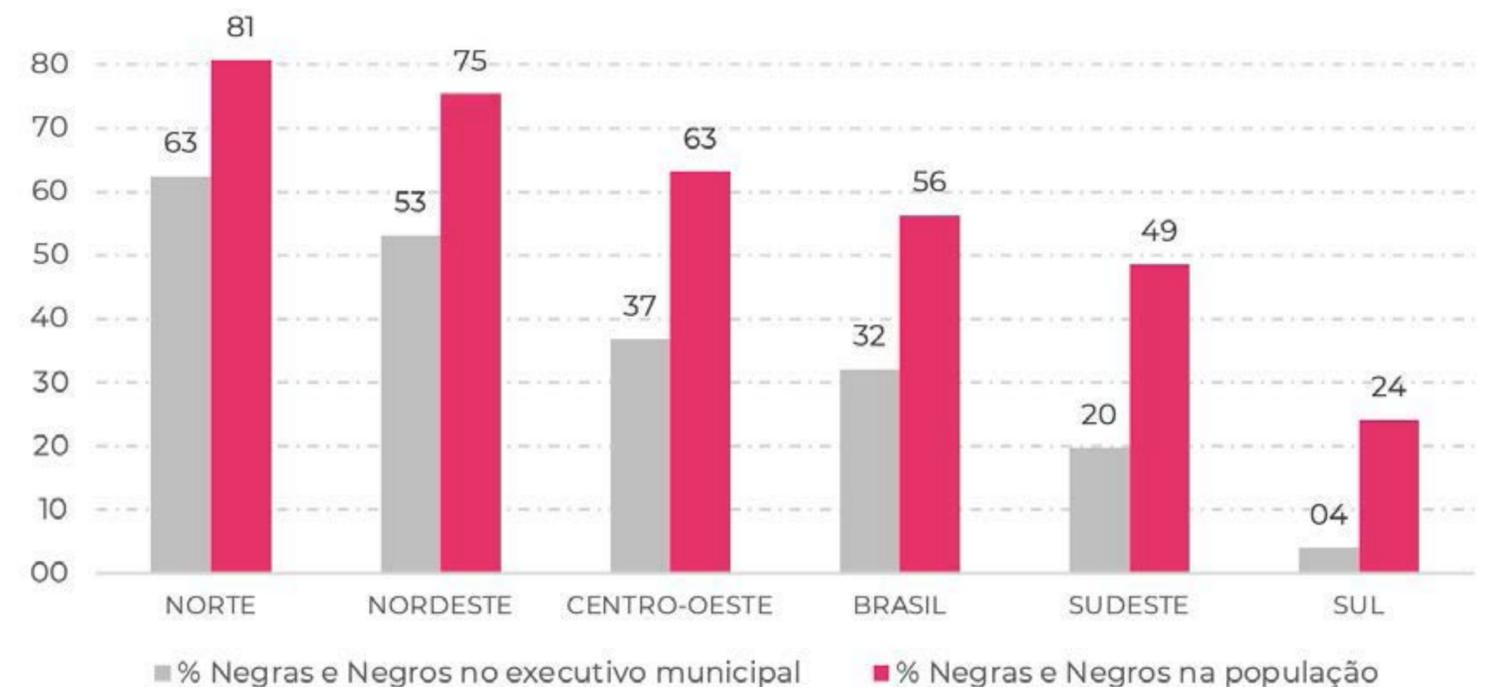
13 Instituto Alziras. Censo das Prefeitas.2016. Disponível em: <<https://pfeitas.institutoalzir.org.br/censo/>>

Representação no Executivo e Legislativo

Em um ano no qual serão realizadas eleições cabe lembrar a baixa representação de mulheres e pessoas negras nos poderes legislativos e executivos municipais. A figura 31 mostra a disparidade entre pessoas negras eleitas para a Prefeitura em 2020 e pessoas negras na população. O cenário é ainda pior quando combinado com gênero. Nas últimas eleições municipais, apenas 12% das prefeituras tiveram mulheres eleitas para o poder executivo, sendo só 4% negras. Além disso, dos 5.570 municípios em apenas um a vencedora era autodeclarada indígena. Já para as câmaras municipais, só 16% das vagas foram ocupadas por mulheres, sendo apenas 6% entre mulheres negras.

Figura 32. Percentual de pessoas negras eleitas para o executivo municipal e percentual de pessoas negras na população, segundo grandes regiões. Brasil, 2020.

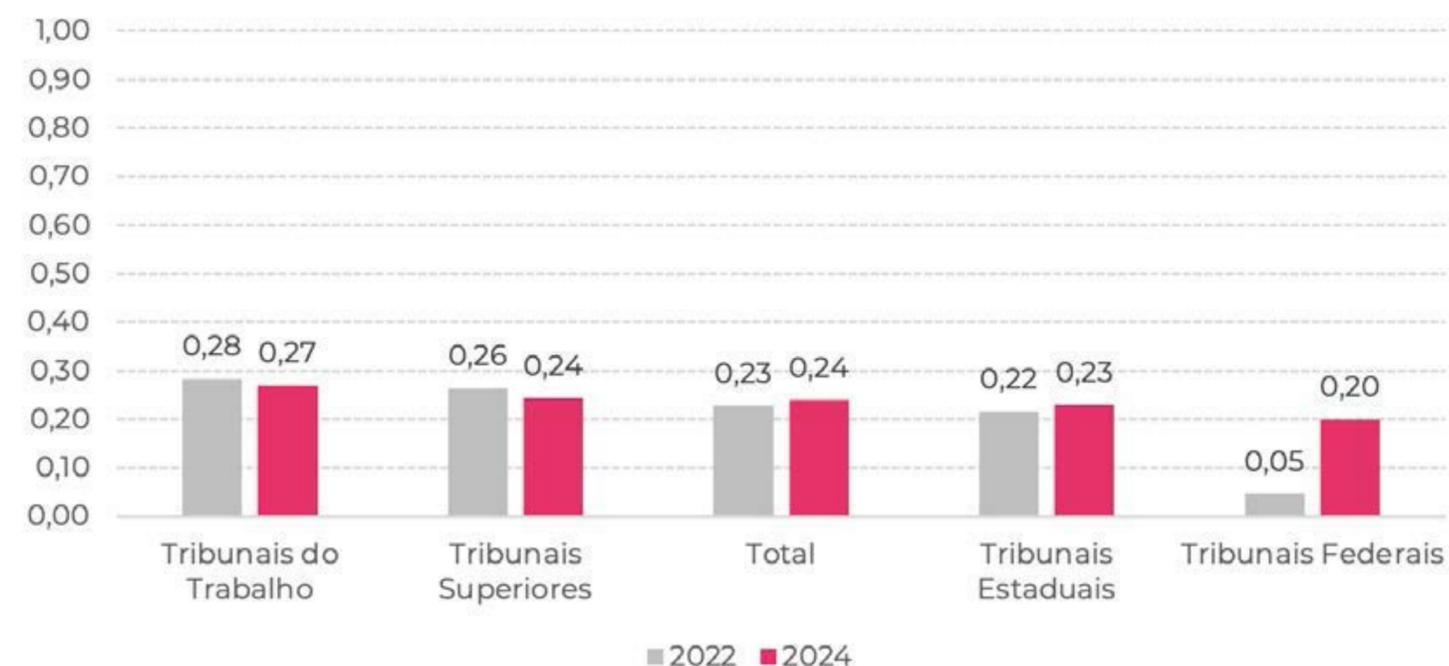
Fonte: TSE Estatísticas eleitorais. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acumulado 5ª visita.



Participação no judiciário

Figura 33. Razão entre o percentual de pessoas negras no Poder Judiciário segundo instância e o percentual de pessoas negras na população (1) - Brasil - 2021 e 2024.

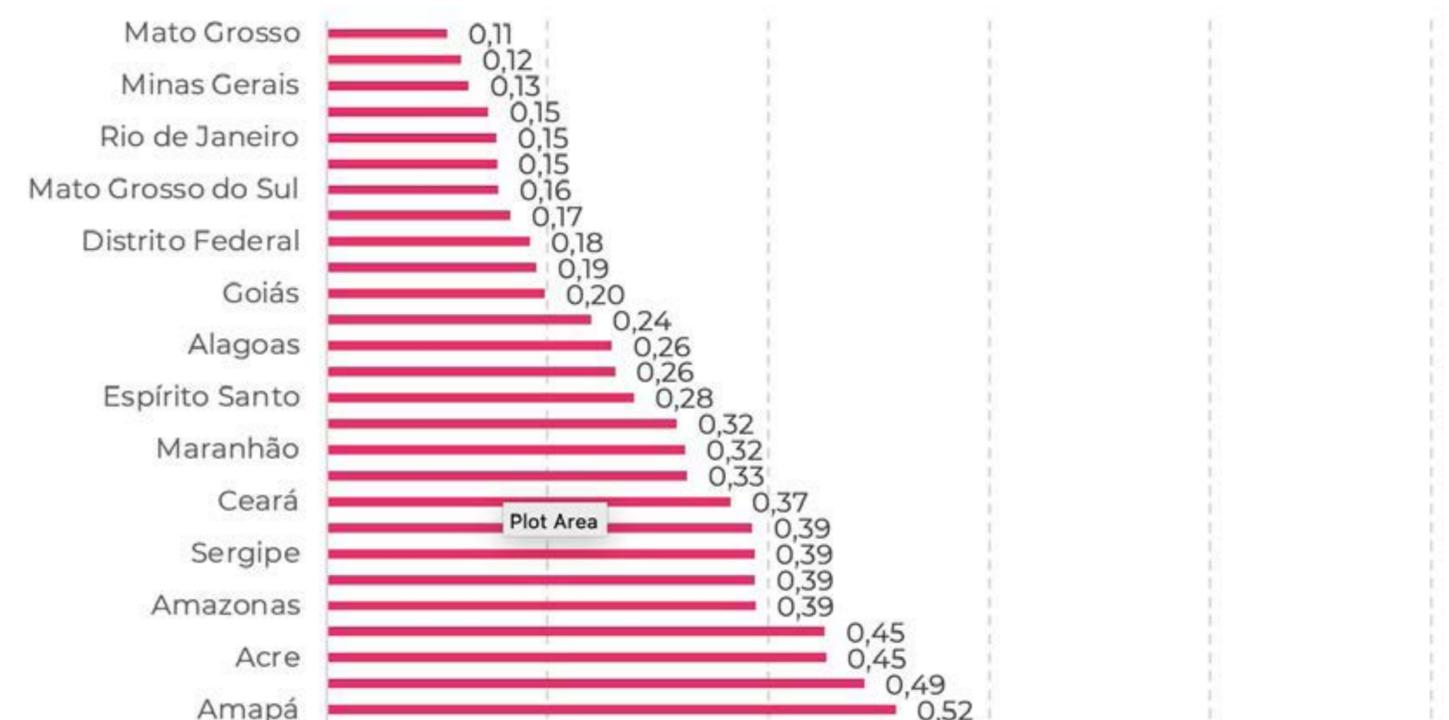
Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Dados de Pessoal do Poder Judiciário. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.



Sendo um dos pilares do Estado Democrático de Direito e o lócus fundamental da operação da justiça, o Poder Judiciário também deve idealmente refletir dentro suas carreiras a pluralidade da sociedade brasileira. Seguindo o fio analítico aqui desenvolvido, procurou-se, a partir da compilação de levantamentos do CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, 2021), verificar o grau de representação da população negra e da população feminina na magistratura, considerando os diferentes cargos e diferentes tipos/instâncias da justiça brasileira. Mais uma vez, fez-se uso do indicador de razão entre o percentual de representatividade e o percentual na população. No cenário ideal, o valor deveria alcançar 1¹.

Figura 34. Razão entre o percentual de MAGISTRADOS NEGROS na esfera Judiciária Estadual (1) e o percentual de pessoas negras na população (2), segundo Unidades da Federação - Brasil - Junho de 2024.

Fontes: Conselho Nacional de Justiça. Dados de Pessoal do Poder Judiciário. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.



Os dados atualizados do judiciário mostram a relevância quando consideramos as proporções na população. A leitura dos indicadores mostra a enorme sub-representação das pessoas negras no poder judiciário.

Segurança pública

Violência e Desigualdades no Brasil

Arthur Trindade M. Costa¹⁴

¹⁴ Professor de sociologia da Universidade de Brasília e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No Brasil, a violência tradicionalmente tem feito parte do cotidiano dos segmentos mais pobres e desprivilegiados da população. Ao longo do século XX, negros, mulheres, LGBTQIA+, indígenas e outros grupos desprivilegiados conviveram com toda sorte de violência, criminalidade, abusos e arbitrariedades. A precariedade dos direitos individuais básicos torna mais difícil e complexa a construção da cidadania desses grupos sociais.

No início do século XXI, o quadro de violência e criminalidade segue praticamente inalterado no que diz respeito ao cotidiano dos brasileiros pobres. A novidade está na vida dos cidadãos que residem nos bairros de classe média e média alta, que têm emprego formal e elevado nível de educação. Esses cidadãos passaram a conviver frequentemente com episódios de violência e criminalidade. O medo do crime se tornou presente nas suas vidas.

Em função disso, a segurança pública tornou-se um dos principais temas da agenda política brasileira. O tema entrou no debate eleitoral. Presidentes, governadores e prefeitos passaram a ser cobrados para adotar medidas que resolvessem o problema. Entretanto, as

iniciativas implantadas frequentemente agravaram o quadro e acentuaram as desigualdades, uma vez que discriminavam segmentos da população.

Dentre os vários problemas relacionados à segurança pública, destacam-se o elevado número de mortes violentas, o aumento das mortes por intervenção policial, o aumento dos feminicídios e a precariedade do sistema prisional.

As mortes violentas intencionais (MVI) são uma das maiores tragédias já vivenciadas pela sociedade brasileira. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, entre 2002 e 2023, mais de 1 milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil. O ano de 2017 foi o mais violento, com 64.079 mortes registradas.

Desde então, o número de assassinatos vem diminuindo. Em 2023, foram registradas 46.328 mortes violentas, uma queda de 3,4% em relação ao ano anterior. Entretanto, a distribuição dessas mortes não é homogênea: 78% das vítimas eram negras e 44% tinham entre 18 e 29 anos. As regiões Norte e Nordeste responderam por 70,5% dos registros. Segundo o Atlas da Violência, 166 municípios

concentraram 50% das mortes, sendo que poucos bairros concentram a maior parte delas.

A mortalidade violenta é um fenômeno altamente concentrado, afetando desproporcionalmente a juventude negra residente em bairros pobres, com precária infraestrutura urbana e baixa oferta de oportunidades. Qualquer política pública destinada a reduzir a violência precisa focar nos bairros e nos grupos sociais mais afetados por ela. A falta de foco reduz significativamente a efetividade das políticas de prevenção de violência.

Entre 2013 e 2023, o número de pessoas que foram mortas em decorrência de intervenção policial aumentou 188,9%. No ano passado, 6.393 pessoas foram mortas pela polícia. O número corresponde a 13,8% do total de mortes violentas intencionais, sendo que 82,7% das vítimas eram negras e 71,7% tinham entre 18 e 29 anos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os negros correm 3,8 vezes mais risco de serem mortos pela polícia. Em alguns estados, a atuação das polícias agrava o quadro de violência e aumenta as desigualdades.

Apesar da diminuição geral no número de mortes violentas intencionais, os feminicídios cresceram 0,8% em relação a 2022. Nesse ano, 1.467 mulheres foram mortas por razões de gênero, o maior número já registrado desde a publicação da Lei nº 13.104/2015, que tipifica o crime. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 63,6% das vítimas eram negras, e 71,1% tinham entre 18 e 44 anos. A maior parte das mulheres foi morta dentro de casa (64,3%). Os agressores mais frequentes foram os parceiros íntimos (63%), os ex-companheiros (21,2%) e os familiares (8,7%).

O feminicídio é apenas a parte mais visível das inúmeras violências cometidas contra as mulheres. Em 2023, verificou-se aumento nos casos de agressões (9,8%), ameaças (16,5%), violência psicológica (33,8%) e stalking (34,5%). Também houve crescimento de 6,5% nos registros de estupro, sendo que 52,2% das vítimas eram negras.

Certamente, a mortalidade violenta acentua as desigualdades sociais no Brasil. Entretanto, há outro fenômeno que também agrava o quadro social: o encarceramento em massa. O Brasil possui uma das

maiores populações prisionais do mundo. Em 2023, 852.010 pessoas estavam presas sob custódia do Estado, uma taxa de 419,5 presos por 100 mil habitantes. Desse total, 24,5% eram presos provisórios aguardando sentença judicial. O perfil das pessoas presas não é muito diferente do das vítimas de mortes violentas: 69,1% eram negras. A maioria dos presos cumpre pena em estabelecimentos superlotados, com reduzida oferta de trabalho. Há um déficit de 214.819 vagas no sistema prisional, que apresenta taxa de ocupação de 1,3 presos por vaga. Apenas 19,7% dos presos exercem algum tipo de atividade laboral, o que dificulta significativamente sua reinserção no mercado de trabalho.

A precariedade do sistema prisional tem servido para a proliferação de facções criminosas que se organizam dentro das prisões e lutam para dominar diferentes mercados de produtos ilícitos como drogas, armas, madeira, carros, etc. Ao invés de permitir a ressocialização dos presos, o sistema empurra os jovens condenados a ingressarem nessas facções.

As desigualdades sociais brasileiras podem ser facilmente identificadas nas áreas de saúde e educação, mas é na segurança pública que elas se mostram mais concretas. Jovens, negros e mulheres são significativamente mais afetados pela violência, seja ela praticada por conhecidos, vizinhos, companheiros ou por agentes do Estado.

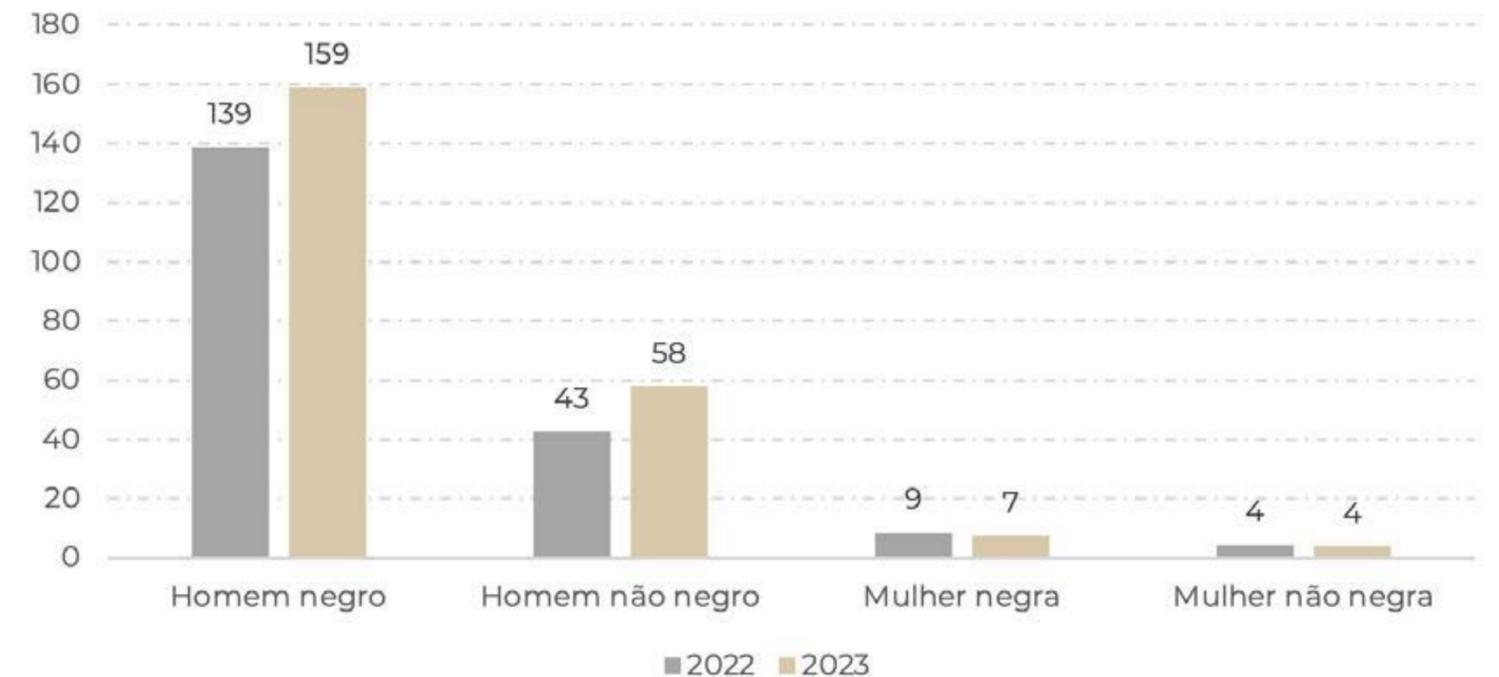
Mortes violentas entre jovens por raça/cor

As mortes violentas intencionais abrangem homicídios dolosos, latrocínios, mortes por lesão corporal seguida de morte e óbitos resultantes de intervenções policiais, tanto em serviço quanto fora de serviço. A categoria indica o total de vítimas de mortes violentas intencionais em um território específico (BUENO; LIMA, 2023, p. 24).

- A taxa geral de homicídios entre jovens foi de 50,5 por cem mil habitantes e apresentou uma queda de 7,6% entre 2021 e 2022.
- O valor médio, no entanto, não revela uma diferença muito grande por gênero (6,2 entre mulheres contra 137,1 entre homens) e de raça (22,2 entre não negros contra 68,8 entre negros).
- Com isso, e conforme observamos na Figura 35, é importante situar o crescimento de 35,7% entre os homens não negros e 14,6% entre os homens negros.

Figura 35. Taxa de jovens (15 a 29 anos) vítimas de homicídios (100.000 habitantes), segundo sexo e cor ou raça. Brasil. 2022 e 2023.

Fonte: IBGE, Censo 2022; DataSUS, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Elaboração própria.



Mortes decorrentes de intervenções policiais

O indicador “mortes violentas em decorrência de intervenções policiais” é organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir de dados coletados junto às Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

- Os dados mostram que, embora tenha ocorrido uma ligeira redução de 2,1%, fazendo com que a taxa passasse de 3,2, em 2022, para 3,1, em 2023, há uma grande heterogeneidade dentre as unidades da federação;

- Amapá, Bahia e Sergipe já apresentavam índices elevados 16,6, 10,4 e 7,9 respectivamente tiveram alto crescimento e passaram a ser os três estados com as maiores taxas em 2023. Por outro lado, Piauí, Minas Gerais e Rondônia, tiveram uma redução importante e passaram a figurar entre aqueles com menor letalidade policial no país.

Figura 36. Taxa de mortes decorrentes de intervenção policial, segundo Unidades da Federação. 2022.

Fonte: Dados elaborados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir dos registros das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social.

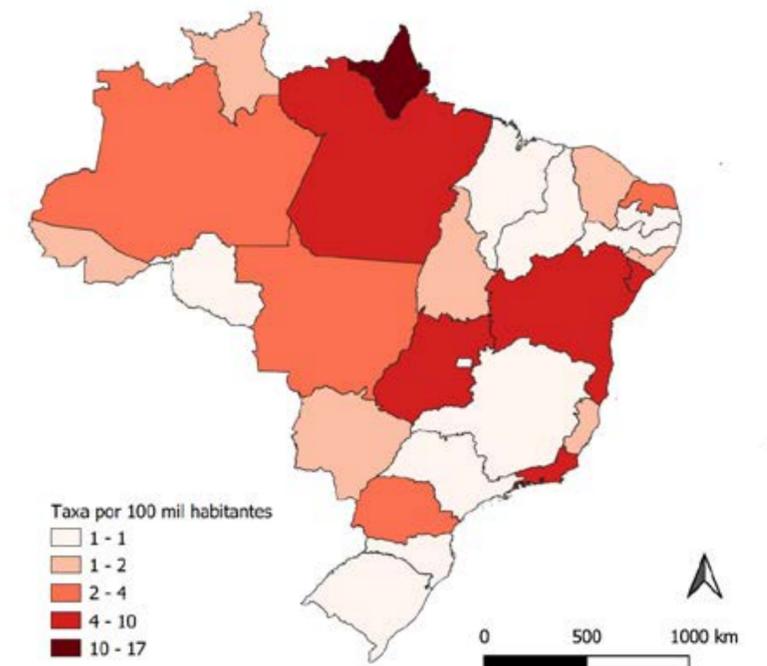
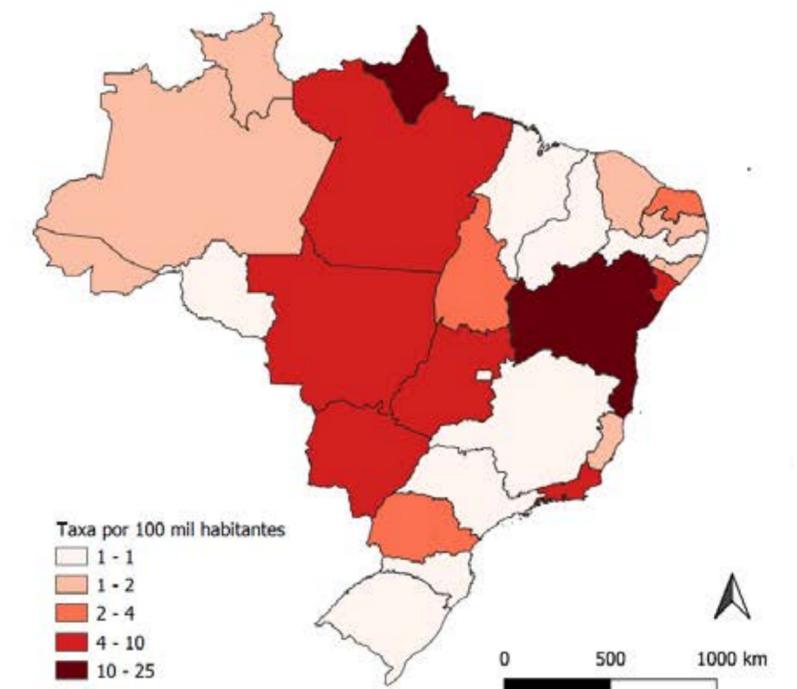


Figura 37. Taxa de mortes decorrentes de intervenção policial, segundo Unidades da Federação. 2023.

Fonte: Dados elaborados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir dos registros das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social.

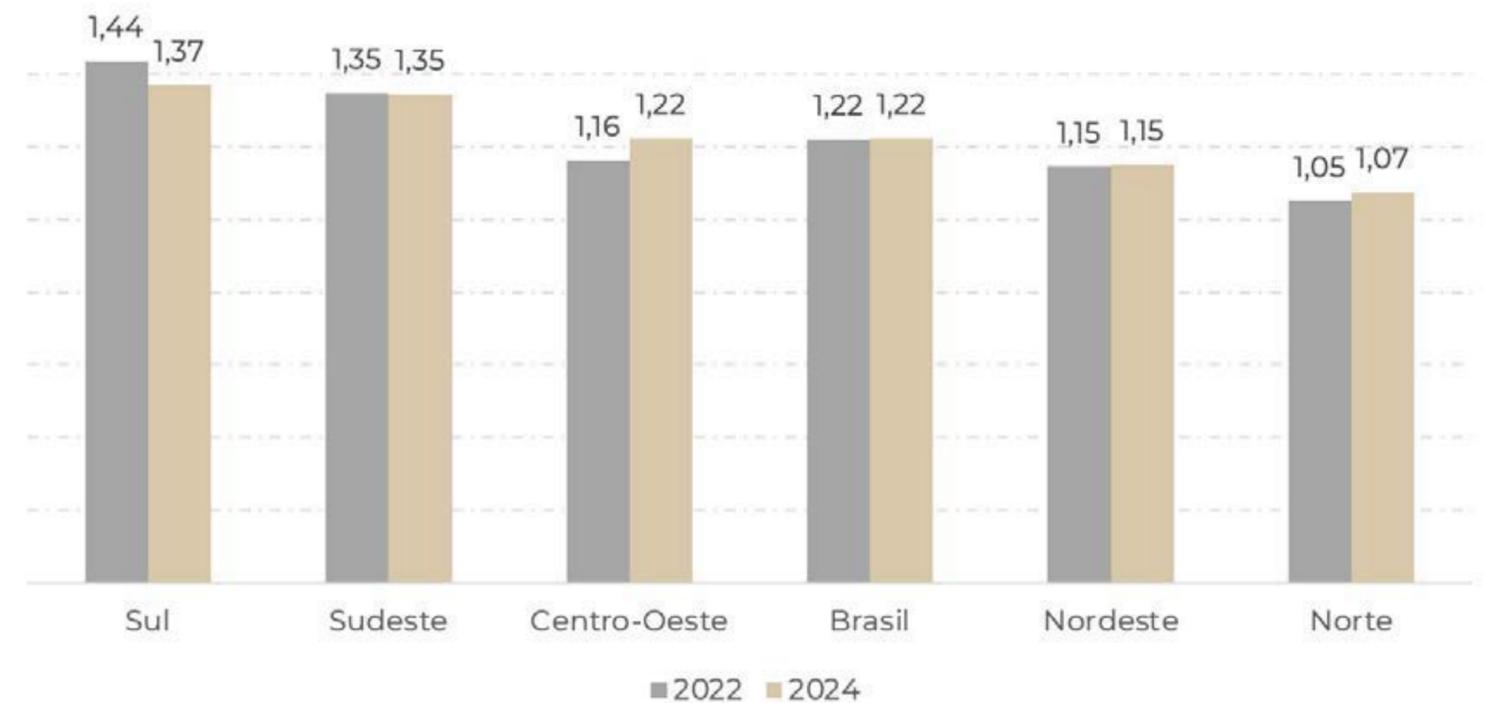


População prisional

Em relação à população prisional, foi calculado o indicador da razão entre o percentual de pessoas negras no total da população prisional e o percentual de pessoas negras na população em cada unidade territorial analisada. Nesse indicador o valor igual a 1 corresponderia à uma participação igual, valores maiores do que 1 indicariam uma sobre-representação e valores menores do que 1, uma sub-representação. Os dados são oriundos do SISDEPEN-Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Os resultados mostram estabilidade entre 2022 e 2023 em todas as regiões do país.

Figura 38. Razão entre o percentual de pessoas negras no total da população prisional e o percentual de pessoas negras na população - Brasil - 2022 e 2024.

Fonte: SISDEPEN-Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acumulado de 5ª visita.



Feminicídio

O feminicídio é uma categoria penal que não se confunde com o homicídio, pois é uma designação específica para o assassinato da mulher “por razões da sua condição de gênero”¹⁵.

• Em 2022, 1.437 mulheres foram vítimas de feminicídio, um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior (FBSP, 2023), o que representa a taxa de 1,4 por 100 mil mulheres. O ano de 2023 registrou o mesmo valor.

• Conforme as figuras 38 e 39, entre as UFs, os maiores valores em 2022 foram nos Estados de Rondônia (3,1), Mato Grosso do Sul (2,9), Mato Grosso (2,6) e Amapá (2,1). Já em 2023 as maiores taxas foram verificadas em Rondônia (2,6); Mato Grosso (2,5); Acre (2,4) e Tocantins (2,4).

Figura 39. Taxa de feminicídios (Taxa por 100 mil mulheres) - Brasil e UFs, 2022.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

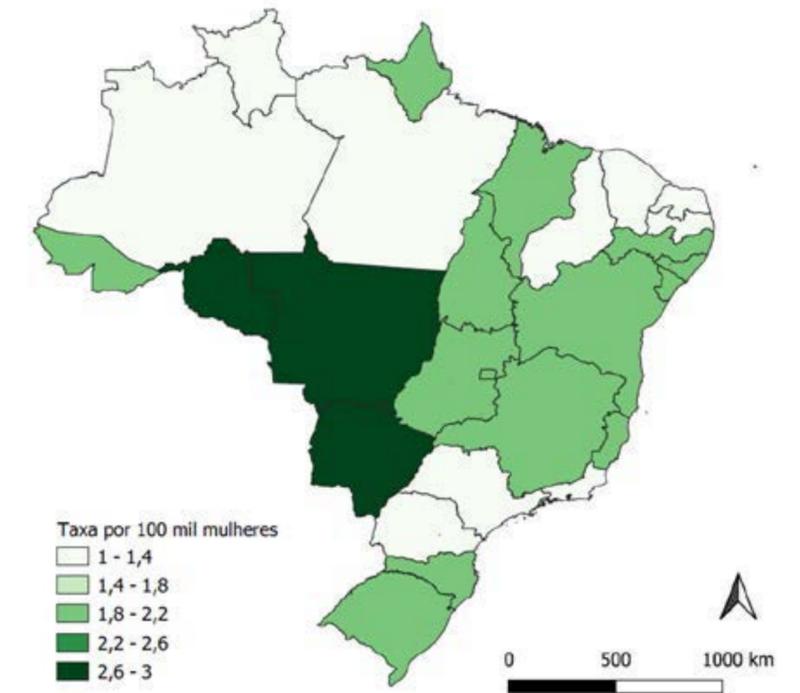
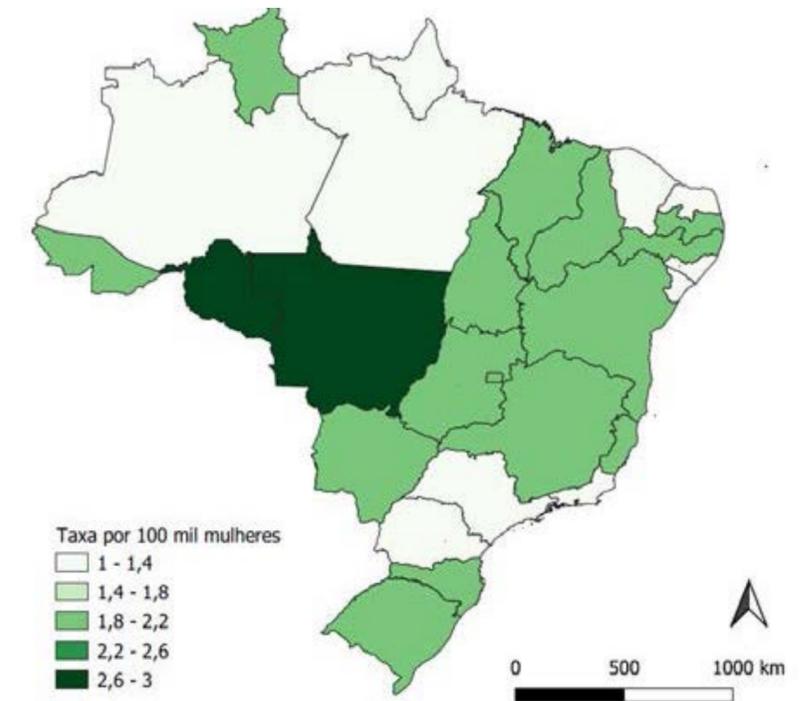


Figura 40. Taxa de feminicídios (Taxa por 100 mil mulheres) - Brasil e UFs, 2023.

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



Segurança alimentar

Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Inara Nascimento ¹⁶

¹⁶ Pesquisadora Indígena Sateré Mawé. Cientista Social pela Universidade Federal do Amazonas (2010), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (2012). É docente no curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena - Universidade Federal de Roraima.

A segurança alimentar e nutricional é um tema que exige atenção contínua. No final de 2020, 19,1 milhões de brasileiros enfrentavam a fome. Em 2022, esse número aumentou para 33,1 milhões de pessoas que não tinham acesso suficiente a alimentos, segundo os dados da pesquisa desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN).

A gravidade desses dados evidencia a constante violação do direito humano à alimentação adequada. Para a garantia desse direito é necessário implementar políticas e estratégias que englobem a produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos seguros e de qualidade, alinhada ao combate à fome, redução das desigualdades e justiça climática.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), mantido pelo Ministério da Saúde, fornece dados para entender as variações e tendências em saúde nutricional na população brasileira. A análise dos dados de desnutrição infantil e desnutrição entre idosos (idade igual ou superior a 60 anos) nas grandes regiões e unidades da federação do Brasil nos anos de 2022 e 2023 revela desigualdades persistentes entre grupos raciais

e étnicos, destacando a necessidade de intervenções políticas e sociais direcionadas.

Embora o Brasil tenha retornado ao Mapa da Fome em 2022, no início de 2023, a segurança alimentar e nutricional voltou a ser uma prioridade, com a criação e implementação de novas estratégias. Um exemplo é o plano Brasil sem Fome, proposta assumida pelos 24 Ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostram que em 2023 o número de pessoas no Brasil que enfrentavam a insegurança alimentar e nutricional grave caiu para 8,7 milhões de pessoas.

Desnutrição Infantil no Brasil: Panorama Geral

A desnutrição infantil é uma condição multifacetada, caracterizada por deficiências na ingestão de nutrientes essenciais que resultam em crescimento prejudicado e maior vulnerabilidade a doenças. No Brasil, as taxas de

desnutrição infantil vêm sofrendo variações significativas, refletindo as condições socioeconômicas e as disparidades de acesso a serviços de saúde e alimentação adequada.

De acordo com os dados mais recentes do SISVAN, a desnutrição infantil apresentou diferentes padrões de variação entre os grupos raciais e étnicos entre 2022 e 2023. Enquanto a desnutrição entre as crianças negras diminuiu em 4,0%, e entre as crianças não negras em 1,6%, as crianças indígenas experimentaram um aumento alarmante de 13,9% na desnutrição.

As variações nos índices de desnutrição infantil entre diferentes grupos raciais e étnicos no Brasil podem ser atribuídas a uma série de fatores inter-relacionados. A diminuição da desnutrição infantil entre crianças negras e não negras sugere que políticas públicas e programas sociais têm tido sucesso em mitigar a insegurança alimentar.

Por outro lado, o aumento de 13,9% na desnutrição infantil entre crianças indígenas destaca uma crise emergente. Entre as possíveis causas dessa piora estão a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e nutrição,

seja por questões geográficas como também pelo racismo estrutural, que invisibiliza pessoas indígenas em contextos urbanos e impõe barreiras de acesso aos serviços.

Nos contextos de territórios indígenas demarcados, as alterações no clima afetam diretamente a produção de alimentos em áreas rurais e florestais. A escassez de alimentos impacta não apenas a segurança alimentar, mas também a diversidade e a qualidade nutricional da dieta dessas populações. As disputas por terras e os projetos como a mineração e o agronegócio, têm violentado as comunidades indígenas, resultando em deslocamentos forçados e insegurança alimentar. Esses fatores comprometem a capacidade dessas populações de manter suas práticas agrícolas e alimentares tradicionais.

Segurança Alimentar e Nutricional entre idosos no Brasil

O envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno crescente, trazendo à tona questões

relacionadas à nutrição e saúde dos idosos. Essa condição pode resultar em perda de peso, redução da massa muscular, aumento da fragilidade e maior risco de desenvolver doenças crônicas. Fatores como limitações físicas, isolamento social, dificuldades econômicas e o próprio envelhecimento influenciam diretamente a capacidade dos idosos de manter uma dieta balanceada.

Os dados do SISVAN revelam uma variação nas taxas de desnutrição entre idosos de diferentes grupos raciais e étnicos entre 2022 e 2023. Entre os idosos negros, houve uma redução de 0,1% na prevalência de desnutrição, enquanto os idosos não negros apresentaram um aumento de 0,6%. O grupo que mais preocupa é o dos idosos indígenas, que registrou um aumento de 0,8% na desnutrição.

Esses números podem parecer pequenos à primeira vista, mas são indicativos de tendências que precisam ser abordadas com urgência. O fato de a desnutrição entre idosos negros ter diminuído marginalmente, já que uma queda de 0,1% pode não refletir uma melhora real na qualidade de vida ou no acesso a alimentos adequados. O aumento de 0,6% entre os idosos não negros, por

outro lado, aponta para a necessidade de intervenções que garantam maior acesso à alimentação adequada e ao suporte nutricional. O crescimento de 0,8% entre os idosos indígenas é particularmente preocupante e requer uma análise detalhada das causas subjacentes.

As variações nos índices de desnutrição entre os idosos refletem uma série de fatores complexos, que vão além do acesso imediato aos alimentos. As condições econômicas desempenham um papel crucial na segurança alimentar e nutricional. Idosos de baixa renda podem não ter recursos financeiros suficientes para adquirir alimentos nutritivos. O aumento dos preços dos alimentos e a inflação também afetam a capacidade de manter uma alimentação saudável, especialmente entre os idosos que dependem de benefícios sociais.

Muitos idosos enfrentam isolamento social e fragilidade física, o que pode dificultar o preparo das refeições e o consumo adequado de alimentos. Esses fatores são exacerbados pela falta de suporte familiar ou comunitário, levando a uma maior vulnerabilidade nutricional. Alterações em políticas públicas, como a restrição ou ampliação de benefícios sociais, também

influenciam os índices de desnutrição. Por exemplo, a expansão ou retração de programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família pode impactar diretamente o acesso dos idosos a alimentos.

Análise dos Dados de Insegurança Alimentar por Sexo e Cor ou Raça

Os dados produzidos pelo Módulo Suplementar-Segurança alimentar dos Moradores do Domicílio - 4º Trimestre de 2023 da Pnad Contínua revelam variações significativas na insegurança alimentar moderada e grave entre diferentes sexos e grupos raciais ou étnicos em 2023. Esses dados destacam diferenças notáveis na insegurança alimentar entre homens e mulheres, bem como entre indivíduos negros e não negros.

A insegurança alimentar entre mulheres é ligeiramente maior do que entre homens, 9,6% contra 9,4%. As mulheres, especialmente as negras, muitas vezes enfrentam maiores desafios econômicos devido a diferenças salariais e maior responsabilidade pelos cuidados familiares, o que pode limitar seu acesso a

alimentos adequados. Nesse sentido, a diferença é marcadamente racial de forma que entre pessoas negras, o percentual em insegurança alimentar é de 12,5%, e entre não negras 5,7%.

Recomendações para Enfrentar a Insegurança Alimentar

As políticas de segurança alimentar - agrícolas e alimentares - devem ser ajustadas para abordar as necessidades específicas de diferentes grupos, com foco particular na redução das desigualdades de gênero e raça. Programas como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) devem ser expandidos e adaptados para garantir que alcancem efetivamente os grupos mais vulneráveis.

É essencial promover políticas que garantam a equidade de renda e o acesso a recursos para mulheres e indivíduos de grupos raciais marginalizados. Medidas como a revisão das políticas de remuneração e a ampliação de benefícios sociais podem ajudar a mitigar as desigualdades econômicas e melhorar o acesso a

alimentos. O monitoramento contínuo das condições de insegurança alimentar e a avaliação das políticas públicas são essenciais para ajustar as estratégias e garantir que as intervenções sejam eficazes. O SISVAN deve continuar a ser uma ferramenta para a coleta de dados e para a formulação de políticas baseadas em evidências.

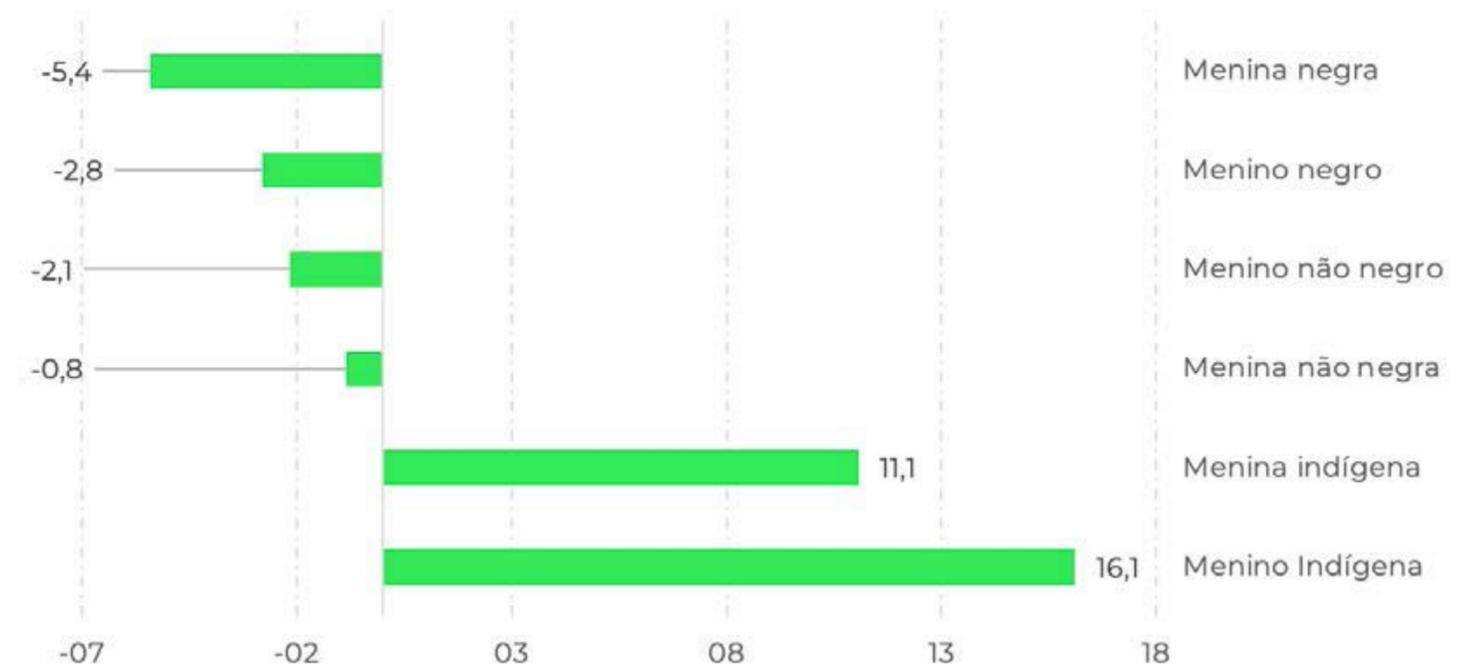
Baixo peso infantil e entre idosos

O estado nutricional da população brasileira é acompanhado pelo Ministério da Saúde por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). A coleta das informações está vinculada à população atendida pelos serviços de atenção primária à saúde e investiga dados antropométricos e padrões de consumo alimentar. Os dados são disponibilizados para o nível municipal, permitindo um olhar com maior granularidade espacial em relação às pesquisas amostrais.

O sistema passou por uma grande expansão a partir de 2008, mas ainda há problemas sistemáticos nos dados, com uma grande variação regional na sua cobertura (maior nas regiões Norte e Nordeste) e coberturas heterogêneas para algumas faixas etárias (MREJEN; CRUZ; ROSA, 2023). Apesar dessas limitações, a inclusão desse indicador permite desagregar dados por faixas etárias e identificar alguns grupos mais vulneráveis (PEREIRA; SAMPAIO, 2019).

Figura 41. Variação (%) da Desnutrição Infantil, segundo Sexo e cor ou raça- Brasil- 2022 e 2023.

Fonte: MS/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN.



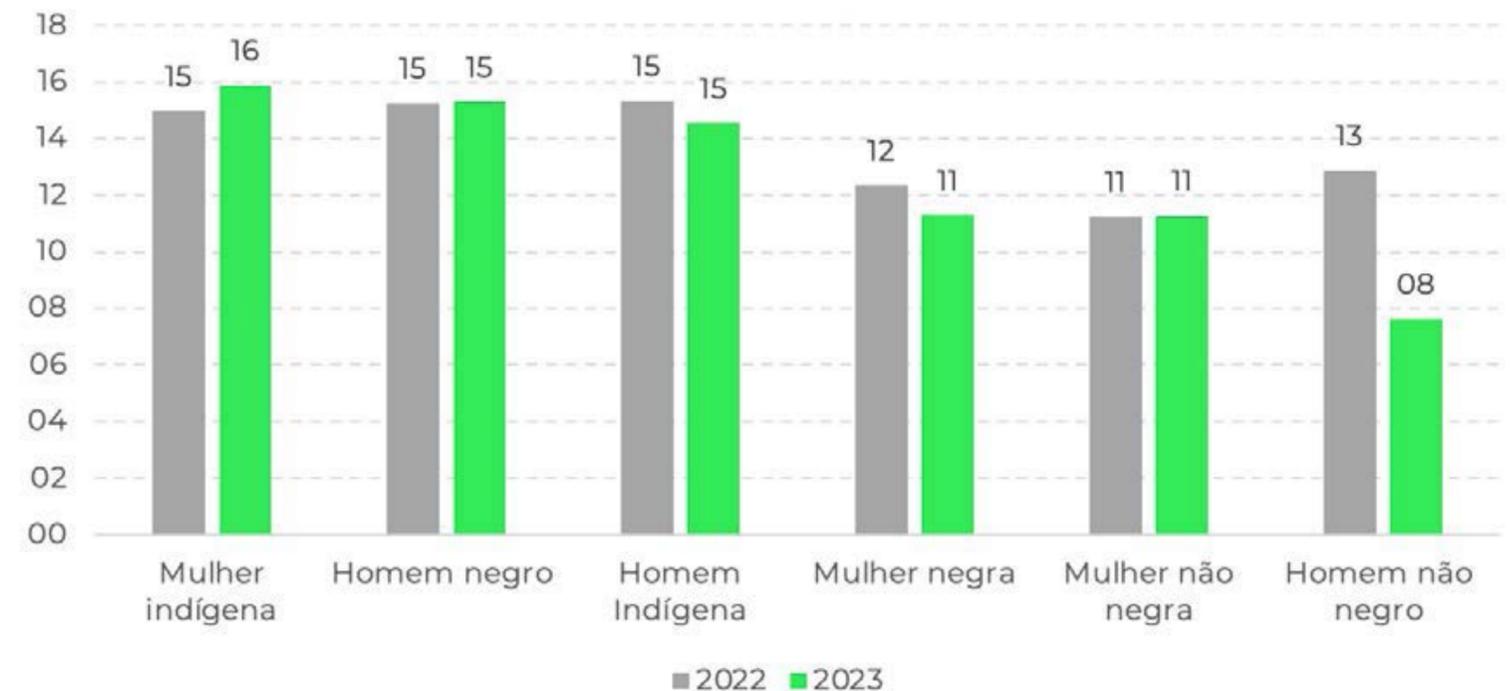
• Os resultados apontam que, em 2023, 3,8% das crianças de até 5 anos apresentam baixo peso, sendo que, entre crianças indígenas, a proporção sobe para 7,7%. Ao examinar o dado por UFs, chama atenção a proporção de crianças indígenas com baixo peso no Acre, 13,8%, e no Pará, 12,5%;

• O que chama mais atenção, no entanto, foi o incremento da desnutrição infantil quando observamos a variação por gênero e raça/cor: a proporção aumentou entre meninos indígenas, de 7,3 para 8,3% e meninas indígenas, 6,3 para 7%, aumentos de 16,1 e 11,1%, respectivamente;

• Já entre os idosos, 12,4% foram classificados com baixo peso no país como um todo, sendo que, entre os indígenas, a proporção sobre para 15,3%. Destaca-se também, conforme a Figura 33, que idosos indígenas (homens e mulheres) e idosos negros apresentam, em ambos os anos, percentuais significativamente maiores do que os demais grupos demográficos. O gráfico mostra, também, o aumento de 6% entre as mulheres indígenas e, por outro lado, a queda de 40% entre os homens não negros (brancos e amarelos).

Figura 42. Desnutrição entre idosos (idade igual ou superior a 60 anos), Sexo e raça/cor. Brasil – 2022 e 2023.

Fonte: MS/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN.

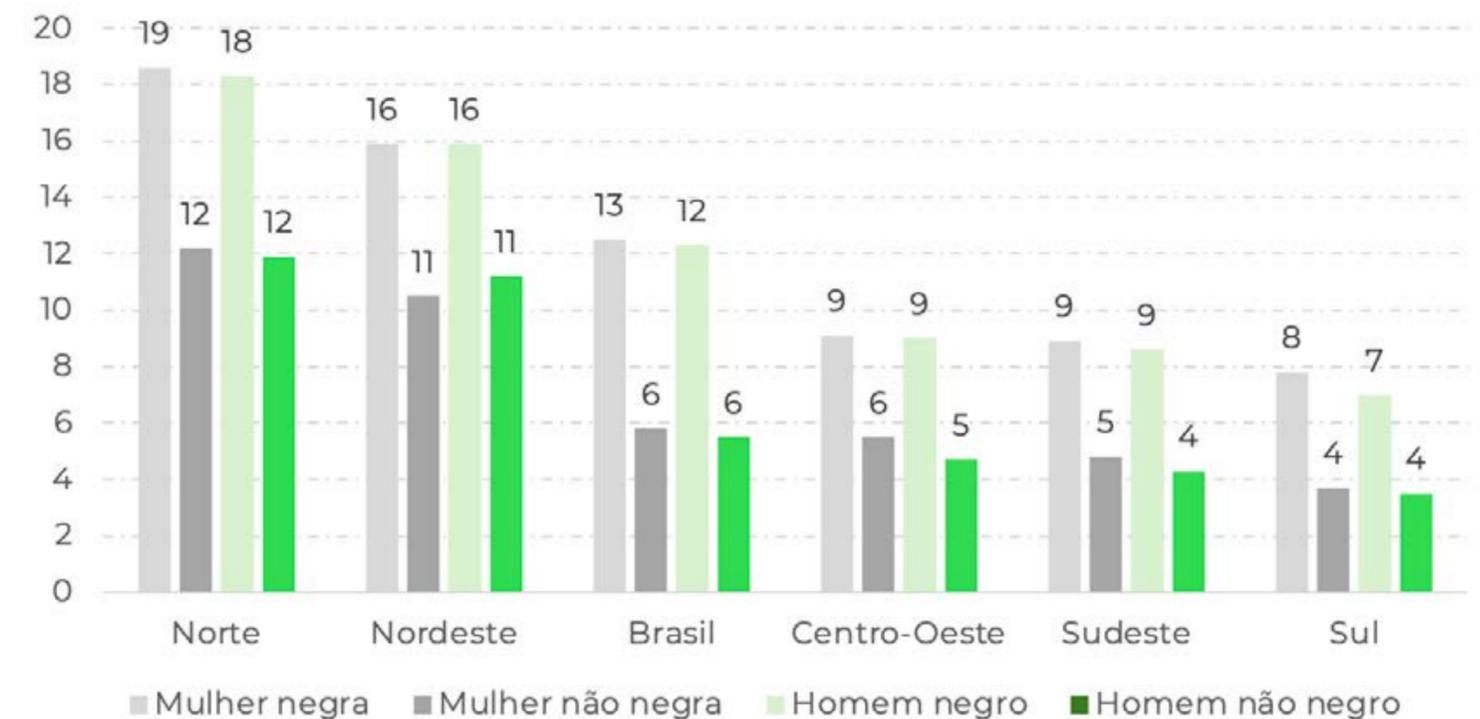


Insegurança alimentar

A partir de 2024, o panorama relacionado à insegurança alimentar foi possível de ser aprimorado considerando a comparação entre duas fontes de dados diferentes, os dados calculados pelo II Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN, 2022) e o Módulo Suplementar-Segurança alimentar dos Moradores do Domicílio da PnadC de 2023.

Figura 43. Pessoas em Insegurança Alimentar moderada e grave por sexo e cor ou raça, segundo Grandes Regiões - Brasil - 2023.

Fonte: PnadC, Módulo Suplementar-Segurança alimentar dos Moradores do Domicílio - 4º Trimestre de 2023.



Análises transversais

O enfrentamento das desigualdades raciais do Brasil: Onde precisamos avançar?

Afro-Cebrap ¹⁷

17. O Afro é um núcleo de pesquisa, formação e difusão sobre a temática racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Criado em 2019, o núcleo tem como prioridades a produção de pesquisa com alto rigor metodológico, a formação de novos pesquisadores e a divulgação científica.

Sabemos que as desigualdades raciais no Brasil são o resultado de um processo histórico de exclusão e marginalização, profundamente enraizado na formação social e econômica do país. Sua persistência resulta da construção de políticas públicas sem atenção ao seu enfrentamento, assim como de práticas discriminatórias cotidianas e institucionais. No momento crucial de reconstrução democrática que o Brasil está passando, é imperativo abordar essas desigualdades de forma ampla, articulando as causas históricas e estruturais às políticas públicas vigentes, e pavimentar o caminho para um futuro mais justo e igualitário.

Como abordado pelo Observatório Brasileiro das Desigualdades, em seu relatório de 2024, pessoas negras enfrentam maiores dificuldades para se escolarizar, ocupar melhores posições no mercado de trabalho, habitar moradias dignas e reduzir a exposição à violência. No mercado de trabalho, as disparidades raciais são profundamente enraizadas. As pessoas negras no Brasil recebem, em média, R\$ 2.122 por mês, enquanto as pessoas não negras ganham R\$ 3.277,

evidenciando uma diferença salarial significativa que perpetua as desigualdades econômicas. Além disso, a taxa de desocupação entre a população negra é consistentemente mais alta, refletindo as dificuldades adicionais que essas pessoas enfrentam para ingressar e se manter no mercado de trabalho.

Na área da habitação, as desigualdades são ainda mais evidentes: 76,07% das mulheres negras vivem em condições de habitação precária, comparado a 22,84% das mulheres não negras. Quando consideramos os homens, a disparidade se mantém, com 12,95% dos homens negros vivendo em moradias inadequadas, contra 32,41% dos homens não negros. A violência também atinge a população negra de forma desproporcional. A taxa de homicídios entre jovens negros (15 a 29 anos) é alarmante: 144,93 por 100 mil habitantes entre homens negros, em contraste com 25,03 entre homens não negros.

Entre as mulheres negras, a taxa é de 77,58 por 100 mil, muito superior à taxa de 4,67 para mulheres não negras. Esses números refletem uma realidade em que

a vida negra é constantemente ameaçada, seja pela precariedade das condições de vida, seja pela violência estrutural que marca o cotidiano das periferias e favelas brasileiras. Esses dados sublinham a necessidade urgente de políticas públicas que abordem não apenas as disparidades econômicas e educacionais, mas também as condições de vida básicas e a segurança, que continuam a ser negadas a uma parcela significativa da população brasileira.

A criação do Ministério da Igualdade Racial significou um avanço importante nesta pauta. O ministério tem implementado políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades raciais, com foco em ações afirmativas, combate ao racismo, reconhecimento e fortalecimento das comunidades quilombolas. Apesar de seu baixo orçamento, algumas políticas públicas importantes estão sendo criadas.

A promulgação do decreto que reserva 30% das vagas em cargos e funções de confiança na administração pública federal para pessoas negras é um exemplo importante dessa tentativa de promover equidade. Essa

medida visa corrigir a sub-representação de pessoas negras nos espaços de poder e decisão, reconhecendo que não apenas as desigualdades de acesso, mas também de trajetória dentro do serviço público.

No que concerne à violência racial, destaca-se o Plano Juventude Negra Viva, que busca reduzir as vulnerabilidades que levam às taxas alarmantes de homicídios de jovens negros. Este plano não apenas aborda a segurança pública, mas também inclui medidas para melhorar o acesso à educação e ao emprego para jovens negros, reconhecendo que a violência é um sintoma de desigualdades mais profundas.

Na educação, as cotas raciais nas universidades públicas têm sido uma das políticas mais eficazes na promoção da inclusão racial. Desde sua implementação, a presença de estudantes negros no ensino superior aumentou significativamente, contribuindo para a diversificação dos ambientes acadêmicos e para a formação de uma elite intelectual mais representativa da população brasileira.

Na política, a representação de homens e mulheres negros continua muito abaixo de sua composição demográfica. A decisão do TSE sobre a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão dever ser proporcional ao total de candidaturas negras foi um avanço importante. A PEC da Anistia foi um enorme retrocesso e é necessária uma mobilização da sociedade civil para garantir a aplicação de multas aos partidos políticos que descumpriram as cotas de gênero e de raça nas eleições anteriores.

Para enfrentar as desigualdades raciais de maneira eficaz, é essencial que as políticas públicas sejam reforçadas e expandidas e, acima de tudo, institucionalizadas. As seguintes recomendações são fundamentais para avançar nessa agenda: A educação é um importante pilar das desigualdades raciais. Investir em escolas de qualidade nas áreas periféricas e rurais assim como procurar garantir a permanência dos estudantes são estratégias cruciais que precisam estar alinhadas com o

combate ao racismo na sala de aula.

Programas de inclusão no mercado de trabalho precisam ser fortalecidos, garantindo que pessoas negras tenham acesso a empregos dignos e bem remunerados. Políticas como o incentivo à contratação de negros no setor privado e a promoção de capacitação profissional específica são essenciais.

As instituições responsáveis pela promoção da igualdade racial precisam ser fortalecidas, com recursos adequados e autonomia para implementar e monitorar políticas públicas eficazes. Isso inclui a criação de comissões independentes para investigar práticas discriminatórias e garantir a aplicação das leis antirracistas.

A luta por igualdade racial deve ser um compromisso de toda a sociedade brasileira, exigindo esforços coordenados entre o governo, a sociedade civil e o setor privado.

A importância de políticas públicas interseccionais e a situação das mulheres negras

Afro-Cebrap

O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Williams Crenshaw, em 1989, ao analisar como os tribunais enquadraram e interpretaram as histórias de mulheres negras enquanto demandantes. Um dos casos estudados foi a ação movida por cinco mulheres negras contra uma montadora. Elas alegavam discriminação, pois a empresa não contratava mulheres negras antes de 1964 e todas as mulheres negras contratadas depois de 1970 perderam seus empregos por motivo de antiguidade durante uma recessão. O tribunal, porém, rejeitou a alegação, afirmando que contratara mulheres (brancas) e negros (homens). Crenshaw usou esse caso para ilustrar como as abordagens jurídicas tradicionais à discriminação tendem a tratar questões de raça e gênero de maneira separada, ignorando as maneiras pelas quais essas identidades se sobrepõem e se entrelaçam na vida das mulheres negras. A partir daí, ela propôs a interseccionalidade como uma forma de compreender essas interações e garantir que as políticas de direitos

civis sejam verdadeiramente inclusivas e equitativas.

No Brasil, o cenário não é diferente. Como estudos já demonstraram, caso as nossas ações afirmativas no ensino superior fossem apenas por renda, brancos pobres acessariam mais quando comparados aos negros. Do ponto de vista da renda, por exemplo, a interseccção raça e gênero produz uma hierarquia que se mantém constante: mulheres negras ganham menos que os homens negros, homens negros, em geral, ganham menos que as mulheres brancas e estas ganham menos que os homens brancos, que ocupam o topo desta pirâmide de desigualdades.

Como abordado pelo Observatório Brasileiro das Desigualdades, em seu relatório de 2024, a análise do déficit habitacional, por exemplo, mostra que as mulheres negras representam 58,71% dos casos, enquanto as mulheres brancas estão em uma posição relativamente melhor. A disparidade é ainda mais

acentuada quando consideramos as condições precárias de habitação, onde 76,07% dos domicílios em condições subumanas são ocupados por mulheres negras, em contraste com apenas 22,84% ocupados por mulheres não negras.

Essas desigualdades também se manifestam no acesso ao transporte público, como o presente relatório demonstra. As mulheres negras gastam, em média, uma parcela maior de sua renda com transporte público do que qualquer outro grupo, o que não apenas reflete sua menor renda disponível, mas também a precariedade dos serviços que lhes são oferecidos. Este cenário de desigualdade é agravado pelo fato de que, em muitas regiões, o transporte público é o único meio de locomoção disponível, limitando ainda mais as oportunidades de mobilidade social.

Outro aspecto crucial é a escolarização. No ensino superior, embora as taxas de escolarização das mulheres

negras sejam superiores à dos homens negros, elas são substancialmente menores do que as de mulheres brancas. A falta de acesso a uma educação de qualidade perpetua o ciclo de exclusão social, limitando as oportunidades de ascensão social e econômica dessas mulheres.

No mercado de trabalho, essas desigualdades também são evidentes. As mulheres negras enfrentam as maiores taxas de desocupação e os menores rendimentos. Apesar de constituírem uma parcela significativa da força de trabalho, seus rendimentos são significativamente inferiores aos de homens e mulheres não negros, evidenciando uma discriminação racial que se sobrepõe à discriminação de gênero. Esses dados revelam que, além das barreiras de gênero, as mulheres negras são duplamente penalizadas por um sistema econômico que valoriza menos sua contribuição.

No contexto político, essas desigualdades ganham uma dimensão ainda mais preocupante. O número de mulheres ocupando cargos políticos de representação é menor que o de sua representação demográfica. Para mulheres negras, as barreiras são ainda maiores e envolvem não só o subfinanciamento de suas campanhas, mas também a violência política de gênero. A futura Emenda Constitucional nº 133, que anistia partidos por não aplicarem o mínimo de recursos em candidaturas negras e de cumprirem as cotas de gênero é um exemplo claro de como o racismo institucionalizado perpetua a exclusão de negros e negras dos espaços de poder. Embora a emenda tenha sido justificada por seus defensores como uma medida de reparação, na prática, ela representa um retrocesso, minando conquistas recentes do movimento negro, como a destinação proporcional de recursos eleitorais para candidatos e candidatas negros.

Esse cenário reforça a importância das políticas públicas que abordem essas desigualdades de forma interseccional, reconhecendo que a discriminação de raça e gênero são interdependentes e se manifestam de maneira complexa na vida das mulheres negras. Como destaca Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é uma ferramenta essencial para entender as múltiplas camadas de opressão que essas mulheres enfrentam e para desenvolver políticas que possam efetivamente promover a justiça social.

Portanto, a luta contra as desigualdades no Brasil exige uma abordagem que vá além das categorias tradicionais de raça ou gênero, reconhecendo as experiências únicas das mulheres negras. Só assim será possível criar um ambiente onde todos os brasileiros tenham acesso igualitário às oportunidades e possam contribuir plenamente para o desenvolvimento do país.

A dimensão territorial das desigualdades brasileiras

Tania Bacelar de Araujo¹⁸
Juliana Bacelar de Araujo¹⁹

¹⁸ Professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As gritantes desigualdades, infelizmente, continuam sendo uma das principais marcas do Brasil, como mostram os dados sistematizados neste estudo patrocinado pelo **Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades**.

Uma pergunta muito constrangedora nos é feita mundo afora: como explicar o tamanho do hiato entre os que se apropriam das nossas riquezas e uma imensa maioria de excluídos? Ou, porque um dos maiores produtores de alimentos do mundo, tem, em 2023, 9,5% das famílias experimentando insegurança alimentar moderada ou grave (sendo que este percentual atinge 17% da população da região Norte e 21% da população paraense).

Responder a tais indagações é tarefa árdua que muitos tentaram, e não conseguiremos, aqui, sistematizar tais análises. Faremos, apenas, algumas observações, tendo como foco a **dimensão territorial** desta dura realidade.

Nossas desigualdades se reproduzem há séculos, embora

algumas conquistas recentes da sociedade brasileira **as tenham atenuado em alguns aspectos**, como mostra este estudo no qual 45% dos indicadores apresentam melhoria (19 em 42). Dentre as melhorias, destacam-se: a redução da pobreza extrema (menos 40% de pessoas nessa situação, em 2023), a melhoria da segurança alimentar (em 2 dos 3 indicadores aqui apresentados) e a melhoria da taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (71,5%). Tais resultados são fruto, especialmente, de **políticas públicas** que avançaram após a Constituição Federal de 1988. Uma certeza: a presença, mesmo irregular, destas políticas, influencia fortemente estes resultados.

Mas, em alguns casos, **as desigualdades se ampliaram** em anos recentes, quando uma crise econômica coincidiu com prevalência da visão neoliberal e se vivenciou uma pandemia. Exemplo deste retrocesso é o avanço inaceitável da mortalidade infantil (5% de aumento entre 2021 e 2022), da desnutrição de crianças

indígenas (cerca de 16% dos meninos, em 2023) e do tamanho da população vivendo em precárias condições de habitação (6,4 milhões de famílias). Fragilidade ou quase ausência de políticas públicas dialogam com estes resultados.

Por sua vez, o **padrão ultra concentrado de propriedade** de ativos estratégicos (terra, estruturas produtivas, educação, estruturas geradoras de inovação...) é um elemento explicativo central do quadro brasileiro de desigualdades sociais, inclusive quando lidas em sua dimensão territorial.

Quando vistas a partir da **dimensão territorial**, as raízes históricas do processo de ocupação humana e econômica guarda heranças marcantes. Dentre as mais importantes, **a prevalência da ocupação litorânea**, já observada entre as populações originárias, mas fortemente aprofundada desde os tempos do Brasil colonial agroexportador, e que se reafirma, até hoje, inclusive quando da transição para o país urbano-

industrial, traço revelado pela predominância da presença litorânea das suas maiores metrópoles (com raras exceções, como São Paulo, Brasília, Teresina, Manaus ...).

Na passagem para o Brasil urbano-industrial, especialmente no século XX, a concentração econômica no Sudeste do país, em especial em São Paulo, **ampliou as desigualdades regionais** em especial quando lidas em **escala macrorregional**, no corte Norte-Sul, em desfavor sobretudo do Nordeste (vindo de longo processo de densa ocupação humana e econômica). Tal herança ainda é percebida com clareza em vários dos indicadores aqui apresentados. Dois exemplos: i) a extrema pobreza que atinge 1,7% dos brasileiros em 2023, afeta 2,7% dos que vivem no Nordeste, enquanto no Sul e Centro-Oeste este percentual cai para 1%; ii) o desemprego que afeta 7,8% dos brasileiros, em 2023, atinge 11% no Nordeste e apenas 4,7% no Sul.

Esta **herança foi atenuada** nas décadas recentes, merecendo destaque três movimentos: a rápida ocupação humana e econômica do Centro-Oeste, a dinamização de ampla rede de cidades médias situadas em porções do interior do país e melhorias alcançadas pelo Nordeste e Norte (o investimento em educação básica, por exemplo, faz o Nordeste protagonista no IDEB e a interiorização das Instituições de Ensino Superior impulsionou a dinamização econômica e o crescimento de diversas cidades).

Tal atenuação se confirma nos dados aqui apresentados, mas também coloca novos desafios, a exemplo da **redução das desigualdades urbanas** (em 4 dos 9 indicadores apresentados neste estudo). Um deles é a população atendida com abastecimento d'água. Em 2022, 85% dos residentes tinham acesso. Mas territorialmente, há muita diferença: este percentual é de 64% no Norte contra 92% no Sul, sendo que no Amapá apenas 47% acessam este serviço contra 96% no Paraná.

Nos últimos tempos, as mudanças climáticas avançam e com elas também a necessidade de políticas de mitigação, pois mais de 4 milhões de pessoas vivem em áreas de risco, sendo 1,5 milhão no Sudeste e 1 milhão no Nordeste. Também é possível identificar a crescente desigualdade regional transpondo a escala macrorregional, como no caso do indicador de Percentual de idosos com baixo peso, que na média nacional era de 12% em 2023, chegando a 17% na Bahia, seguido por 15% em Minas Gerais.

Apesar de avanços obtidos, a marca da desigualdade persiste sendo muito mais forte, como ficou evidente aqui. De seu secular processo de ocupação humana e econômica resultam, no país, **macro concentrações**, como as: i) do litoral versus interior; ii) do Sul, Sudeste (e, agora, Centro Oeste) versus Norte e Nordeste; iii) das grandes metrópoles versus um rico tecido de cidades médias e pequenas; e iv) das áreas rurais mais ou menos densas, e com nítidas especificidades no seu padrão de

organização agrária, setorial e territorial.

Com isso, lido territorialmente, a população e a base produtiva nacional se concentram, fortemente, em certos territórios.

Destaque-se, no entanto, que **novas dinâmicas** vêm promovendo alterações importantes nestes padrões, nas últimas décadas, embora a desigualdade regional se mantenha como marca forte na realidade brasileira. Olhando para o futuro, a transição para a era digital é um novo imperativo, e o Brasil já lida com desigualdades no acesso. Em 2023, enquanto 84% dos brasileiros eram usuários da internet, este percentual era de 79% no Nordeste, contra 88% no Sul (distância de quase 10 pontos percentuais).

Ainda com o olhar no futuro, é muito relevante destacar que o Brasil, além de desigual, é muito **heterogêneo** (ambiental, econômico, social e culturalmente). Seu amplo território abriga, por exemplo, seis biomas (único

país do mundo com tal diversidade natural) e resulta, hoje, de um secular processo de ocupação humana e econômica muito diferenciado quando visto na riqueza de suas diversas regiões.

A **diversidade regional** é, portanto, um grande ativo do país, atributo **recuperável em várias escalas** de abordagem. Sua valorização pela sociedade e pelas políticas públicas é elemento central para construir um futuro menos desigual.

Tal diferenciação faz com que **múltiplas potencialidades** possam ser aproveitadas no processo de desenvolvimento futuro. Se valorizadas, podem ajudar a combater as profundas desigualdades herdadas. O Nordeste, por exemplo, tem grande potencial para a geração de energia renováveis e, em conjunto com o Norte, para o desenvolvimento da bioeconomia.

Assim, é importante que políticas públicas dialoguem com as especificidades regionais evidentes em várias escalas territoriais. Como a maioria das políticas são de corte setorial, é fundamental que elas incluam, também, uma leitura territorial em sua elaboração e implementação. A nova política industrial, a política de inovação, a política de ampliação de serviços básicos, por exemplo, deve apresentar **uma proposta explícita de territorialização**.

A política de apoio **à Economia Criativa**, como a recém anunciada, busca lidar com um grande potencial do país, internacionalmente reconhecido e **maravilhosamente diferenciado** entre as regiões brasileiras. E é uma atividade fortemente geradora de oportunidades de inserção produtiva, Brasil afora. Sua abordagem territorial é fundamental.

Como se vê, a necessidade de manter as desigualdades no foco da agenda nacional se mantém evidente.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO.

Indicador de analfabetismo funcional: INAF Brasil 2018. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018.

BUENO, S. et al. O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. Em: **17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 308–319.

BUENO, S.; LIMA, R. S. Incertezas na medição da evolução das Mortes Violentas Intencionais no Brasil: desafios metodológicos e dilemas de políticas públicas. Em: **17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 24–37.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **TIC - Domicílios 2022**. São Paulo: NIC.br, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2021.

DARGENT, E. et al. **A quem importa saber? A economia política da capacidade estatística na América Latina**. Washington: BID, 2018.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS; TÉCNICOS DO SINDIFISCO NACIONAL. **Análise dos Dados das Declarações do IRPF no Brasil**. Brasília: Sinfisco Nacional, 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional e Inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.

IBRE. Crescimento da população em idade ativa é maior entre mulheres negras, que mais desafios enfrentam no mercado de trabalho. 2023.

JANUZZI, P. DE M. **Indicadores sociais no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2001.

MREJEN, M.; CRUZ, M. V.; ROSA, L. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) como ferramenta de monitoramento do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00169622, 27 fev. 2023.

NAKAMURA-PEREIRA, M. et al. COVID-19 e morte materna no Brasil: uma tragédia invisível. **Femina**, v. 48, n. 8, p. 496–8, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015.

PACHECO, D.; MARQUES, D. A heterogeneidade territorial da letalidade policial no Brasil. Em: **17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Seguranças Públicas, 2023. p. 62–67.

PEREIRA, R. L. M. R.; SAMPAIO, J. P. M. Estado nutricional e práticas alimentares de idosos do Piauí: dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN Web. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 4, 20 dez. 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (ED.). **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2a edição ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde, 2008.

SILVEIRA, F. G. et al. TD 2823 - Tributação indireta : alíquotas efetivas e incidência sobre as famílias. **Texto para Discussão**, p. 1–38, 16 dez. 2022.

SIMÕES, A.; ALKMIM, A.; SANTOS, C. Passado, presente e futuro da produção e análise dos **Indicadores Sociais no IBGE. Indicadores sociais: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 17–27, 2017.

SOUZA, A. S. R.; AMORIM, M. M. R. Mortalidade materna pela COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 253–256, 2021.

